

ensata

REVISTA DOS ESTUDANTES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V11.N1 | JULHO 2022



PENSATA | Revista dos Estudantes do Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da UNIFESP. v.10, n. 1, ano 11. 2021. Semestral. ISSN: 2237-678X.

CHEFIA EDITORIAL

Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho, Thaís Lima e Wilver Portella.

COMISSÃO EDITORIAL

Alice Coutinho, Beatriz Parisi, Cris Bibiano, Eduardo Fernandes, Gisele Vilalta, Ingrid Possari Cia, Jéssica Ronconi, Juliana Carvalho, Laís Silvestre, Michael dos Santos, Samuel Maciel, Thaís Lima, Vinicius Serpa, Wesley dos Santos e Wilver Portella.

Foto da capa: Mayane Batista

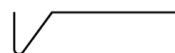
CONSELHO EDITORIAL

Andréa Barbosa (UNIFESP), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Henrique Amorim (UNIFESP), Ana Lúcia Teixeira (UNIFESP), Daniel Vasquez (UNIFESP), Davisson de Souza (UNIFESP), Carolina Pulici (UNIFESP), Cynthia Sarti (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Antônio Sérgio Carvalho Rocha (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP), Debora Alves Maciel (UNIFESP), Mauro Rovai (UNIFESP), Valeria Macedo (UNIFESP), Débora Cristina Goulart (UNIFESP), Carlos Alberto Steil (UNIFESP), Adriano Codato (UFPR), Andréia Galvão (Unicamp), Bruno Wilhelm Speck (USP), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert (UFRGS), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp), Sergio Adorno (USP).

ENDEREÇO PENSATA: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata>

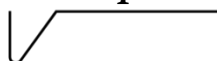
CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

Sumário



Artigos	4
A ideologia neoliberal na educação: um caminho para a formação do Ser-Humano Empresa Alex Viana Ramos Monte e Mayara Oliveira Fernandes	4
A Sociologia e seus dilemas digitais: as relações sociais entre a Televisão e a Internet Tulio Magalhães Rodrigues	21
Fragmentos de Escrevivências nas Poesias das Jovens Secundaristas Fernanda Cristina Gomes, Maria Thereza Lisboa e Jaquelina Maria Imbrizi	39
De dar o cu como forma superior de fazer filosofia Pablo Pizzelli	58
“Não pode parar”: o trabalho de motorista de Uber com a chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil Ana Cláudia Bessa e Carolina Castellitti	83
Pensata Convida	116
Esfera pública e debate intelectual no Brasil ontem e hoje Marcos Nobre	116
Universidade e Política na República de Weimar, o caso Norbert Elias Christophe Charle	130
Université et Politique sous la République de Weimar, le cas Norbert Elias Christophe Charle	152
Resenhas	174
Uma abordagem não centrada na mídia das relações entre mídia e conflito: resenha de Theorising Media and Conflict. Vitoria Paschoal Baldin	174

A ideologia neoliberal na educação: um caminho para a formação do Ser-Humano Empresa



Alex Viana Ramos Monte¹

Mayara Oliveira Fernandes²

Resumo

O presente trabalho caracteriza o final da década de 2010 como um período de derrotas históricas para o conjunto da classe trabalhadora brasileira. Um período em que medidas neoliberalizantes aprofundaram a flexibilização, a informalidade e a terceirização das relações de trabalho. Tais medidas foram combinadas com medidas austericidas de desinvestimento em serviços sociais públicos. Neste período houve um forte avanço da ideologia neoliberal na educação formal das escolas públicas do Estado de São Paulo, com o objetivo de criar o “ser-humano-empresa”. Ao analisar um novo componente curricular inserido na grade curricular dos ensinos fundamental e médio da rede educacional, chamado “Projeto de Vida”, pretende-se mostrar como a ideologia neoliberal, expressa pelo léxico e pelo conhecimento elaborado por grandes empresas, está sendo reproduzida a milhões de estudantes das escolas públicas do Estado de São Paulo, a partir do ano de 2019.

Palavras-chave: Projeto de Vida; ideologia neoliberal; educação neoliberal; ser-humano-empresa.

Abstract

This paper characterizes the end of the 2010s as a period of historic defeats for the Brazilian working class. A period in which neoliberal measures deepened the flexibilization, informality, and outsourcing of labor relations. Such measures were combined with austerity measures of disinvestment in public social services. There was an advance of neoliberal ideology in the public schools of the State of São Paulo to create the "corporate human being". By analyzing a new curricular component inserted in the curriculum grid of elementary and high schools of the educational network, called "Projeto de Vida" it intends to show how the neoliberal ideology, expressed by the lexicon and knowledge elaborated by large companies, is being reproduced to millions of students in the public schools of the State of São Paulo, starting in 2019.

Keywords: Life Project; neoliberal ideology; neoliberal education; human-being-company.

¹ Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: avrmavrm10@gmail.com

² Mestranda em Sociologia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: mayara.fernandes.mof@gmail.com

Introdução

Neste trabalho pretende-se analisar como o léxico e o conhecimento proposto pelo novo componente curricular da Rede Estadual de Ensino de São Paulo chamado “Projeto de Vida” revela a ideologia neoliberal. O componente curricular “Projeto de Vida” é o principal articulador do projeto pedagógico da escola no Estado de São Paulo. É a partir deste componente que as escolas mobilizam “competências cognitivas e socioemocionais com vistas ao desenvolvimento integral” dos estudantes (SÃO PAULO, 2020, p. 2). Pretende-se desenvolver aqui a ideia de que, diante da reestruturação do Ensino da Rede Estadual do Estado de São Paulo — que ocorre desde 2017 com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e cujas mudanças mais profundas estão transformando principalmente o Ensino Médio — há um aprofundamento vertiginoso da introdução da ideologia neoliberal na educação formal do Estado de São Paulo. É importante registrar que essa disciplina “Projeto de Vida” já estava presente desde 2012³ em algumas escolas integrais da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, mas foi universalizada nesta Rede a partir do ano de 2020, intensificando a inserção dessa ideologia neoliberal.

Dardot e Laval (2016, p. 136) sustentam que a ideologia neoliberal se expandiu para todas as esferas da sociedade. Diferentemente do liberalismo clássico, afirmam que o neoliberalismo provocou uma revolução no pensar que expandiu as fronteiras do mercado para a “totalidade da ação humana” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 136). No mesmo sentido, Safatle, Júnior e Dunker (2020, p. 10) afirmam que a força do neoliberalismo está na reorganização das “identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios”.

³ Salienta-se que o presente artigo está centrado na análise do componente curricular “Projeto de Vida” inserido na Rede Estadual de Ensino de São Paulo. Existem outras iniciativas na implantação deste componente curricular em outras redes de ensino que são anteriores, como por exemplo, no Estado de Pernambuco. Desde 2002, na escola “Ginásio Pernambucano”, pela iniciativa do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), este componente curricular tornou-se central na chamada “Escola da Escolha”. Segundo o ICE, este modelo de educação tem como foco “o Jovem e a construção do seu Projeto de Vida”. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/#nossa-historia>. Acesso em 14 de mar 2022.

Naomi Klein (2008) ao analisar as políticas e ações após as inundações nos prédios escolares que ocorreram no ano de 2005⁴, observou que Milton Friedman, um dos principais expoentes da Escola de Chicago, ainda teve forças para escrever um editorial no qual vislumbrava a oportunidade de “reformular radicalmente o sistema educacional”. A proposta de Friedman para o governo distribuir vouchers para as famílias matricularem seus filhos em instituições de ensino privadas, ou seja, de subsidiar o sistema educacional privado com transferência de dinheiro público – em outras palavras, de privatizar todo o sistema educacional – assemelha-se à proposta de Projeto de Lei 4372/2020 que tramitou no Congresso brasileiro no decorrer do ano de 2020, durante a também catastrófica crise do Coronavírus. Esse projeto de lei também propunha retirar das escolas públicas R\$ 5,9 bilhões⁵ e transferi-los para o Sistema S, instituições filantrópicas e religiosas. Esse projeto de lei foi derrotado, mas suas intenções revelam o caminho que seguem as políticas dos atuais governos Federal e Estaduais. Em vez dos governos brasileiros investirem em melhoria das infraestruturas escolares, oferecer um sistema de acessibilidade a um ensino remoto de qualidade, — para assim garantir saúde e educação de qualidade aos 38,7 milhões de estudantes da rede pública — eles pretendem “passar a boiada” da educação⁶, dando mais um significativo passo para o desmonte do já precário sistema público de educação brasileiro.

As transformações ocorrem principalmente no Ensino Médio, pois se trata de uma parcela da classe trabalhadora cujo potencial de mão de obra precisa ser melhor explorado. A aprovação da BNCC que ocorreu no ano de 2017 não aconteceu por acaso. Neste mesmo ano foi aprovada a chamada Reforma Trabalhista, que desregulamentou e flexibilizou as relações capital-trabalho de forma devastadora. No mesmo ano de 2017 foi aprovada a Lei

⁴ Após o desastre ocorrido pela passagem do furacão Katrina em Nova Orleans, Naomi Klein (2008) argumenta que ocorreram mudanças significativas na educação. Klein denominou de “capitalismo de desastre” as mudanças que decorrem da produção do choque e de catástrofes – sejam políticas, econômicas ou providas da natureza – que levam aos setores privados a se beneficiarem de uma crise.

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/12/14/escolas-publicas-podem-perder-quase-r-16-bilhoes-do-fundeb-caso-senado-aprove-incluir-repasses-para-instituicoes-filantropicas-e-religiosas.ghtml>. Acesso em 11 de jan. 2021.

⁶ Referência a uma fala do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que afirmou em reunião ministerial que o governo deveria aproveitar a atenção da mídia à pandemia para mudar regras ligadas à proteção ambiental. Em sua fala: “Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de COVID e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.” Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em 11 de jan. 2021.

nº 13.429/2017, conhecida como a “Lei da Terceirização”, que permitiu a terceirização de todos os setores produtivos de uma empresa. Esta lei incluiu as atividades fins além das atividades meio, as quais antes já poderiam e eram terceirizadas em grande parte das empresas. Pode-se afirmar, em perspectiva histórica, que o final da década de 2010 foi um período de acúmulo de derrotas históricas para a classe trabalhadora brasileira. Outras duas medidas que podem ser citadas aqui são a Reforma da Previdência, que foi aprovada em 2019, e a “PEC do Teto”, que foi aprovada em 2016 e que congelou os investimentos públicos por 20 anos. Fazer a observação do final da década de 2010 como o momento concomitante da aprovação dessas diversas transformações no mundo do trabalho e na educação formal significa atestar os interesses econômicos, políticos, sociais, culturais etc., que estão por trás da universalização de um novo componente curricular chamado “Projeto de Vida”. Para assim disseminar a ideologia neoliberal entre as e os trabalhadores que enfrentarão o atual e possível futuro cenário das precarizadas relações trabalhistas.

No ano de 2020 a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, por meio de um programa chamado “Inova Educação”, universalizou na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo três novos componentes curriculares: Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas. Dessas três, analisar-se-á aqui o “Projeto de Vida”, por considerá-lo o novo componente curricular que se propõe preparar o jovem trabalhador para o mundo do trabalho, como está expresso em suas Diretrizes Curriculares (SÃO PAULO, 2020, p. 2): “(...) lhes possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida (...)”. Para tanto, analisar-se-á principalmente os materiais programáticos produzidos pelo “Instituto Ayrton Senna”, onde se encontram as 5 macrocompetências e as 17 competências socioemocionais, em que se baseiam as diretrizes curriculares do novo componente curricular chamado “Projeto de Vida”, a qual também será analisada.

1. O Projeto de Vida neoliberal: a produção do ser-humano-empresa

A intensificação de organizações não governamentais nacionais e internacionais atuando na formulação de políticas públicas educacionais (AMEIDA, HEY, 2018) é reflexo da visão de formação para o mundo do trabalho. Preparar ideologicamente os filhos da classe trabalhadora para se adequarem ao mundo do trabalho, seja de qual forma ele se

apresente, é tarefa urgente para as confederações de empresas que influenciam de forma quase decisiva as políticas educacionais no Brasil. “O cenário da sociedade contemporânea aponta a necessidade premente de repensar o atual modelo de escola e redesenhar o papel que essa instituição deve ter na vida e no desenvolvimento do século XXI”, como está expresso nas Diretrizes Curriculares do Projeto de Vida (SÃO PAULO, 2020, p. 1). Pode-se ler nas Diretrizes também o que segue:

Durante todo o primeiro semestre de 2019, a SEDUC-SP ouviu estudantes e professores a fim de compreender suas opiniões acerca de se desenvolver o componente Projeto de Vida na escola e, como resultado da pesquisa realizada, que contou com cerca de 160 mil estudantes e 90 mil professores da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, constatou-se que: 87% dos estudantes desejam receber orientações e ajuda para descobrir suas vocações e sonhos e para fazer escolhas de vida e 94% dos professores acham importante ter o componente curricular Projeto de Vida na escola (SÃO PAULO, 2020, p. 4).

Na análise que está sendo desenvolvida aqui, considera-se que o trecho acima foi acrescentado às Diretrizes para dar um verniz de democracia a um processo de mudança burocrático imposto de cima para baixo⁷. Evidencia-se que a comunidade escolar — que deveria ser a protagonista na elaboração de políticas públicas educacionais — foi mera, parcial e restritamente consultada. O resultado da pesquisa apresentada no trecho acima faz afirmações a partir de questões direcionadas à implantação do novo componente curricular e não relacionadas às mudanças efetivamente necessárias para a resolução ou melhorias dos problemas da educação em geral. Desconsidera as condições e a forma da implantação dessa mudança. Utiliza-se de conceitos abstratos universais como “sonhos” e “vocações” para buscar a identificação de toda a comunidade escolar.

O objetivo do novo componente curricular “Projeto de Vida” é criar, por meio da educação formal, um terreno ideológico propício para a classe trabalhadora enfrentar relações de trabalho que se apresentam neste momento histórico como cada vez mais flexibilizadas, informais, terceirizadas etc. Ou seja, o neoliberalismo provoca mudanças não somente nas relações capital-trabalho, mas também atua para fabricar uma certa

⁷ Tarlau e Moeller (2020), afirmam que a aprovação da BNCC foi realizada pela prática que denominam de “consenso por filantropia”. Ou seja, fundações privadas e institutos empresariais, utilizando-se de “recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais”, promoveram um consenso em apoio a determinada política pública. Esta prática do consenso, segundo Lautier (2014, p. 472), é uma autoproclamação de legitimidade, decreta, pois, “ilegítima todas as opiniões que não encontram lugar no interior desse campo consensual” (LAUTIER, 2014, p. 472).

subjetividade. Nesse sentido, dado um mundo do trabalho flexível, informal, inconstante, é necessário formar o trabalhador para que ele tenha competências comportamentais e socioemocionais para lidar com toda a incerteza gerada no neoliberalismo. Exatamente como afirmou Gramsci (2020, p. 269): “O Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil.” Mas esse consenso popular não está sendo apenas formado por dentro do sistema formal de educação. A indústria cultural também dá a sua contribuição⁸. Ao longo do ano de 2020, a Rede Globo, a mais poderosa emissora de televisão do Brasil, exibiu reiteradamente uma propaganda em que afirmou: “VAE! Que o seu sonho pode acontecer”, “Vai ter perrengue, mas dá para fazer”, “Tudo vai passar, você vai ver”⁹. E convocando as e os trabalhadores a “ativarem o empreendedorismo” que está dentro delas e deles. Note-se que a palavra “sonho” aparece na propaganda, assim como também está reiteradamente expressa nas Diretrizes da nova disciplina “Projeto de Vida”. Acrescenta ainda a menos disfarçada ideia do empresário da sua própria força de trabalho ou do empreendedor de si mesmo¹⁰, ao estimular o empreendedorismo individual como saída para a crise sanitária, econômica, social etc., aprofundada pelo Coronavírus. Essa conformidade entre propaganda de massas e currículo está contribuindo para criar uma atmosfera de ideias neoliberais que assumem uma aparência de naturais, normais ou óbvias, sobre as quais não se delibera na maior parte dos contextos sociais. Cria um senso comum ou opinião popular que o Bourdieu (2019) chamou de “doxa” e o Gramsci (2020) de “hegemonia”.

O objetivo do novo componente curricular intitulado “Projeto de Vida”, no estado de São Paulo, é desenvolver as 5 macrocompetências e as 17 competências socioemocionais. Isso quer dizer que as atividades presentes nos cadernos do aluno e do professor desse componente curricular foram elaboradas baseando-se nessas macrocompetências e competências. O que nos remete ao conceito de “violência

⁸ Segundo Dardot e Laval (2016, p. 155), tanto a educação quanto a imprensa, têm um importante papel no modelamento de um “novo tipo humano genérico” e na formação do “espírito do empreendimento”.

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UgWj6-qCDpI>. Acesso em 15 de jan. 2021.

¹⁰ A formação do homem empresarial, ou seja, o empreendedorismo como uma conduta universal essencial, é a principal contribuição do neoliberalismo. Assim, afirmam Dardot e Laval (2016, p. 335), o indivíduo passa a não se enxergar mais como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço ao mercado.

simbólica”, elaborado por Pierre Bourdieu (2019), que diz simplificadamente que é um tipo de violência que se expressa pelo conhecimento e pelo léxico, de forma invisível e se exerce com a cumplicidade do próprio dominado. Isto é, a “violência simbólica” é a forma como a ideologia dominante se inscreve nos corpos e disposições universais, ao ponto de naturalizá-la e/ou desistoricizá-la. Desse modo, podemos entender que o “Projeto de Vida” tem o objetivo de transformar os corpos dos estudantes proletários em um “corpo-empresa” — introduzindo o léxico e o conhecimento neoliberais, elaborados no mundo corporativo — com toda a violência de um processo de mercantilização absoluto do corpo das e dos trabalhadores. O objetivo é consubstanciar as formas de violência mais diretas e perceptíveis com as formas mais sutis de violência. Bröckling (2015, p. 67) afirmou que “os empreendedores de si mesmos não se fabricam com os meios da vigilância e do castigo, mas ativando os potenciais da autocondução”. Portanto, ao contextualizar historicamente o desenvolvimento desse conhecimento nas escolas públicas estaduais de São Paulo, pretende-se contribuir com sua historicização, desnaturalização e possível superação.

É importante assinalar neste momento que os meios de violência estatais “mais tradicionais” não só permanecem muito presentes nas escolas públicas estaduais de São Paulo, mas continuam se aprofundando. A estrutura prisional e fabril das escolas estaduais de São Paulo permanece. Uma estrutura de inspetores/supervisores/carcereiros, de salas de aula/salas de trabalho/celas, de uniformes escolares/de trabalho/prisionais etc. ainda predomina. Em 2019, o Governo do Estado de São Paulo lançou, por meio da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, um programa intitulado: Programa de Melhoria da Convivência e Proteção Escolar – CONVIVA SP. Para esse programa foi criado um sistema de dados, ligado diretamente com a polícia militar do Estado de São Paulo, em que os gestores das escolas são obrigados a registrar as “ocorrências” de violência que acontecerem nas escolas diariamente. Em outras palavras, um sistema para produzir fichas criminais dos estudantes das escolas públicas estaduais desde a mais tenra infância. Uma ação muito próxima das propostas de diminuição da maioria penal. Com um discurso de combate à violência e de oferecer segurança, projetos de lei que apresentam a necessidade de instalação de câmeras dentro e fora dos ambientes escolares são elaborados. Como é exemplo o Projeto de Lei 5343/19, do deputado Vinicius Farah (MDB), que propôs em 2019 a obrigatoriedade da “(...) instalação de câmeras de vídeo para

monitoramento das áreas externas e internas nas escolas públicas em todo o território nacional.¹¹”

A educação básica torna-se essencial para o desenvolvimento de competências profissionais, uma vez que as mudanças nos processos produtivos provocaram necessidades de adequações nas competências necessárias para o trabalho. Como Dardot e Laval (2016, p. 143) afirmam, esses conhecimentos devem estar alinhados ao mercado. Ou seja, não é qualquer conhecimento e competência que importa na sociedade neoliberal, o conhecimento deve ser “diretamente utilizável no mercado”. A educação, portanto, volta-se para a mercantilização e para o conhecimento utilitário, ou seja, treinar habilidades demandadas pelo mercado de trabalho e garantir a empregabilidade dos estudantes (ROBINSON, 2016, p. 17). Para Lúcia Bruno (2011, p. 546), a reprodução da classe trabalhadora global, por meio da escola, garante as “qualificações necessárias para o exercício do trabalho”. Essa reprodução é garantida através do conhecimento instrumentalizado. Sendo assim, é necessário transformar o saber aprendido na escola em técnicas de trabalho e em “comportamento adaptativo aos novos códigos disciplinares” (BRUNO, 2011, p. 554).

Bertolt Brecht afirmou, em seu poema intitulado “Elogio do Revolucionário”, “Pergunte a cada ideia: serves a quem?”. É exatamente esse questionamento que tentar-se-á fazer a seguir, desnudando os interesses por trás dessa ideologia neoliberal corporativa aparentemente tão desinteressada. Para tanto, far-se-á uma análise sucinta de cada macrocompetência e algumas das competências socioemocionais que compõem o componente curricular “Projeto de Vida”.

1.1. “Inovação”, “flexibilidade”, “resiliência”: As competências para o mundo do trabalho em transformação.

Para tentar dar uma aparência humanizada à lógica destrutiva dos direitos e das condições de vida das e dos trabalhadores, que estão enfrentando contratos de trabalho intermitentes, informais, flexíveis etc. “(...) o dicionário empresarial não para de ‘inovar’,

¹¹ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/620340-projeto-torna-obrigatoria-a-instalacao-de-cameras-de-monitoramento-em-escolas-publicas/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%205343,an%C3%A1lise%20na%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados>. Acesso em 16 de jan. 2021.

em especial no setor de serviços” (ANTUNES, 2018, p. 35). As 22 macrocompetências e competências socioemocionais são uma significativa contribuição para ampliar o leque do dicionário empresarial, como aparecem nas Diretrizes (SÃO PAULO, 2020, p. 8):

As cinco macrocompetências (abertura ao novo, amabilidade, autogestão, engajamento com os outros e resiliência emocional) e as 17 competências (determinação, foco, organização, persistência, responsabilidade, empatia, respeito, confiança, tolerância ao estresse, autoconfiança, tolerância à frustração, iniciativa social, assertividade, entusiasmo, curiosidade para aprender, imaginação criativa e interesse artístico).

Seguindo a sequência apresentada acima, a primeira macrocompetência é a “Abertura ao novo”. Em um material programático produzido pelo Instituto Ayrton Senna (2020, p. 6), pode-se ler e entender de forma mais concreta e melhor o que querem dizer quando elaboraram a expressão “abertura ao novo”: “O indivíduo aberto ao novo tem atitude investigativa, é curioso sobre o mundo, flexível e receptivo a novas ideias”. Primeiramente, a palavra “novo” dialoga com a consciência da juventude, pois, muito influenciada pela indústria tecnológica, a qual afirma que todo produto tecnológico novo é melhor, pensa que em todos os aspectos da vida o que é novo tende a superar o velho. Então, basta transpor tal pensamento para o mundo das relações trabalhistas. Por sua vez, basta o governo chamar o processo de desregulamentação do trabalho de “modernização das leis trabalhistas” para soar muito mais atrativo e melhor para “todos”. Para Dardot e Laval (2016, p. 335), a corrente neoliberal austro-americana, mais do que a economia neoclássica, foi a principal responsável pela produção do sujeito empresarial. Eles afirmam que “(...) o indivíduo não deve mais se ver como um trabalhador, mas como uma empresa que vende um serviço em um mercado”. Seguindo o mesmo raciocínio, a empresa deve ser vista como sendo composta por múltiplas empresas individuais e o trabalhador deve ser visto e tratado pela empresa como sujeito econômico, que deve possuir as mesmas características de uma empresa. Voltando à análise do trecho acima do material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna, observa-se a presença da palavra “flexível”. Como as empresas estão tendencialmente instituindo contratos de trabalho cada vez mais flexíveis, desde o final da década 1970 no mundo, o ser-humano-empresa deve também ser flexível. Portanto, a competência da flexibilidade deve ser ensinada desde a mais tenra infância. Não se trata de analisar aqui apenas algumas palavras ou frases soltas, ou seja, fora de contexto, entende-se que essas palavras ou frases soltas aparecem em meio

a conceitos mais abstratos e gerais justamente para turvar a visão do léxico caricato da ideologia neoliberal, predominante no novo componente curricular intitulado “Projeto de Vida”.

A palavra “indivíduo” presente na frase acima deve ser analisada à parte. O material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna pretende que todas as 22 macrocompetências e competências socioemocionais sejam desenvolvidas pelo indivíduo. Ou seja, todas elas se referem ao desenvolvimento do indivíduo. Portanto, a palavra “indivíduo” está presente, explícita ou implicitamente, em todas elas. De acordo com a ideologia neoliberal, o ser-humano-empresa, assim como a própria empresa, não deve ter sua liberdade de ação limitada pelo Estado. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 348), “assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual.” A classe capitalista — muito antes de Marx (2013, p. 786) caracterizar o operário moderno, o proletário, como um conjunto de “trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção (...)” — tenta se livrar totalmente de qualquer responsabilidade sobre qualquer aspecto relacionado às condições de vida das e dos trabalhadores. Se o problema do capital é o trabalho, deve-se buscar o trabalho sem os problemas intrínsecos aos portadores de trabalho, ou seja, às e aos trabalhadores. A ideologia burguesa da “meritocracia” é radicalizada até as últimas consequências pela ideologia neoliberal. O conceito de meritocracia, ao mesmo tempo que serve para legitimar a atual desigualdade social crescente, — tornando sua percepção justa, pois entende que tal desigualdade se baseia nas diferenças entre esforços individuais diferentes — serve também para jogar a responsabilidade dos problemas sociais totalmente sobre o ser-humano-empresa, que deve se responsabilizar individualmente pelo seu sucesso ou fracasso, dentro da concorrência da economia de mercado. A ideia meritocrática neoliberal despreza direitos, pois não enxerga seus privilégios concorrenciais no capitalismo de mercado como privilégios, mas como méritos de empreendedores bem-sucedidos. Nesse sentido, o atual ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou que o direito à

Previdência é “fábrica de privilégios”¹², subvertendo completamente os sentidos entre as palavras “privilégios” e “direitos”.

Abordar-se-á a segunda macrocompetência, a “Amabilidade”. No material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna (2020, p. 6) pode-se ler o seguinte: “O indivíduo amável apresenta preocupação com a harmonia social e valoriza a boa relação com os outros”. Nesse trecho fica evidente que a e o trabalhador deve evitar provocar conflitos sociais e se relacionar bem com suas e seus companheiros de trabalho, pois assim os problemas nos processos produtivos diminuem. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 325), a obra benthamiana, que está dentro do imaginário neoliberal, afirma que um dos objetivos da sociedade de mercado é “fabricar homens úteis, dóceis ao trabalho, dispostos ao consumo, fabricar o homem eficaz”. Ter à disposição uma classe trabalhadora dócil, ou “amável”, segundo o Instituto Ayrton Senna, é muito interessante para a classe capitalista. A precarização neoliberal, que ocorre simultaneamente ao desinvestimento e à privatização dos serviços públicos, é um processo extremamente violento para o conjunto da classe trabalhadora, para uns mais do que para outros. Ele mercantiliza as e os trabalhadores ao ponto da total reificação. As reações da classe trabalhadora e empobrecida às medidas austericidas dos Estados são vistas como uma desvirtude. Enquanto a violência do Estado nem sequer é percebida como violência, mas como a realização da justiça. Esse discurso cria um trabalhador passivo diante da violência à qual é submetido cotidianamente. Aliás, um dos sinônimos de “dócil” é exatamente “amável”.

No material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna, a macrocompetência “Autogestão”, que analisar-se-á a seguir, é um prato cheio da ideologia neoliberal. Portanto, a análise será apenas pontual. Dardot e Laval (2016, p. 154) afirmam que, “segundo Drucker (...) ‘A gestão empresarial é a nova tecnologia que, melhor do que qualquer ciência ou invenção, fez a economia norte-americana passar para o estágio da economia de empreendedores’ (...)”. Ou seja, o ser-humano-empresa deve se autogerir, assim como uma empresa tem de ser gerida. As competências socioemocionais que compõem essa macrocompetência são: Foco, Responsabilidade, Organização, Determinação e Persistência. Quando, no material programático elaborado pelo Instituto

¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/08/velha-previdencia-e-uma-fabrica-de-privilegios-diz-paulo-guedes-em-audiencia-na-camara.ghtml>. Acesso em 18 de jan. 2021.

Ayrton Senna (2020, p. 6), define-se o que quer dizer com “Foco”, afirma-se que é a: “Capacidade de se concentrar (...) mesmo em tarefas repetitivas”. O trecho “mesmo em tarefas repetitivas” evidencia que o ser-humano-empresa da escola pública estadual deve estar preparado para enfrentar trabalhos mecanizados. Um discurso que revela que seu objetivo não está sendo preparar seu público alvo para exercer funções produtivas criativas, como o trabalho intelectual nas universidades, mas para exercer funções mecanizadas nos setores de serviços, na indústria etc. Sobre a competência socioemocional intitulada “Responsabilidade”, afirma-se que tal competência “envolve tomar para si um combinado, assumindo os compromissos de realizar as tarefas planejadas (...)” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, p. 6). Quando o Instituto Ayrton Senna define o que é responsabilidade, refere-se à responsabilidade do ser-humano-empresa em realizar tarefas a partir de compromissos, mas não fala nada em relação às empresas assumirem a responsabilidade social pelas condições de vida de seus trabalhadores. Mas a ideia de “gestão” não se restringe ao indivíduo ou à empresa. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 154), “a nova ‘gestão de empreendedores’ (...) pretende espalhar e sistematizar o espírito de empreendimento em todos os domínios da ação coletiva, em particular no serviço público, fazendo da inovação o princípio universal de organização.” Sendo assim, o atual governador de São Paulo, João Dória, venceu as eleições ao Governo do Estado de São Paulo, em 2018, com um discurso em que se autointitulava um gestor em vez de um político. Esse discurso demonstra que a ideologia da gestão neoliberal também já está presente no espaço da política pública, isto é, revela que os interesses coletivos das sociedades também devem ser geridos como uma empresa.

A macrocompetência “Engajamento com os outros” é a mais aparentemente contraditória. Como o processo produtivo da riqueza material é social e seus frutos são apropriados de forma privada, é necessário que todas e todos os trabalhadores tenham competências para trabalhar em grupo. Nas definições dessa macrocompetência, presentes no material programático elaborado pelo Instituto Ayrton Senna (2020, p. 6), pode-se ler: “Entusiasmo (...) ter empolgação e paixão pelas atividades diárias e empregar energia para executá-las.” Segundo Dardot e Laval (2016, p. 324), “era preciso pensar e implantar (...) os tipos de educação da mente, de controle do corpo, de organização do trabalho, moradia, descanso e lazer que seriam a forma institucional do novo ideal de homem, a um só tempo indivíduo calculador e trabalhador produtivo.” Sendo assim, o ser-humano-empresa precisa

autogerir suas energias vitais diariamente para ser produtivo em todos os aspectos de sua vida cotidiana e principalmente no trabalho. Ou seja, no trecho acima, evidencia-se os interesses empresariais em dispor de trabalhadores produtivos, entusiasmados e empolgados para o trabalho render o máximo. E ainda, enfatizar a face transformadora e autorrealizadora do trabalho, em detrimento de sua face alienante e aviltante, é uma forma de manter ideologicamente o “Entusiasmo” das e dos trabalhadores. Em outro trecho, em que se define essa mesma macrocompetência, pode-se ler: “Essa macrocompetência ajuda a nos mantermos abertos e estimulados para conhecer e dialogar com as pessoas, a nos manifestarmos de maneira afirmativa e assumirmos a liderança quando necessário” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020, p. 6). A palavra “liderança” aparece algumas vezes nas definições dessa macrocompetência. Novamente segundo Dardot e Laval (2016, p. 147), “O mercado define-se precisamente por seu caráter intrinsecamente concorrencial. Cada participante tenta superar os outros numa luta incessante para tornar-se líder e assim permanecer.” Dizeres que deixam evidente que essa necessidade em se manter e tornar-se líder é um estímulo que deriva da concorrência e, ao mesmo tempo, a estimula entre as e os trabalhadores, empresários de sua própria força de trabalho.

Por fim, a quinta e última macrocompetência, a “Resiliência Emocional”. Essa é a macrocompetência que mais tenta adaptar as e os trabalhadores ao mercado de trabalho precarizado. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 144), “esses conhecimentos individuais e particulares são uns dos mais importantes ou, em todo caso, são mais eficazes que os dados estatísticos agregados, na medida em que permitem a realização de todas as pequenas mudanças permanentes às quais o indivíduo deve adaptar-se no mercado.” O ser-humano-empresa deve se adaptar a trocar de profissão com frequência; a trabalhar alternando turnos longos com curtos; a alternar entre emprego e desemprego; a alternar entre dispor de recursos financeiros ou não dispor de tais recursos; a trabalhar exercendo diferentes funções no mesmo emprego ou em outro; a conviver sempre com pessoas diferentes etc. Ou seja, deve ser flexível, fluído, precário, adaptável etc. A escola, portanto, não deve ensinar o estudante a transformar o seu meio social em que vive, mas a se adaptar a ele. Segundo uma das competências socioemocionais que compõe a macrocompetência “Resiliência Emocional”, as e os trabalhadores devem ter “tolerância ao estresse”, em vez de contribuir na construção de um mundo em que o processo produtivo não seja estressante. As e os trabalhadores devem ter “tolerância à frustração”, segundo o mesmo

documento, em vez de construir um mundo em que os sonhos possam se realizar. Enfim, como apontou Dardot e Laval (2016, p. 344), “(...) quando não se pode mudar o mundo, resta inventar-se a si mesmo.” A frustração, dentro das relações trabalhistas precarizadas, ganhou uma nova dimensão. Antes ela se expressava somente em relação ao fracasso do indivíduo em conseguir exercer uma profissão desejada, agora ela se expressa também pelo fato de determinadas profissões não garantirem mais o padrão de vida que antes se esperava delas.

É importante registrar ainda que as medidas neoliberais que implicam em um aprofundamento da flexibilização, da informalidade, da terceirização etc. das relações trabalhistas em geral e das relações trabalhistas da educação em específico, convivem com outros processos de controle do trabalho, característicos de outras formas de gestão do trabalho. Os chamados cadernos do aluno e do professor nada mais são que um sistema de apostilamento que define o que o professor deve ensinar e o que o estudante deve aprender. Um processo que cerceia a liberdade de cátedra das e dos professores e a autonomia de pensamento das e dos estudantes. Esse sistema de apostilamento é uma característica explicitamente taylorista, em que se separa aqueles que elaboram as atividades daqueles que as executam, de forma automatizada, contrariando os ideais de autonomia do ser-humano. Outro processo de gestão do trabalho, presente nas escolas públicas do Estado de São Paulo, é o Toyotismo. A figura do trabalhador da educação que cada vez mais assume multitarefas, encontra-se obrigado a fazer um pouco de tudo. Para lecionar um dos novos componentes curriculares, como o “Projeto de Vida”, os professores de todas as áreas do conhecimento passaram por um curto e remoto processo de formação não-remunerado e agora são obrigados a lecionar a nova disciplina. Para finalizar, o novo componente curricular “Projeto de Vida” foi universalizado a partir de um programa chamado: “Programa de Ensino Integral”. No modelo de gestão do trabalho presente nesse programa, foi instituído uma avaliação de desempenho dos trabalhadores da educação chamado de “Avaliação 360°”. Trata-se de um processo avaliativo em que todos vigiam cada um e cada um vigia todos. Exatamente a estrutura de vigilância que Foucault (2013) denominou de panóptica.

Conclusão

O neoliberalismo alcançou todas as esferas da sociabilidade e da cotidianidade. Assim, o componente curricular “Projeto de Vida”, atua no sentido de formar os indivíduos para serem sujeitos econômicos neoliberais, produzindo valores empresariais ou mesmo tempo que atua para dismantelar a consciência de classe. Ou seja, a análise do componente curricular “Projeto de Vida” permite expor os processos de subjetivação da força de trabalho demandada pelas novas formas de trabalho precarizadas, instáveis e flexíveis. A Educação torna-se, portanto, essencial para formar indivíduos que se ajustem com mais facilidade a um mercado de trabalho cada vez mais flexível. Portanto, a formação desse sujeito neoliberal permite que os indivíduos se tornem sujeitos de mercado e também permite combater os que criticam o capitalismo. Para tanto, o espraiamento da cultura de empresa e o espírito do empreendedorismo promovidos pela escola são essenciais para o combate ideológico. Embora os objetivos da disciplina supracitada apareçam em suas Diretrizes Curriculares diluídos entre outros objetivos, é um discurso que dificulta a percepção de seu principal objetivo, que é fazer avançar um processo de aproximação do Ensino Médio a um ensino profissionalizante e privatizado.

Ricardo Antunes (2018) afirmou que a “trípode destrutiva do capital” é composta pela flexibilização, a informalidade e a terceirização. Afirmou também que “se essa lógica não for radicalmente confrontada e obstada, os novos proletários dos serviços se encontrarão entre uma realidade triste e outra trágica: oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão” (ANTUNES, 2018, p. 34). Diante dessa conclusão, por sua capacidade de síntese do atual momento histórico, afirma-se aqui que, para derrotar a trípode destrutiva do capital, é necessário reedificar a trípode construtiva do trabalho: a organização, a unidade e a política revolucionária, o oposto da atual distopia de barbárie em que a classe trabalhadora se encontra.

Referências

ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de; HEY, Ana Paula. Sociologia da educação: Olhares sobre um campo em ascensão. In Sergio Miceli; Carlos Benedito Martins (Org.), Sociologia brasileira hoje II (pp. 253-310). Ateliê Editorial. 2018.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRÖCKLING, Ulrich. El self emprendedor: sociología de una forma de subjetivación. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2015.

BRUNO, Lúcia. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 6, n. 48, set-dez. 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere, volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Engajamento com os

outros. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Resiliência Emocional. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Amabilidade. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Autogestão. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

_____. Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Abertura ao novo. Material produzido pelo Instituto Ayrton Senna, 2020.

KLEIN, Naomi. A Doutrina do Choque. A Ascensão do Capitalismo de Desastre. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

LAUTIER, Bruno. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. Caderno CRH, Salvador, v. 27, n. 72, p. 463-477, set/dez. 2014.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

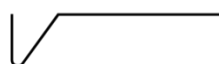
ROBINSON, William I. Global Capitalism and the Restructuring of Education: The Transnational Capitalist Class' Quest to Suppress Critical Thinking. *Social Justice*, Vol. 43, nº 3, 2016.

SAFATLE, Vladimir; JÚNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SÃO PAULO (ESTADO). *Diretrizes Curriculares Projeto de Vida*. São Paulo: SEE-SP, 2020.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020.

A Sociologia e seus dilemas digitais: as relações sociais entre a Televisão e a Internet



Tulio Magalhães Rodrigues¹

Resumo

O crescimento do acesso à internet e das transmissões *online*, em canais do Youtube, pelo Facebook, Instagram e Twitter mobilizam questões sobre o futuro da Televisão. A digitalização do acesso à informação viabilizada por dispositivos eletrônicos com diversos recursos, dentre eles de Televisão, é um sinal de obsolescência desta como espaço informacional ou uma possibilidade de reinvenção e fortalecimento do método televisivo em transmitir informações? Este ensaio tem a intenção de provocar a reflexão sobre o digital no campo sociológico, por meio da análise da relação social e tecnológica da Televisão na era digital, e como suas mudanças explicitam novas demandas ao campo da Sociologia através de um novo espaço de pesquisa.

Palavras-chave: Sociologia – Televisão – Tecnologia – Relações Sociais - Redes Digitais.

Abstract

The growth of internet access and online broadcasts, on Youtube channels, on Facebook, Instagram and Twitter, raises questions about the future of Television. Is the digitization of access to information made possible by electronic devices with various resources, including Television, a sign of the obsolescence of Television as an informational space or a possibility of reinventing and strengthening the television method of transmitting information? This essay intends to provoke reflection on the digital in the sociological field, through the analysis of the social and technological relationship of Television in the digital age, and how its changes explain new demands to the field of sociology through a new space of search.

Keywords: Sociology – Television – Technology – Social Relations - Digital Networks.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: tuliomaro@gmail.com

Introdução

Os processos de influência na comunicação social no Brasil têm um retrospecto teórico estimulado, em parte, pelas mudanças no contexto histórico e político do país. Como aponta Maria Immacolata Vassallo de Lopes² (2003), a periodização teórica da Comunicação no Brasil parte das décadas de 1950 até 1980, com mudanças substanciais no paradigma teórico de análise da comunicação. O modelo funcionalista, baseado em métodos quantitativos, descritivos e comparativos, tem predominância até a década de 1970, enquanto, na década de 1980, dividirá espaço com a linha gramsciana, que ganha relevância no estudo sobre a Cultura e a Comunicação no país com o processo de redemocratização. De acordo com Lopes, com “[...] o delineamento teórico e metodológico da perspectiva gramsciana, o popular deve ser estudado como posição relacional e não como algo isolado em si mesmo” (p. 64, 2003).

A modificação do paradigma teórico da Comunicação no Brasil tem relação com a recepção da teoria gramsciana, que chegou na América Latina e ao Brasil, ainda na década 1970. Essa influência na esfera das comunicações é vista na teoria dos meios e das mediações de Jesús Martín-Barbero (1997), que rompe com o paradigma da Escola de Frankfurt, onde a mídia é vista como instrumento de manipulação orientada, especialmente em torno do conceito de indústria cultural, que via a cultura a serviço de uma sociedade administrada. Para o autor, “[...] nem toda assimilação pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não é de resistência” (BARBERO, 1997, p. 105). Contudo, como destaca Lopes (2003), o modelo funcionalista ainda persiste como tendência teórico-metodológica predominante nos meios analíticos de comunicação.

O aumento crescente da exposição midiática foi promovido pelas transformações tecnológicas, que possibilitaram mudanças na maneira de consumo de entretenimento. Este consumo, em um primeiro momento, limitava-se ao espaço público³. Posteriormente,

² Docente titular na Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP.

³ Em um primeiro momento o Teatro e o Cinema, em seguida podemos apontar o Rádio e a Televisão como bens privados de entretenimento, enquanto os dispositivos remotos como *smartphones*, *tablets*, *laptops* e afins como aparelhos individualizados.

transferiu-se ao privado para, por fim, chegar à esfera dos indivíduos. É possível, neste contexto, traçar uma linha de tempo com o passado, no modo de captação de preferências e interesses. Nesse sentido, os temores evocados pela indústria cultural sobre o controle e a manipulação da informação ainda encontram espaço analítico em uma sociedade digitalizada em um campo informacional expandido. Isso se dá pelos polos de influência que a mídia tem exercido pelas novas formas de disseminação de informação através de vetores formais e informais. A atomização da informação pelas plataformas digitais fortalece as corporações na criação de redes informais de atores influenciadores, como os *youtubers*, que produzem conteúdos que sejam rentáveis.

A noção de indústria cultural, com isso, é mantida em um cenário de informações descentralizadas pela cooptação das empresas junto de células informacionais criadas em determinados cenários de influência⁴; política, meio ambiente, ou mesmo na saúde. Esse quadro diz pouco sobre os receptores e muito sobre os emissores, mas também ilustra um cenário que demanda cada vez mais atenção: a *internet* e os seus meios informacionais. Isso se acirra ainda mais pelo fato de o digital ainda ser uma temática em desenvolvimento.

As mudanças no modo de recepção de informações, no consumo de entretenimento e na maneira de criar conexões entre os indivíduos têm se modificado desde o surgimento da *internet* como um espaço que descentraliza relações. Isso ocorre de forma potencializada após as transformações no uso da rede provocadas pela Web 2.0 e seu modelo de conectividade em plataformas de interação. As inovações tecnológicas, tais como as ferramentas digitais que mediam nosso cotidiano social estão alterando a maneira através da qual a sociedade se relaciona e se organiza. Estas alterações vêm moldando o comportamento da sociedade no século XXI.

A compreensão deste cenário, pelas mudanças contidas em uma sociedade integrada, colabora para o surgimento de ferramentas de análise para pesquisadores e estudiosos do fenômeno do digital. A Sociologia, como um campo de orientação e interpretação das mudanças sociais, acompanha as alterações que o acesso ao digital tem provocado. Nesse

⁴ O posicionamento político da cantora Anitta ao candidato do PT, Lula, é um bom exemplo sobre as bolhas de influências geradas pelos influenciadores. Ver. SOUZA, Felipe. Anitta apoia Lula. *BBC*, 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62130784>>. Acesso em: 14 jul. 2022.

sentido, discussões sobre um novo campo dentro da Sociologia geram debates em torno de uma emergência a uma Sociologia Digital. Esse novo campo teria como finalidade compreender não só as novas metodologias para análise do digital, mas também a maneira através da qual os indivíduos produzem dados nesse espaço (NASCIMENTO, 2016).

Essa ascendência do digital como um lugar que descentraliza relações sociais instiga questões sobre a percepção de outros meios que, costumeiramente, centralizavam os campos de integração, entre assimilação de conhecimento e entretenimento, como a Televisão e sua representatividade na realidade social. A digitalização do acesso à informação através de dispositivos remotos com recursos diversificados, inclusive de televisão, é um indicativo de obsolescência da Televisão como espaço informacional ou uma possibilidade de evolução do modelo de programação da televisão em transmitir notícias? Esta questão irá permear o debate no desenvolvimento deste artigo.

Na tentativa de encontrar respostas aos questionamentos levantados as considerações teóricas de Pierre Bourdieu sobre a Televisão, o poder simbólico e suas variações serão pontos importantes de análise e crítica. Além disso, os argumentos encontrados em pesquisas sobre a Sociologia Digital (NASCIMENTO, 2016; MISKOLCI; BALIEIRO, 2018; LUPTON, 2015) contribuirão para entender o comportamento dentro do campo sociológico. O texto, desta forma, será dividido em duas seções: a primeira terá como eixo explicativo o digital e uma breve introdução às suas transformações no campo, com o surgimento de um debate em torno de um novo ramo de pesquisa; a segunda analisará a Televisão e sua representatividade como difusor de relações no espaço social e o seu comportamento na era digital, além de uma breve discussão sobre sua coexistência com a *internet* em mundo digitalizado.

1. A Sociologia e sua atuação no digital

O termo “Sociologia Digital” surge na bibliografia de língua inglesa em 2009, como aponta Nascimento (2016): o artigo *Digital Sociology: Emergent Technologies in the Field and the Classroom*, revela as preocupações em torno dos aspectos metodológicos de pesquisa. Contudo, as publicações de um conjunto de textos em 2013 em torno da Sociologia no âmbito digital, organizado por Kate Orthon-Johnson e Nick Prior, marcou a relação da Sociologia com as transformações na esfera digital. O trabalho ampliou a dimensão de pesquisa sobre

o campo sociológico e buscou compreender o comportamento das relações do digital ao produzir conhecimento e se conectar nas redes como um espaço comunitário de ação coletiva.

No ano de 2015 foi publicado o livro *Digital Sociology*, da socióloga australiana Deborah Lupton, que trouxe uma defesa da imersão da Sociologia no digital. A autora traz elementos que buscam teorizar a sociedade digitalizada e suas esferas de influência no social, tanto pela reconfiguração da *internet* na dimensão acadêmica, pelas novas ferramentas de pesquisas, quanto pela digitalização do conhecimento através da influência de plataformas digitais de produção e divulgação de conhecimento como o *Google*. Essa tendência de estudos do digital na dimensão sociológica tem ganhado pesquisadores no Brasil e fora dele, como nas pesquisas da psicóloga americana Shoshana Zuboff e do Sociólogo brasileiro Sergio Amadeu, sobre a vigilância digital. O leque de estudos e a integração interdisciplinar têm composto análises em torno da sociedade digital que direciona suas pesquisas em espaços diversos; em pesquisas sobre moedas digitais, *fake news*, o uso e interpretação dos algoritmos e plataformas digitais.

As mudanças e interferências do digital nos processos sociais, políticos e econômicos ampliaram pesquisas para a compreensão da dinâmica que essas ações podem desencadear. As jornadas de junho de 2013, a trajetória para o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e as eleições presidenciais de 2018 foram exemplos importantes para compreender que o digital tem mediado e proporcionado importantes mudanças no comportamento político e social. Essa mediação já era vista na televisão⁵ e no modelo de influência que exerce em seu público⁶. No entanto, a diferença pode ser destacada pela dimensão de alcance. O modelo descentralizador das informações encontradas na *internet* transcende as fronteiras dimensionais, tanto em velocidade de propagação quanto em distintos espaços territoriais

⁵ As novelas são exemplos de influência no campo do debate público pelas produções temáticas que, quase sempre, tocam em temáticas polêmicas na esfera social. Ver. Relembre as novelas que abordaram temas sociais em suas tramas. *GSHOW*, 2021. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/novelas/mundo-de-novela/noticia/relembre-novelas-que-abordaram-temas-sociais-em-suas-tramas.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

⁶ Os índices de audiência da programação do Jornal Nacional sobre os desdobramentos da operação Lava Jato é um exemplo de influência midiática exercido por um programa de TV. Ver. CASTRO, Daniel. Com vazamento da lava jato, jornal nacional tem ibope de a dona do pedaço. *Uol*, 2019. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/com-vazamento-da-lava-jato-jornal-nacional-tem-ibope-de-dona-do-pedaco-27413>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

provocadas pelo fácil acesso. A reedição de figuras como Olavo de Carvalho⁷, por meio do seu *blog* Mídia Sem Máscara e seu canal no *Youtube*, e figuras de uma intelectualidade da direita (ROCHA, 2019) são exemplos que ilustram a importância de interpretar o potencial do digital.

Na década de 2010, ganha força a percepção de que as relações face a face deixam de ser o centro incontestável da vida contemporânea, o que obrigaria a sociologia, cujas metodologias, teorias e conceitos criados a partir de uma realidade sem (ou com pouca) mediação tecnocomunicacional, a encarar o desafio de investigar objetos que envolvem relações sociais mediadas digitalmente. (MISKOLCI; BALIEIRO, 2018, p. 141-142).

O modo interativo como os recursos digitais operam, especialmente nas redes sociais, popularizou o seu uso na produção e divulgação de conhecimento, além da possibilidade de ampliação da participação social nas esferas públicas, como na emissão de opiniões sobre projetos de leis promovidos por instituições do estado. Os novos formadores de opinião são incorporados ao debate público, em que seus manifestos se transformam em dados que são utilizados para compreensão e interpretação da opinião pública. As redes sociais se tornaram filtros e termômetros analíticos para políticos, governos, estabelecimentos comerciais e figuras públicas em geral. No entanto, o uso do recurso digital para emissão de opiniões e interação em temáticas representa uma mudança de paradigma na produção de conhecimento e na sua própria recepção e emissão ou são mudanças paliativas que passam uma impressão de participação e integração a contextos de discussão? Essas questões demandariam uma profunda análise do comportamento de grupos sociais e da recepção informacional no uso das redes, dos recursos digitais e do próprio conhecimento destes grupos sobre o repertório informacional disponível. Embora esta não seja a finalidade deste trabalho, diante do cenário de ampliação do acesso à *internet* no Brasil⁸, é interessante realizar apontamentos preliminares que possam ilustrar partes dessa questão.

⁷ O autor já esboçava suas ideias na década de 1990. A ausência de espaço formal para o debate de suas ideias o fez migrar para internet onde capitaneou notoriedade através de um público descontente com o governo. Ver. CHALOUB, Jorge. As razões de Olavo de Carvalho. *Revista Escuta*, 2022. Disponível em: <<https://revistaescuta.wordpress.com/2022/01/30/as-razoes-de-olavo-de-carvalho/>>. Acesso em 10 jul. 2022.

⁸ Ver. Uso da internet no Brasil cresce, e chega a 81% da população, diz pesquisa. *G1*, 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/08/18/uso-da-internet-no-brasil-cresce-e-chega-a-81percent-da-populacao-diz-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

Os dilemas sociais da sociedade brasileira perpetuam-se em paralelo ao progresso tecnológico. Esta realidade transfigura a percepção das inovações como promotoras de um futuro de melhoria tecnológica e percebido como sinal de prosperidade (ROQUE, 2021). Ressalte-se que esse senso de verticalidade, entendido como evolução tecnológica não é acompanhado pelo progresso social porque o mesmo é inexistente dentro de uma realidade de ausências de políticas públicas eficientes, *déficit* educacional e habitacional, concentração de renda, etc. Esse progresso é distorcido à medida que é condicionado a grupos específicos. A *internet* e a dinâmica de seu funcionamento ainda são reificadas (LUCKMAN; BERGER, 1985), em um consenso no qual essas inovações são elementos de utilidade funcional, mas estranhos à compreensão dos indivíduos como produtos produzidos pela própria sociedade.

As redes sociais dão a falsa impressão de que a horizontalidade das interações equivaleria a um contexto mais democrático, mas diversos pesquisadores (Alcântara, 2016; Merclé, 2011; Miskolci & Balieiro, 2018) mostram que redes são contextos desiguais e hierárquicos em que alguns exercem o papel de formadores de opinião, enquanto a maioria apenas repercute. (MISKOLCI, 2019, p. 957)

Esse cenário de novidades e inovações, mas também de vulnerabilidades e confusões justifica, por exemplo, a presença das *fake news*⁹ como um tradutor das preferências dos usuários pela ausência de direcionamentos seguros de informação. A Sociologia Digital, portanto, como um campo de pesquisa, se mostra relevante não apenas como um novo espaço de análise pelo conjunto de temáticas derivadas da dimensão do virtual, mas também pela utilização de mecanismos metodológicos próprios para o desenvolvimento e identificação de seus problemas de pesquisa.

2. A Televisão do analógico ao digital

O uso da Televisão no Brasil foi popularizado ainda nos anos 1980¹⁰, tanto pelo processo de redemocratização nacional e abertura política, em que as emissoras passam a

⁹ Ver. VIEIRA, Ezequiel. Fake News: descentralização das informações e polarização política. *Observatório da Imprensa*, 2019. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/desinformacao/fake-news-descentralizacao-das-informacoes-e-polarizacao-politica/>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

¹⁰ Ver. UEDA, Ariane; RESCK, Guilherme; SOARES, Marcelo. A transformação da televisão brasileira os 40 anos do SBT. *SBT News*, 2021. Disponível em: <<https://www.sbtnews.com.br/noticia/sbt-40-anos/178663-a-transformacao-da-televisao-brasileira-nos-40-anos-do-sbt>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

apostar em programas arrojados, quanto pelo surgimento de emissoras como o SBT e a Rede Manchete, que buscaram, justamente, apostar nesse estilo popularesco de o povo na TV¹¹ (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2018). A Televisão era fonte de informação para as famílias que tinham o dispositivo como um recurso multitarefa, tanto na função de entretenimento, ao assistir filmes, novelas, programas de auditório, jogos de futebol, quanto para o consumo de notícias de jornais locais e nacionais. Entretanto, a função da Televisão como mediadora de acesso ao social era limitada, pois restringia o espectador a um ouvinte, um receptor (SANTAELLA, 2003). Essa realidade foi alterada com o advento da *Internet* e dos microcomputadores, pois estes trouxeram o acesso às informações de maneira descentralizada e os telespectadores/internautas começaram a interagir, reagir às notícias que recebiam, ao respondê-las de forma direta, na criação de fóruns ou debates nos *sites* de notícias.

Com o surgimento da Web 2.0 e o desenvolvimento de plataformas de interação como as redes sociais, com possibilidades de compartilhamento em massa de dados em vídeo e imagens, esse cenário foi ampliado para uma nova forma de consumo de informações. Com isso, é possível afirmar que houve mudanças na forma como as pessoas se relacionavam com a mídia, na maneira de se informar; no entretenimento, em relação às opções de conteúdo, no modo de participação e na maneira de interagir com o mundo ao redor. O advento da *internet* modificou o paradigma do consumo de informações no país, que, em um primeiro momento, tinha a Televisão como mecanismo centralizador e direcionador de informações. A *internet* e os seus dispositivos receptores como os microcomputadores, *smartphones* e afins têm descentralizado essa maneira de consumo, pois as pessoas passaram de expectadores para criadores de conteúdo, ou seja, os indivíduos se tornaram receptores-emissores de dados.

Essa realidade, ainda em trânsito, não se capilarizou ao nível da Televisão, já que, em 2019, o acesso passava de 96% dos lares brasileiros¹². Os microcomputadores e o acesso

¹¹ Termo homônimo ao programa produzido na emissora. Além desse, é possível citar o Programa Silvio Santos e a Praça é Nossa como iniciativas voltadas a essa ideia de o povo na Tv.

¹² Ver. PNAD Contínua TIC 2019: internet chega a 82,7% dos domicílios do país. IBGE, 2021. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/30521-pnad-continua-tic-2019-internet-chega-a-82-7-dos-domicilios-do-pais.html>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

à *internet* ainda têm o seu acesso limitado em regiões do país. Pesquisas¹³ do IBGE retratam que domicílios rurais têm 55,6% de acesso, enquanto nos domicílios urbanos a taxa sobe para 86,7%. Além disso, nos mesmos dados, existe um contingente de 40 milhões de pessoas que não têm acesso à rede por diversos fatores, com destaques para a falta de conhecimento para uso e a ausência de rede para acesso, principalmente na zona rural do norte e nordeste do país. A popularização dos *smartphones*, o acesso às redes móveis e a ampliação da rede de *internet* reduz o *déficit* ainda existente ao acesso, mas isso tem se tornado um novo paradoxo nos dilemas brasileiros. Enquanto uma parcela da população ainda tem seu acesso precarizado por falta de redes de acesso local, em outras localidades, por outro lado, já existem redes de 5G que possibilitam uma transmissão de dados em uma velocidade superior ao padrão oferecido no país hoje.

O uso da Televisão como um difusor de informações transformou-se durante o tempo. Se, em um primeiro momento, em seu surgimento, na década de 1950,¹⁴ no Brasil, as mensagens “[...] relatavam uma ‘aura’ de sonhos, utopias e modernidade associados ao novo meio” (BRANDÃO, 2015, p.71), a partir dos anos 1970, o perfil e percepção sobre a Televisão e sua inserção no campo social foram modificados¹⁵. Isso ocorrera, em parte, pelo modelo empresarial ascendido pelas investidas e posterior sucesso do neoliberalismo no contexto global. A evolução da Televisão como um centro de entretenimento é ampliada com o repertório de canais que moldam a TV nesse momento e se consolidam na década de 1990 (BRANDÃO, 2015).

No Brasil, após a ditadura e a mudança qualitativa de um novo paradigma de programação, a Televisão se estabeleceu com o surgimento de programas que se dividiam em noticiários e debates, novelas, programas de auditório e entrevistas. Essa lógica de

¹³ Na última amostragem do IBGE, 2019, em torno de 40 milhões de brasileiros não tinham acesso à internet. Zonas Rurais, especialmente as regiões norte e nordeste puxam os índices de ausência de acesso. Ver. Educa IBGE. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

¹⁴ A primeira emissora de televisão brasileira, a Tv Tupi, foi inaugurada em 18 de setembro de 1950. Ver. PEDROSA, Leyberson; FERREIRA, Luiz Cláudio. TV brasileira: a cronologia dos primeiros anos. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/tv-brasileira-programacao-primeira-decada>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

¹⁵ Ver. 60 anos da Tv no Brasil: da improvisação ao vivo à era digital. Ver. SALATIEL, José Renato. 60 anos da TV no Brasil – Da improvisação ao vivo à era digital. *Uol*, 2010. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/60-anos-da-tv-no-brasil-da-improvisacao-ao-vivo-a-era-digital.htm>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

representação da Televisão no cenário brasileiro integrava o país no contexto global de informações, mediadas pela Televisão, através de uma lógica de mercado com a chegada da TV por assinatura (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2018). A multiplicação dos canais possibilitou e ampliou o campo de visão e de consumo dos telespectadores. A Televisão podia ser interpretada como um instrumento de manutenção da ordem simbólica (BOURDIEU, 1997). A programação da TV hierarquizou os públicos, pois apresentava conteúdos de todas as espécies, valores e estratos sociais. O aparelho de TV tornou-se um item obrigatório de todo brasileiro, independentemente da posição social. Essa integração influenciou o comportamento da vida dos brasileiros, na medida em que sua programação centralizou o entretenimento e terceirizou um modelo de apreensão do conhecimento, que era ditado e tutelado pelas informações emitidas pelo conteúdo programático dos canais de TV. Assim, “A televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política” (BOURDIEU, 1997, p. 29).

O sucesso da *internet* como uma tecnologia de informação permeada pela ação de uma rede que, hoje, alcança todo o globo, apresenta semelhanças e diferenças em comparação às finalidades da Televisão: há semelhança, por exemplo, na ampliação da comunicação de massa pela possibilidade de acesso por dispositivos remotos, mas com a diferença de personalizar o conteúdo na maneira de consumir, ou mesmo produzir informações. O marco de desenvolvimento dos microcomputadores ao uso doméstico, visto na década de 1990, e a popularização da *internet* como ente técnico que modernizou o modo de comunicação dos indivíduos avançou com atraso¹⁶ no Brasil. No início do século XXI, o microcomputador e o acesso à rede eram ainda pouco difundidos no contexto brasileiro, principalmente devido ao custo do equipamento e ao acesso à *internet*. Além disso, ainda era pouco comercializado por ser uma tecnologia em desenvolvimento no país, ao mesmo tempo em que a Televisão estava difundida e integrada à sociedade brasileira.

O conteúdo e modelo de atuação centralizador e emissor de informações da Televisão estão inseridos no contexto social e atendem, praticamente, a integralidade da sociedade

¹⁶ Ver. Brasil está atrasado no acesso à banda larga. IPEA, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1089&Itemid=8>. Acesso em: 02 mar. 2022.

brasileira. Os aparelhos e serviços oferecidos pelas operadoras de Televisão no país se modernizaram e transformaram o setor em uma rede extensa que atinge diversos campos sociais, direta e indiretamente. Esse sucesso ocorre, em parte, por uma condução que concilia relações sociais de cunho econômico e culturais. O universo que é captado e retratado “[...] pelos programas de auditório é rejeitado com força por expressar o mundo a partir de uma perspectiva moral que ignora distinções sociais, culturais, econômicas e políticas, e por supor que as diferenças sociais são diferenças individuais” (BERGAMO, 2006, p. 312-313). O modelo de gestão de representatividade uniforme, que proporciona equivalências de programação pela construção de conteúdo por demandas e setores sociais é visto em todas esferas da televisão: em *Reality shows*, onde os participantes são escolhidos dentro de demandas sociais, quem tem mais *views*; em noticiários, notícias que são mais comentadas; em novelas¹⁷, onde os personagens caracterizam cenários comuns da vida brasileira e suas dicotomias, quase sempre em temáticas que tratam dos dilemas do país por um filtro do mercado e argumentos pré-definidos.

O surgimento da *internet* e os recursos de interatividade vistos nas plataformas digitais, em redes como: Orkut, Twitter, Instagram e Facebook não ocuparam diretamente o espaço da televisão, como visto em autores (FECHINE; CARLÓN, 2014) que profetizavam o fim do aparelho como tecnologia superada. Em um primeiro momento, os recursos televisivos são complementados pelo uso da rede e ampliados com sua migração a digitalização e a reprodução do seu conteúdo em aparelhos multiplataformas auxiliadas pela rede.

A coexistência entre a televisão e a *internet* demonstra que a função social da televisão, que é a de integrar as relações sociais em um plano de existência simbólica, amplificou os meios de dominação. As mudanças e a conciliação entre o meio televisivo em sua atuação no contexto social físico com o meio virtual, de atividade informatizada, renovaram a percepção de atuação da dominação simbólica, entendida por uma conformação inconsciente de um papel social pré-determinado socialmente reproduzida pelo dominador e correspondida pelo dominado, em uma relação mútua de concordância. Não existe imposição direta ou coação objetiva, na maioria dos casos, mas uma identificação posicional inconsciente

¹⁷ Novelas como “A força do Querer”, da autora Glória Perez, onde a identidade de gênero era debatida; na produção de Jayme Monjardim do ano de 2001, O Clone, onde a temática do vício em drogas era explicitamente discutida, ou mesmo, na produção de Walcyrr Carrasco de 2017: “O outro lado do Paraíso”, que retratou temáticas em torno da pedofilia e do racismo. Essas temáticas abordam dramas sociais que estão presentes em nosso cotidiano.

dos atores com os papéis sociais direcionados pela sociedade, pois a função de emissor de opiniões, por exemplo, é uma atividade mediada pela ação dos idealizadores que agem na rede.

Os telespectadores não apenas recebem a informação, mas apresentam uma relação de interação com as notícias. Com essa ação os indivíduos produzem dados, reproduzem informações e alimentam um sistema que reage às interações dos usuários. A televisão na era digital se alia à *internet* e supera o seu grau de atuação.

2.1. A convivência entre as redes

A coexistência entre a Televisão e a *internet* em um vínculo de complemento fortalece a tese de uma ampliação de controle das relações sociais. Na política, por exemplo, não seria diferente, quando a influência em determinado posicionamento ou figura política ganhasse uma dimensão anormal. Se, antes, a televisão condicionava a escolha pela apresentação recorrente de argumentos em defesa de determinada figura, hoje, com uma ampliação do acesso à rede o repertório de condicionamento não se limita a ligar ou não um aparelho de TV, mas pela própria desconexão ao mundo social integrado à rede: “Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir o que os críticos literários chamam o efeito de real, ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver” (BOURDIEU, 1997, p. 28).

O monopólio da informação criado pela TV, no qual era o meio que detinha os direitos e a legitimidade de apresentar informações foi ampliado com a possibilidade de reação. A influência não é somente recebida, mas reproduzida através da dinâmica do virtual que permite uma interação, por meio das condições informativas que lhe são direcionadas a todo instante. A “falsa universalização” dos meios de comunicação e do acesso às informações ainda se apresenta ineficaz pela própria origem imposta (BOURDIEU; WACQUANT, 2002), já que interesses econômicos são naturalizados em esferas de atuação social na vida cotidiana; em relações de trabalho, modos de expressão cultural e no campo educacional através da incorporação sutil percebida em ações de *think tanks*. Esse movimento é exemplificado nas jornadas de junho de 2013 e nas manifestações *pró-impeachment* contra a ex-presidente Dilma Rousseff, com atuação de grupos financiados, como o MBL (Movimento Brasil Livre), e a ampliação de um nicho editorial que fortaleceu a visibilidade de uma intelectualidade da direita brasileira.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os <sistemas simbólicos> cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a <domesticação dos dominados>. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A Televisão como instrumento de uma ordem simbólica, que age em torno de conveniências aos atores políticos, trabalha em uma lógica econômica que condiciona o seu conteúdo a interesses. A *internet* retroalimenta e dá amplitude à função política da Televisão como campo para discussão, produção de conhecimento e de informações sobre preferências. “A televisão, como campo social, fica destituída de uma lógica própria, em que opera fatores sociais específicos a seu contexto. Com isso, ela simula, encena uma lógica que lhe é exterior” (BERGAMO, 2006, p. 311). Essa tendência com os recursos digitais facilita os “sistemas simbólicos” a se integrarem socialmente, pois são terceirizados pelos usuários ao reproduzir conteúdo. Se antes os usuários/telespectadores eram receptores de informações pela limitação da função tecnológica, agora são receptores-emissores de conteúdo pela expansão, mas no modo de reprodução simbólica que reforça distinções políticas/econômicas, principalmente quando os interesses dos usuários estão voltados ao consumo direcionado, e não na origem dessa tutela que os direciona.

O movimento visto entre a Televisão e a *Internet* é um modelo de integração em uma via de mão dupla. À medida que a *internet* amplifica as funções sociais da televisão e os seus entes técnicos, em um tipo de hibridização com o mundo digital, a Televisão alimenta os desenvolvedores de conteúdo da rede como referência aos modelos de influência midiática na construção de público.

Dentre as atuais reconfigurações do universo televisivo, decorrentes de sua ambientação digital, destacam-se dois grandes movimentos:

[1] a introdução de elementos da televisão no computador, cujos modelos mais evidentes são as televisões na *internet* e no celular;

[2] a introdução de elementos do universo computacional na televisão, que tem como seu maior exemplo a TV digital. (CAPANEMA; FRANÇA, 2013, p. 25).

Esse processo de retroalimentação se consolida em uma união tecnológica, na qual “[...] os meios se recombinaem de forma a gerar outros, que se somam aos primeiros”

(CAPANEMA; FRANÇA, 2013, p. 25). A união que modificou o modo de apreensão de informações passa pela junção de tecnologias e suas experiências no próprio campo cultural. A televisão, aliada às funções de um microcomputador, mediada pela rede digital, proporciona uma renovação na maneira de como assistir Televisão. Se, nos anos 1980, a possibilidade de uma rede de programação era uma inovação no meio televisivo, com o surgimento da *internet* e os entes técnicos que permitem sua utilização essa mudança ganhou um novo *status*, pois a televisão passou a ser concebida sob demanda do público, personalizada. O potencial dessa aliança também influenciou os interesses e finalidades do próprio mercado econômico, pois, se antes havia uma programação voltada a direcionamentos específicos em escolhas políticas¹⁸, por meio de afinidades ideológicas da mídia, agora o mesmo processo foi potencializado.

Os atores legitimados em plataformas da rede ditam moda, tendências e visões políticas em escalas que a televisão não alcança pela própria dimensão que a rede opera. Se a televisão, com a sua ampla difusão, tem um monopólio da opinião de uma parcela da sociedade (BOURDIEU, 1997), a mediação da *internet* na divulgação, criação e interpretação das informações amplifica esse cenário pela quantidade de acessos, que foram simplificados pela qualidade de sinal e por seus dispositivos de recepção. O campo sociológico, diante destas mudanças, deve criar mecanismos e modos de atuação no digital, pois, mesmo que as finalidades de dominação simbólica sejam semelhantes, os meios para sua aquisição têm ganhado nova roupagem.

A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia”. (BOURDIEU, 1997, p. 22)

Assim, a Sociologia, como eixo de explicação do social não deve ser abster de renovações ou criações de novos campos. Obviamente que são colocações superficiais que não darão conta da ampla discussão da temática, mas o exemplo da relação entre televisão e *internet* é um bom ponto para destacar as constantes mudanças que o social vem sofrendo e as demandas que estas provocam na Sociologia. Se o debate em torno de uma Sociologia Digital transita em torno de um novo campo de pesquisa ou novas ferramentas

¹⁸ Como candidatos políticos.

metodológicas, no fim, a finalidade é a mesma: a compreensão das mudanças sociais e a identificação de seus problemas, antigos e novos.

Conclusão

A Televisão como fonte de análise apresenta um cenário interessante para avaliação da digitalização das relações sociais e seus possíveis desdobramentos. A *internet* tem mediado o acesso dos indivíduos em diversas esferas do cotidiano social e modificou o modo de apreensão do conhecimento, do entretenimento e de maneiras de se informar, e mesmo se comunicar. As transformações cotidianas que prometem facilitar nossas vidas pela transferência dos acessos ao campo virtual mobilizam, no entanto, questionamentos e debates sobre dilemas da sociedade brasileira.

A coexistência e integração de tecnologias que possibilitaram, por exemplo, o desenvolvimento da TV digital apresentam-se como um cenário onde o passado e o presente se encontram e tramam um projeto de futuro. A experiência dos desenvolvedores da Televisão e as possibilidades que a *internet* e suas funções de interação promoveram, com o surgimento de uma Televisão híbrida que conserva o seu modelo programático e de fácil acesso, mas também se atualiza ao possibilitar funções avançadas, tem permitido a personalização do seu uso e a sua conexão à rede.

Essa mudança, porém, não se limitou a um avanço tecnológico; pelo contrário: interpretou também uma nova forma de representação do próprio capital. Se a Televisão, com o seu monopólio da informação, atuou de maneira direcionada pelas incorporações financiadoras e por padrões culturais específicos que seus patrocinadores indicavam, com a informatização da Televisão, como um aparelho multiplataforma, a realidade foi amplificada em todas as dimensões. Se o mundo no modo analógico tinha o poder de influência pelo consumo de informações mediadas pela Televisão, mas com a limitação de estar assistindo para ser um receptor, com o advento da *internet* e a digitalização das relações sociais, no modo de consumo de notícias, essa limitação foi resolvida. No mundo multiplataforma, onde estar *online* representa visibilidade e participação social, o fluxo de informações, direcionamentos e compartilhamento de interesses é contínuo.

A lógica de mercado e de interesses ganhou uma nova ferramenta para o aumento das vendas e para a mobilização de apoios, independentemente dos grupos. A produção de

dados, ao usar as plataformas digitais e a *internet*, colabora com as corporações que os financiam e, até mesmo, de governos que buscam avaliar dados sociais. Essa imensa produção de dados tem se direcionado a analistas de grandes empresas que, consequentemente, geram lucros com a interpretação das preferências. A influência e os dados que estão sendo gerados nessa perspectiva de mundo virtual produzem uma demanda a Sociologia pelo estudo do digital. A interpretação das relações sociais concebidas nesse campo de análise se reforça não só pela necessidade de compreender as novidades que o mundo digital tem trazido, mas, principalmente, pela ausência de conhecimento do meio pelos indivíduos.

Essa situação torna a compreensão dos dados, dos meios e as finalidades do uso dos materiais produzidos na rede uma urgência para o campo sociológico. Diante deste cenário de rápidas mudanças, a Sociologia, como área de concentração de estudos sobre a sociedade, tem pela frente o desafio de interpretar e traduzir as novidades que a digitalização do cotidiano social tem produzido aos indivíduos.

Referências

ABREU, Karen Cristina Kraemer; CASAL, Yasmin; TEWS, Julia Nadine; RODRIGUES, Fábio Andrei Kuckert. *Memória da Televisão no Brasil: Um breve passeio pela história*. iCom+D – Comunicação e Design: Trensversalidades possíveis. Rio Grande do Sul, v. 4, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/ricom/article/view/2318>.

Acesso em: 11 jul. 2022.

AMADEU, Sergio. *Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

AMARAL, Marina. *A nova roupa da direita*. Apública: jornalismo investigativo. São Paulo, 23 jun. 2015. Disponível em: <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

ADORNO, Theodor W. *A indústria cultural e sociedade*. 5. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BERGAMO, Alexandre. *Imitação da Ordem: as pesquisas sobre televisão no Brasil*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 303-328, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. *Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista*. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 15-33, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/zqDTC6cBFBj4KqdYT_XgcNJy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRANDÃO, Eduardo Rangel. Rotinas de uso de computadores, smartphones e/ou tablets para acessar formatos de conteúdos relacionados à TV sob o ponto de vista do design centrado no usuário. 2015. 256 f. Tese (Doutorado em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=25596@1>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CAPANEMA, L.; OLIVEIRA FRANÇA, R. *A Televisão no Ciberespaço: reformulações da televisão na internet e na TV Digital*. Revista GEMInIS, v. 4, n. 1, p. 20–36, 2013. Disponível em: <https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/125>. Acesso em: 28 fev. 2022.

FECHINE, Yvana; CARLÓN, Mario (Orgs.). *O fim da Televisão*. Rio de Janeiro: Confraria do vento, 2014.

GILLESPIE, Tarleton. *Custodians of the Internet: Platforms, content moderation, and the hidden decisions that shape social media*. New Haven: Yale University Press, 2018.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. *Pesquisa em Comunicação*. 7. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LUPTON, Deborah. *Digital Sociology*. London/New York: Routledge, 2015.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. *Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira*. Revista Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, 2019. Disponível em: http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2019/10/9_v09n03_JorgeMachado-RichardMiskolci.pdf. Acesso 18 fev. 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. *Sociologia Digital: balanço provisório e desafios*. Revista Brasileira de Sociologia, Porto Alegre, v. 6, n. 12 p. 132-154, 2018. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/352>. Acesso em: 10 fev. 2022.

MISKOLCI, Richard. *Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade*. Contemporânea, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 275-297, 2016. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/525>. Acesso em: 12 jul. 2022.

NASCIMENTO, Leonardo. *A Sociologia Digital: um desafio para o século XXI*. Sociologias, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 216-241, 2016. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/53754/37173>. Acesso em: 02 fev. 2022.

NOBLE, Safiya Umoja. *Algorithms of Oppression: How Search engines reinforce racism*. New York: New York University, 2018.

PRIMO, Alex. *O aspecto relacional das interações na Web 2.0*. E-Compós, Brasília, v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/153>. Acesso em: 25 fev. de 2022.

PRIOR, N.; ORTON-JOHNSON, K. *Digital Sociology: Critical Perspectives*. [S.l.]: Palgrave Macmillan, 2013.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (Orgs.). *História da televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

ROCHA, Camila. “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina”, In: S. Cruz et al. (Orgs.), *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015, p. 261-278.

_____. *‘Imposto é roubo’: a formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff*. DADOS: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 1-42, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xtmSkTy-VvY4SRn3tpkNZhZR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2022.

ROQUE, Tatiana. *O dia que voltamos de marte: uma história da ciência e do poder*,

com pistas para um novo presente. São Paulo: Planeta, 2021.

SANTAELLA, Lúcia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, L. N.. *O mercado editorial e a Nova Direita brasileira*. Teoria e Cultura, v. 13, n. 2, p. 73-84, 2018.

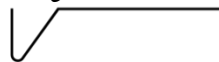
SOARES, Angelo dos Santos. *A informática e a (des)centralização*. RAE: Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 83-88, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38878/37622>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SWARTZ, Lana. *Money: How payment became social media*. New Haven: Yale University Press, 2020.

WYNN, Jonathan R. *Digital Sociology: Emergent Technologies in the Field and the Classroom*. In: Sociological Forum, v. 24, n. 2, p. 448-456, 2009.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Fragmentos de Escrevivências nas Poesias das Jovens Secundaristas.



Fernanda Cristina Gomes¹

Maria Thereza Lisboa²

Jaquelina Maria Imbrizi³

Resumo

Em territórios vulnerabilizados pela desigualdade social, as ações coletivas das juventudes convocam o artefato poético para desatar experiências subordinadas em prol de criativas e pertinentes. O objetivo deste artigo é discutir a manifestação cultural poética juvenil à luz do conceito de “Escrevivência” de Conceição Evaristo. Para tal, utilizam-se trechos de poesias produzidas por poetisas secundaristas de uma escola pública em São Vicente/SP e publicadas no livro “*Poesias Diversas - 2019*”. A partir do entendimento da arte como ponto de ancoragem, as poesias suportam um ficcionalizar crítico sustentado com legitimidade em traçar modos de existir perante as opressões das estruturas sociais.

Palavras-chave: Arte, Juventude, Escrevivência, Poemas.

Abstract

In vulnerable territories by social inequality, the collective actions of the youths summon the poetic artifact to untie subordinate experiences in favor of creative and pertinent ones. This article aims to discuss the youth, poetic, and cultural manifestation under the concept of “Escrevivência” from Conceição Evaristo. For that, it is used snippets of poetry produced by high school poets from a public school in São Vicente/SP and published in the book “*Poesias Diversas – 2019*”. From the understanding of art as an anchor point, the poems support a critical fictionalization sustained with legitimacy in tracing ways of existing in the face of the oppressions of social structures

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. E-mail: gomes.fernanda@unifesp.br

² Mestranda no Programa do Mestrado Ensino em Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. E-mail: lisboa.maria@unifesp.br

³ Professora Associada III dos cursos de graduação e da pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista. E-mail: jaquelina.imbrizi@unifesp.br

Keywords: Art; Youth; *Escritividade*; Poetry.

Introdução

“Para as mulheres, a poesia é uma necessidade vital de nossa existência. Dá forma (...) à qual baseamos nossas esperanças e sonhos em direção à sobrevivência e à mudança. Primeiro transformados em linguagem, depois em ideia, então em ação mais tangível. A poesia é a maneira pela qual ajudamos a dar nome ao inominado, para que possa ser pensado.”
Audre Lorde.

Falar de arte em sua dimensão ampliada é considerar as características que compõem o território, e com isso, a) fortalece reflexões sobre as questões sociais nas juventudes periféricas, b) instiga o pensamento crítico e c) promove a sensibilização e o enfrentamento das configurações estruturais da desigualdade social brasileira. Além do mais, proporciona que a manifestação artística seja compreendida como um espaço em que a liberdade - *poética* - permita às pessoas a imaginar e experimentar suas formas de existir, de apropriar-se de seu próprio corpo, e daí, desenvolver potencialidades antes não autorizadas e/ou estimuladas. Por vezes ainda, marginalizadas como impertinentes ou apenas, transgressivas sendo descredibilizadas sem considerar a reflexão ali proposta.

Para nós pesquisadoras, considera-se que a arte é capaz de romper e inaugurar percepções sociais - com as e sobre as juventudes - por meio de diversas formas de manifestações artísticas.

Em contexto, como grande referência artística nesse sentido, há a cultura Hip-Hop que produz arte no território e, por meio de um de seus elementos, o RAP que em seus ritmos e poesias têm enfrentado e denunciado a dimensão sociopolítica do sofrimento (ROSA, 2016, p. 99; IMBRIZI et al., 2019, p. 168) das juventudes. Originária desta ideia, há a Batalha de Poesia (*poetry slam*), pioneira no Brasil pela poetisa Roberta Estrela D'alva em 2008 com a Zona Autônoma da Palavra, onde se declama poesias como debate e aborda pautas como: as mulheres ocuparem seu espaço social de modo a confrontar discursos que perpetuam violências de gênero (DUARTE, 2019, p. 10).

Partindo desta perspectiva, este artigo analisa o material produzido apenas pelas poetisas com a intenção de dar enfoque ao protagonismo das mulheres negras em luta pela vida a partir de saberes oriundos de tais vivências. Pois, de qual modo se não esse, poderíamos ler existências para além das hegemônicas? Para isso, há a Conceição Evaristo, premiada escritora, doutora e ativista do movimento feminista negro, descreve no seu poema “*Vozes-Mulheres*” o rompante que cada geração de mulheres em sua família empenhou e empenhará no ciclo de opressão social que afeta às mulheres pobres, muitas vezes, imputada para à inclusão marginal reproduzido em suas histórias de vidas. Referenciando-se nos atos premeditados para se traçar escrevivências como faz Conceição, neste artigo, nós escolhemos acessar fragmentos dessas nos poemas de jovens secundaristas, enfatizando o olhar de mulher e negra, a fim de honrar e tecer a realidade ligada à ancestralidade de passado-presente-futuro desvelando com artística maestria, não só o silêncio sobre a violação de direitos, como também, a feminização da pobreza, de modo a instigar a prática política criativa nos territórios, instituições e locais sociais. E assim, apresenta, às jovens mulheres, o lugar de interventoras criativas e conscientes para além das privações e das violências, por vezes, essas são enfatizadas quando se referem às experiências periféricas destacando apenas aspectos de precariedade (GONZALEZ, 1988, p. 69; EVARISTO, 2006, p. 15; RIBEIRO, 2018, p. 36).

Nós partimos do pressuposto de que o caráter político da arte pode encorajar as juventudes a criar estratégias para enfrentamento e desenredar das situações opressoras e a partir disso, visar a ocupação de espaços representativos e participativos na sociedade com seus próprios discursos e vivências. Nesse sentido, enfatizamos que as juventudes participam politicamente em seus territórios, a partir de suas demandas quando coletivizadas, e disso, se fortalecem para enfrentar desafios, principalmente em um contexto político regido pela destituição dos seus direitos sociais. Essa concepção de manifestação artística das juventudes, atrelada aos aspectos políticos e sociais, demonstra a importância de refletir sobre a arte como ponto de ancoragem (IMBRIZI et al, 2019, p. 169). Em exemplo a essa discussão, o livro “Ocupar e Resistir: Movimento de Ocupação de Escolas pelo Brasil” (MEDEIROS, et al. (orgs.), 2019, pp. 320-321) pontua reflexões sobre a criatividade nas ocupações estudantis de 2016, capazes de indicar novos modelos educacionais e pedagógicos - quiçá, sociais - tendo como ponto de partida para tal, o desenvolver de movimentos de ação em contexto próprio com pretensões fortes na esfera

pública em assuntos como: direitos sociais, justiça, qualidade da nossa democracia, valorização da escola pública e, por conseguinte, do uso do espaço público enquanto tal.

Por isso, neste artigo discute-se esta manifestação cultural político-poética das jovens secundaristas à luz do conceito de “*Escrevivência*” de Conceição Evaristo. Para tal, utiliza-se trechos de poesias produzidas por poetisas de uma escola pública em São Vicente/SP e publicadas no livro “*Poesias Diversas - 2019*”. Sendo então, organizado a partir dos tópicos: 1) Juventudes e Resistências no Território; 2) A Escrita que articula Arte e Experiência; 3) A Arte como Ponto de Ancoragem; 4) A Poesia e as Jovens Mulheres. Nas considerações finais, abordamos o ato de pôr à prova o teor social associado ao ato premeditado de traçar uma *escrevivência*, entendendo – a partir do contexto da “Primavera Secundarista” referente às ocupações escolares – as possibilidades que a manifestação cultural no fazer político promovido pela arte como ponto de ancoragem podem proporcionar às juventudes.

O livro “*Poesias Diversas / 2019*” é apresentado por jovens participantes de movimentos sociais pela educação, esses que, atuam fortalecendo e formando grêmios nas escolas, para uma das pesquisadoras em seu estágio na área de Psicologia Escolar. Lido em sua totalidade numa primeira apreciação, e numa segunda leitura então, destacam-se poemas que se referiam à arte, juventude e território. Foram escolhidos aqueles que estavam assinados pelas poetisas, pois dos 125 poemas que compõem o livro, apenas 25 destes, são das poetisas. Atentou-se para a tendência ao silenciamento das jovens e a importância do protagonismo em sua escrita. Em geral, os 25 poemas lidos, e estudados por auxílio de um quadro de análises, relatam as resistências à desigualdade de gênero, e passam ao leitor de forma tímida e esboçada, de que elas reconhecem as situações de violência. Dentre isso, as temáticas recorrentes são: 1) A Efemeridade de Apoio, 2) A Prevalência da Sensação de Abandono e Desamparo, 3) A Falta de Perspectiva, 4) A Elaboração de Constantes Perdas, 5) Seu Insucesso dado como por Causa Própria, assim como, 6) A Demanda de Espaço Público. Em sua maioria, as poesias apresentam uma compreensão individualista e culpabilizante, de maneira a qual, as falas dos eu-líricos nos poemas são interiorizadas, demonstrando embates consigo mesmas, sendo em geral, no cenário de relacionamentos interpessoais correspondentes à socialização e estabelecimento de vínculos.

Escolhidas as poesias das jovens, construiu-se uma tabela constando: nome das autoras, título da poesia, trechos e comentários sobre. A partir disso, foram selecionadas

três poesias que demonstraram articulações com as noções de escrevivência e de arte como ponto de ancoragem na vida das juventudes.

Autora	Título da Poesia	Trecho	Comentário	Escrevivência e/ou Pontos de Ancoragem
Bianca Alves de Almeida	(12) "Guerreira"	{Acorda guerreira, se liga guerreira / a vida já começou há tempos / a escravidão foi banida, mas tu / continuas encarcerada / numa luta contra si mesma.}	Romantização da exploração da mulher; Termo que legitima a violência das mães solo e das mulheres com duplas e triplas jornadas para sobrevivência; O que ainda a encarcera apesar de "banida" a escravidão?; Ponto de ancoragem: cuidado comunitário, um olhar pelos seus;	Ponto de ancoragem "nos seus" que não a deixa desistir apesar de ter desistido de si.
Hesther Santos	(47) "Nunca mais aceitar"	{a sociedade é uma megera/ não enxerga sua dor/ mas é fácil ficar no controle/ quando não há competidor};	Empoderamento feminino; Questionamento dos padrões sociais; Denúncia do silenciamento da mulher;	Escrevivência ao suscitar a indagação de quem pertence o controle da sociedade?
Kaylane Ribeiro	(68) Não é vitimização	{"Não é que eu quero me vitimizar"}	A estrofe repete-se como necessidade de reafirmação, reverberações de como o discurso das mulheres diante das situações de violência de gênero se dão.	Escrevivência sobre um mundo sem medo para as mulheres e dizendo da situação de deslegitimação da fala;

A partir disso, as análises constituíram-se por alguns balizadores: *“quais aspectos demonstram a poesia costurada em seu contexto?”*; *“o território poético como território de liberdade?”*; *“a poesia que inaugura possibilidades e demonstra pensamento crítico”*.

1. Juventudes e territórios

Existem juventudes, no plural porque desta forma considera-se os marcadores sociais da diferença (BATISTA; PEREZ, 2016, p. 26) - como classe social, raça, gênero, região de moradia e orientação sexual - em um país tão desigual como o Brasil, que proporciona diferentes oportunidades para os cidadãos e cidadãs. A *Interseccionalidade* é uma ferramenta que permite perceber a confluência de tais marcadores (AKOTIRENE, 2018), sendo importante para explicitar aqui os diferentes modos de exercer a cidadania e as ações políticas das juventudes em seus territórios. Com a ideia de arte como ponto de ancoragem, visamos enfatizar a vida que pulsa por meio das produções artísticas e políticas e não apenas enfatizar as violências e a falta de infraestrutura devido ao descaso do Estado nas regiões periféricas.

Sobre articulações políticas e de cidadania das juventudes, temos como exemplo, os estudantes secundaristas da classe média na cidade de São Paulo/SP, que se valeram da estratégia de ocupar as escolas públicas como resistência à ação unilateral do Estado, a qual se pretendia realizar uma reestruturação da rede de ensino, de modo a resultar no fechamento de 94 escolas no ano de 2015. Os estudantes paulistas conseguiram barrar tal medida nas instituições escolares utilizando de arte, cultura e política, o que foi chamado até de “Primavera Secundarista” (TAVOLARI et al., 2018, p. 291-294). Sabendo disso, o coletivo de arte e educação Grupo Contrafilé, além de apoiar as ocupações, contou a história do movimento no livro *“A Batalha do Vivo: Secundaristas de luta e Amigos”* criado para ocasião da exposição denominada *Playgrounds 2016* realizada no Museu de Arte de São Paulo (MASP). Neste livro, algo que salta a atenção dos leitores é o artefato “Árvore-Escola”, que como diz o nome, se tratava de uma árvore localizada no pátio de uma das escolas ocupadas, onde os estudantes se sentavam em volta para discussões críticas, poemas, danças, músicas e os demais signos artísticos-culturais, se transformando em um espaço comum e acolhedor a fim de proporcionar experiências significativas no questionamento das narrativas normativas e hegemônicas. Assim, as juventudes assumiram seus protagonismos ao

narrarem suas experiências por meio dessas manifestações culturais, incluindo aspectos sócio políticos de sua época e o seu direito à cidadania (CONTRAFILÉ, 2016, p. 12-30). A despeito disso, as ocupações se utilizaram da arte ampliada como artefato político capaz de produzir nas juventudes a astúcia da crítica e questionamento às formas violentas com as quais as estruturas sociais e de poder atuam na sociedade contemporânea brasileira.

“Mas por que ocupar uma escola? De que vazio se está falando ao se ocupar uma escola? De que vazio se está falando ao se ocupar um espaço de saber? Ocupam-se escolas vazias de espaço de diálogo e de debate. Ocupam-se escolas quando este espaço lhe subtrai o direito de ser considerado sujeito e lhe impõem a condição de objeto de direito. Ocupar uma escola pacificamente a fim de se fazer ouvir, em última análise, é procurar criar uma “ponte” para que uma democracia simplesmente representativa caminhe rumo a uma democracia efetivamente participativa” (LOSEKANN, 2019, p. 251).

A questão para a reflexão é: podem assim todas as juventudes confrontar politicamente as estruturas sociais? Há uma juventude que sofre com o risco de vida em seu cotidiano, como demonstra o *Atlas da violência*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020, p. 20): 53,3% das pessoas assassinadas no Brasil são jovens, de territórios periféricos, sendo que entre as taxas de homicídios, a de negros é 2,5 vezes superior à de não negros. Além disso, as taxas de violência contra a mulher seguem também a mesma configuração social e racial (IPEA, 2020, p. 20).

A despeito dessa triste realidade, é importante compreender os riscos e as barreiras sociais que há ante ao exercício crítico e político para a juventude pobre, negra e que vive nos bolsões de pobreza sob a ameaça policial. Ainda cabe ressaltar o marcador de gênero, pois as experiências de violência direcionadas à população feminina, em geral, são encobertas pela família e pelos muros das casas. Muitas dessas meninas são responsáveis pelas tarefas de cuidado das casas e dos seus irmãos mais novos, algumas sofrem violência sexual ou agressões físicas dentro do domicílio, cujo algoz é um dos componentes da família. Como pontua Djamila Ribeiro (2018, p. 83), muitas feministas negras discutem pontos primordiais para a sobrevivência das mulheres, sendo, a quebra desse silêncio um deles, pois, esse silenciamento mantém velado que 68% das mulheres assassinadas no Brasil são negras (IPEA, 2020, p. 34).

Em decorrência destes dados estatísticos poderíamos nos perguntar, quais artefatos artísticos estariam sendo criados pela juventude em risco de vida nos contextos urbanos e

periféricos? Se os estudantes da Primavera Secundarista ocuparam as escolas, as juventudes periféricas produziram o livro *“Poesias Diversas - 2019”* que também têm esta capacidade de apropriação da arte ampliada, principalmente as poetisas mulheres selecionadas para este artigo.

Olhar para essas jovens no ensino médio, é compreendê-las também, como estudantes de escolas públicas que enfrentam dilemas como por exemplo, a necessidade de inserir-se em alguma atividade de trabalho remunerado formal ou informal, muitas vezes, em detrimento do estudo. Então, para as secundaristas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, enfrentar a pouca infraestrutura da escola pública, do bairro e da mobilidade urbana, assim como, o risco da evasão escolar, ter que trabalhar e estudar e, em muitos casos ser surpreendida por uma gravidez precoce, são barreiras que impedem a ampliação do seu repertório cultural, de uma formação de seu interesse e assim, o alcance de uma atividade digna e bem remunerada no mercado de trabalho, por exemplo.

O *“Leopoldo”*, como é apelidada a escola onde surge o livro, que será objeto de análise deste artigo, está inserido em um território populoso e de acentuado contraste social. De modo que, notoriamente, a parte próxima à região central aparenta uma boa infraestrutura. Porém ao se adentrar em direção à Avenida Marginal Rio da Avó, encontra-se a maior porção do bairro em dimensão precária e à margem da cidade. Então, devido à proximidade com a região central, estudantes de outros bairros periféricos, se matriculam nas escolas deste território, acirrando tensões sobre o transitar de jovens de outros locais em um espaço urbano contraditório e assim, instigando preconceitos sociais. Ou seja, como se a presença desses jovens ameaçasse a segurança do bairro, sendo então, mais uma vivência de constrangimento e humilhação social (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 52) no simples ato de acessar seus direitos à educação e à cidade.

Ainda que em condições inadequadas, essas juventudes produzem ações artístico-culturais atreladas aos aspectos sociopolíticos de suas vidas nas escolas públicas do ensino médio. Entre elas, está a criação do livro *“Poesias Diversas / 2019”* na Escola Estadual Leopoldo José de Sant’ana na cidade de São Vicente/SP. O livro é organizado de modo que já em sua introdução é possível identificar que ele surge por intermédio das professoras Maria Luiza e Maria Aparecida, que ao tomarem conhecimento dos poemas que eram produzidos espontaneamente por esses jovens, notaram a potente presença de ideias, sentimentos e críticas sociais dos secundaristas que, por vezes, não aparecem nas falas

ordinárias deles. Nesse sentido, é possível considerar a poesia como artefato para romper com o silenciamento das violências cotidianas.

2. A Escrita que articula Arte e Experiência: As Escrevivências.

Schittino (2012, p. 40) traz as críticas à arte como entretenimento a partir de Hannah Arendt em seu estudo sobre a escrita da experiência. A autora alerta para os riscos de viver a vida sem significado e assim, reforçar uma passividade vinculada à submissão, situando a pessoa como apenas espectadora da própria vida e da dos outros, principalmente as consideradas celebridades pela sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997). Dessa forma, a arte como entretenimento coloca a experiência social como vivência apenas de modo particularizado e “*sem levar a vida muito a sério*”, ao invés de pautar como as vidas são afetadas pela ordem social e desperte o sujeito para se posicionar em busca de reconhecimento e legitimidade como cidadãos e cidadãs, podendo intervir no campo social.

Para pensar a arte que pauta a experiência social de jovens, os autores Diógenes e Barbosa (2020, p. 4) compreendem as juventudes como produtoras culturais a partir de: 1) as relações sociais em seu contexto e trajetória e 2) os seus pontos de vista sobre a vida. Estes autores afirmam que as juventudes desenvolvem estratégias politicamente criativas atreladas à experiência e as manifestam por meio de produções artísticas, agindo assim, em prol de uma perspectiva histórica e um patrimônio cultural para si e para seu território.

Adorno (1974), em seu texto, “Notas da Literatura I” indaga sobre o comprometimento da arte em pôr à prova o teor social e assim, capturar por meio de artefatos, o que da ordem social ainda se obedece e em que a arte já a supera (ADORNO, 2003, p. 66). Cabe assim refletir sobre as seguintes questões: E o que da ordem social a escrita que articula a arte e a experiência já supera? Qual seria a potência transformadora da realidade de um texto poético e uma obra literária?

É relevante contextualizar sócio-historicamente essa ideia, incluir os cenários neoliberais atuais, e perceber seus efeitos em ações que esvaziam as artes e põe em declínio a própria experiência em favor de produzir e consumir. Dentre as atenções e tensões existenciais nas margens sociais, como aprender e apreender daquilo que se vive, mas que é posto de lado como sem significado e sem importância? (GAGNEBIN, 2006, p. 54).

Portanto, os autores defendem que as atividades com palavras não são mero falatório, pois são nos momentos dos quais a fala e escrita são possíveis, é que há a potência para

conseguirmos dar sentido: ao que somos, ao que nos acontece, como correlacionamos o que vemos, e assim, sentimos e nomeamos. E por essa razão, as disputas pelas palavras, a imposição de certos significados, silenciamentos ou desusos, são tão importantes e precisamos redobrar a atenção a elas.

O termo *escrevivência* criado por Conceição Evaristo dá conta da valorização política das palavras em meio a tantas narrativas. As *escrevivências* caracterizam-se pelo protagonismo da voz feminina negra em narrar a experiência cotidiana da própria vida atrelada aos persistentes impactos da condição diaspórica africana no Brasil e seus desdobramentos estruturais (CRUZ, 2012, p. 2). Ao escrever e ficcionar, tendo por base as memórias ancestrais somadas às presentes vivências de resistência, originam-se interpretações críticas do “real” via ficção. A ideia é se apropriar da fala e do espaço social negado, a fim de escancarar as violações direcionadas, sistematicamente, às mulheres negras, e indagar sobre o lugar delas na sociedade. Assim, diz Conceição, que não se escreve para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos. Compreende-se que a ficcionalidade que a *escrevivência* oferta, faz-se valer no eu-lírico do poema, a esperança do poeta: falar é fazer.

E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? (...) Afirmo que, ao registrar estas histórias, continuo no premeditado ato de traçar uma *escrevivência* (Evaristo, 2011, p. 15).

Paralelo a ideia deste trecho, Schittino (2012, p. 39) conta a história de Lessing, que refugia-se do mal-estar do mundo no pensamento de outrem e fortalece-se. De modo que, encontrar refúgio na vivência do outro, significa que a poesia pode propiciar a construção de um espaço comum, seja físico ou simbólico, mas que seja para as pessoas se apresentarem umas às outras com suas ideias, ações, diferenças ou não. Tão importante quanto explicitar as ações que cooperam para construção das estruturas desiguais, é confrontar as ideias e os discursos que perpetuam as situações de violência e opressão na sociedade.

Para isso, podemos dizer que as *escrevivências* têm o sentido de amplificar os dizeres que estão na voz daqueles que são postos às margens sociais a fim de romper os silêncios, os imaginários, os preconceitos que legitimam e naturalizam a estrutura desigual da

sociedade. É possível afirmar que há poesias com fragmentos de *escrevivência* quando o intuito produz pertencimento, ao invés de “autorização *para falar*”.

3. A Arte Ampliada como Ponto de Ancoragem.

Pensar a poesia a partir da arte ampliada é entendê-la como artefato cultural e político, da qual oportuniza que as juventudes possam encontrar-se um na poética de outrem, testemunhar e compartilhar da *escrevivência*. Esse encontro tem o potencial de despertar o reconhecimento de violações comuns entre as juventudes, e a partir disso, promover o fortalecimento coletivo de modo a provocar enfrentamento dessas situações, e então, criar ações que reverberam na sociedade. Importa ainda, ofertar outra perspectiva, essas criações poéticas podem defrontar discursos que desvalidam as pessoas, as vivências e as falas oriundas desses contextos.

Broide (2006, p. 169) aponta que as pesquisas sobre juventudes em situação de vulnerabilidade, em geral, apontam para aquilo que falta no território e nas pessoas. No entanto, o autor propõe mudar a percepção e os modos de intervir a partir do questionamento: "Como as pessoas em situações sociais críticas que passam por dificuldades e constrangimentos se mantêm vivas?". Provavelmente, elas constroem laços com pessoas e objetos diversos que atuam como pontos de ancoragem em suas vidas.

Os pontos de ancoragem são fios invisíveis que ancoram e mantêm as pessoas enredadas na vida, o que nem sempre se apresenta de forma consciente à pessoa. Como exemplo, os autores citam as pessoas em situação de rua que têm a companhia de seus cachorros como ponto de ancoragem, em detrimento do fato de que, muitas vezes, são os seus familiares quem as violentam em sua integridade subjetiva e física. A partir desse ponto, será possível refletir sobre a arte enquanto ponto de ancoragem (IMBRIZI et. al, 2019, p. 168) na vida das jovens em situações de risco de vida devido a violação de seus direitos?

A percepção disso é a de que as manifestações culturais podem funcionar como acesso à potência política da arte e seus impactos na subjetividade podem produzir novos modos de existir e ocupar o território. Portanto, entre as juventudes, é possível dizer que as manifestações culturais e artísticas são capazes de manter o laço com a criação e a vida. Assim, a arte pode ser um ponto de ancoragem que mantém as juventudes vivas.

4. A Análise das Poesias das Jovens Secundaristas.

O livro tem início com os depoimentos estudantis sobre a experiência de publicar suas poesias. Na maioria dos relatos, é recorrente a narrativa de ter encontrado na escrita poética, um espaço de acolhida para expressar aquilo que elas consideram importante deixar como mensagem a outrem. O trecho abaixo demonstra isso: *“E saber que outras pessoas vão ler minhas palavras e se encaixarem em meu lugar, me provoca uma sensação difícil de nomear, mas é bom com certeza. P.H. (DIVERSAS, 2019, p.4)”*.

O depoimento relata empatia, mas principalmente, a sensação de participação social em relevância e a oportunidade de convocar alguém para compartilhar o ponto de vista de sua experiência.

As poesias *“Guerreira”* da poetisa Bianca Alves de Almeida, *“Não é vitimização”* da poetisa Kaylane Ribeiro e *“Nunca mais aceitar”* da poetisa Hesther Santos, apresentam como temática central a condição da mulher jovem negra na sociedade.

Nas quatro linhas iniciais de *“Guerreira”* constam:

“Acorda guerreira, se liga guerreira
A vida já começou há tempos
A escravidão foi banida,
mas tu continuas encarcerada”
Guerreira (1-4)
Bianca Alves de Almeida (DIVERSAS, 2019, p. 13)

Se a mulher é guerreira, em que guerra ela luta? E luta pelo o quê? *“Guerreira”* é um dos adjetivos mais utilizados para eufemizar a situação de violência de gênero, em relação a sobrecarga da qual a mulher arca na busca de sobreviver e criar suas trajetórias que, quando não negadas, são inexistentes. Neste poema, a poetisa Bianca exerce a escrevivência a partir do eu-lírico *Maria* e ficciona situações culturalmente recorrentes e comumente romantizadas, mas que velam gravíssimas violências na condição social de ser mulher. Como aparece também em seu poema: ser julgada em seu território por chegar de madrugada, mesmo que seja do trabalho e receber valor como pessoa apenas ao negar a si em prol de outros num exercício de maternidade quase que compulsória para assegurar-lhe alguma proteção.

Dentre as inquietações que o poema produz ao denunciar a condição de mulher na sociedade, o verso *“A escravidão foi banida, mas tu/continuas encarcerada”* (3-4) (DIVERSAS, 2019, p. 12) nos provoca a perscrutar o porquê a escravidão segue no referencial de

compreensão do modo de vida da mulher negra. Esse eufemismo é expressão do discurso que opera práticas de invisibilização, romantização e alienação da experiência da violência racial e de gênero e a violação de direitos para essa população, realizando assim, a manutenção da estrutura racista e sexista de opressão, exploração e silenciamento.

De acordo com as autoras, Gomes e Oliveira (2019, p. 120), perceber-se como mulher é se dar conta de um estado de alienação ou de desapropriação subjetiva, o qual se expressa num corpo passível de pertencer ao outro (de ser violado) e numa força sempre sujeita a se converter em fraqueza, apenas nos embates contra as estruturas de opressão, mas que no seu cotidiano, para vivenciar as violações, passa a ideia de ser forte como uma guerreira. Ou seja, guerreira e forte para suportar estar submetida às opressões, mas fraca para se pôr em embate às estruturas sociais. É então, que nos trechos de “*Não é Vitimização*” surge:

“Não é que eu quero me vitimizar
é que eu tenho medo de sair na rua
e nunca mais voltar

Não é que eu quero me vitimizar
é que eu tenho que pedir
para alguém me acompanhar
para não ser abusada

Não é que eu quero me vitimizar
é que eu tenho medo
disso tudo nunca acabar.”
Não é vitimização (5-7 /8-11/ 16-18)
Kaylane Ribeiro (DIVERSAS, 2019, p. 68)

O poema “*Não é vitimização*” da poetisa Kaylane Ribeiro é intitulado com o verso que se repete iniciando todas as cinco estrofes do poema, e em seguida desse mote, a poetisa relata situações de estupro, assédio e feminicídio e evoca a perturbação que é o medo desta situação se perpetuar. É pela própria vida que a mulher “*guerreira*” luta, então? E como se fortalecer nessa luta? A necessidade de repetir que não se trata de vitimização, enfatiza o quão desgastante é para a mulher pautar suas vivências diante da deslegitimação de seu discurso, e então, de sua existência. Nos remete pensar sobre o discurso que encobre essas violências presentes que são vistas, mas culturalmente banalizadas, que deslegitima e culpabiliza a si própria, inviabilizando a reclamação dessas vivências, incutindo silenciamento na fala sobre a experiência de ser mulher. O poema passa a sensação de que

ela “*precisa pedir licença para falar*”, ao ter que repetir que “*não é vitimização*”, já se defendendo antes do ataque discursivo que a revitimiza perante as violências vividas, o que demonstra um *não-lugar* para a fala da mulher, sendo então, o poema um espaço para esta fala.

É partindo disso que torna-se relevante compreender que as manifestações culturais juvenis denunciam nas poesias, o fato comprovado no *Atlas da Violência* (2020) demonstrando que a violência e a desigualdade social brasileira tem alvo com cor, raça e gênero. Em trechos de “*Nunca mais Aceitar*”:

“Mulher, eu te apoio
Seja lá no que for
O poder é todo seu
Imponha sua opinião
Se você não fala hoje
Falará quando então?
Não se deixe humilhar
“Estranha”, “feia” ou “gorda”
Nós não iremos mais aceitar”
Nunca mais aceitar (3-8 / 22-24)
Hesther Santos (DIVERSAS, 2019, p. 47)

Cabe ressaltar ainda, que as juventudes oferecem indicações de suas ancoragens e resistências também nos poemas, ou seja, aquilo que com a arte, a poética pode acessar e romper, para então, pleitear os direitos que defendem a existência das mulheres. Por meio disso, proporcionar um território de expressividade seguro, sendo um canal de acesso ao cuidado para com essas pessoas em situações sociais críticas. Se a poética abre espaço para fluir a subjetividade, ela faz produzir na pessoa conscientização de si e compreensão de seu contexto. Isto é, há a aproximação com a arte ampliada que pauta o confronto com as estruturas sociais - esses poemas demonstram um processo de desvelamento das violações e sensibilização diante da dimensão sociopolítica do sofrimento.

De modo que, no poema “*Guerreira*” demonstra-se como são as situações de exploração da mulher. A leitura dele pode promover um incômodo no leitor sobre a amenização de situações injustas, como quando o poema diz que Maria chegou de madrugada do trabalho, mas os vizinhos saíram falando que ela havia chegado “*de namorar*”. No entanto, na estrofe acima, nenhum dos vizinhos a vê como mãe solo de três filhos, nem como uma mulher que acorda e corre para não perder o ônibus em seu ponto, mas para amenizar seus julgamentos então, mais uma vez, o olhar social a denomina “*guerreira*”.

O eu-lírico feminino denominado "Maria" surge no poema "*Guerreira*", mas é também reconhecido nos poemas "*Não é vitimização*" e "*Nunca mais aceitar*", permitindo que a escrevivência se realize, de modo que, a análise dos poemas aconteça por meio da criação ficcional que se baseia na realidade. Assim, a escrevivência conduz a imaginação em como se daria o percurso da conscientização das violências sofridas pelas mulheres desde a desromantização (Poema "*Guerreira*"), passando pelo pleitear da legitimidade de sua fala (Poema "*Não é vitimização*"), até o seu empoderamento numa luta coletiva (Poema "*Nunca mais aceitar*").

É possível vislumbrar que a arte ampliada da juventude pleiteia às Marias que falem por si e questionem o que é posto para ser mulher em seu território. Portanto, o eu-lírico permite contar de uma personagem da realidade daquele território, ou seja, o quanto da pessoa em si há expresso pelo eu-lírico, de modo que, o sujeito é expresso no poema como aquele que age na escrevivência como gostaria de agir na realidade. Ainda que a mulher seja contida pelas violências, há a possibilidade de ficcionar, de modo que a poeta exerça através de seu eu-lírico o ato de incorporar a mulher que tem respeitada a legitimidade de contar de si.

O poema na sua capacidade de expressão, reflexão e criação permite ampliar o repertório cultural das juventudes, a fim de proporcionar que as mulheres jovens possam criar estratégias para lidar com violências cotidianas veladas. A despeito disso, a arte ampliada na escrita poética pode dar a ancoragem para um pensamento crítico que rompa com tal limitação e produza resistência em âmbitos individuais e coletivos.

É no espaço aberto entre a invenção e o fato que a escrevivência instiga a astúcia da imaginação política e a consideração de outros destinos sociais, por meio da escrita estratégica de contestação da condição fragilizada de mulher negra, ela carrega essa dimensão ética ao propiciar que as poetisas assumam o lugar de enunciação de um eu coletivo, ou seja, alguém que evoca por meio de suas próprias vivências e referências de vida, a história de um eu coletivo e compartilhado (SOARES & MACHADO, 2017, p. 210).

Aproximar-se para ler as elaborações poéticas das juventudes tem a relevância de conhecer tendências culturais juvenis contemporâneas que visam a sensibilização social e o enfrentamento da exclusão em um país configurado por desigualdades sociais e raciais.

Considerações Finais

Portanto, a manifestação artística das poetisas supera a noção de que territórios marcados pela violência apresentam só precariedade e falta de condições de vida, neste artigo ressaltamos os saberes das juventudes secundaristas e sua produção de conhecimento, abrindo possibilidade de valorização da história singular de cada uma atrelada às suas experiências no território. A escrevivência como estratégia politicamente criativa, permite que as sujeitas sociais, a partir de suas histórias coletivizadas, pautem reconfigurações sociais, de modo a deixar fluir a subjetividade que outrora não teve espaço social, para então, compor nas construções políticas, sociais e quicá, públicas.

O artifício da arte proporciona abstrair e se apropriar da violência que se mostra ato. Se eu puder pensar em arte, expressar em arte, criar um outro real que a priori não parece possível, mas ao encontrar meus pares, logo, se torna. Então, dessa forma, é mais acessível topar viver, permitir viver, querer viver. As juventudes guardam o ímpeto do querer fazer e isso é um recurso imensuravelmente valioso seja coletivamente, socialmente e pessoalmente. Primeiro a arte encontra, acolhe e une, e daí, a arte instrumentaliza e gesta. Ou seja, e se eu concentrar todo meu ódio e indignação num rap, num poema ao invés de numa identificação de derrota ou desvalor, será que a vida muda? E se meu poema despertar um outro vivente da mesma situação que eu, será que fortalece? E se eu quiser fugir para uma outra realidade, escrever um poema e ao final, me encontrar e encontrar mais viventes e nos comprometermos em tornar realidade? Toda essa pesquisa é para mostrar que sim e muito mais do que nos surpreende os poemas.

Partindo dessas compreensões, é possível afirmar que o contato com a elaboração das poesias coloca a percepção de como a arte ampliada pode se transformar em ponto de ancoragem para a manutenção da vida de jovens, pois, um artefato político é aquele que enfatiza o comprometimento da arte em atuar criticamente em prol de transformações sociais. Seja, ou despertando o sujeito social para sua configuração no coletivo, ou removendo-o do lugar de espectador da própria vida alienado de seu campo comunitário. A ação da arte não se restringe à superação momentânea de determinada dificuldade, mas um caminho a ser trilhado pela via da construção de uma consciência crítica do indivíduo apontado para o coletivo.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W.. *Notas da Literatura I* (1974). 34.ed. São Paulo: Duas Cidades, Tradução e adaptação de Jorge M. B. de Almeida. Domínio Público. 176 p. 2003.
- AMARAL, Mônica do. *O rap, o hip-hop e o funk: a "erótica" da arte juvenil invade a cena das escolas públicas nas metrópoles brasileiras*. Psicol. USP, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 593-620, Set. 2011.
- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BATISTA, Marcia Camila Araújo; PEREZ, Olívia Cristina. *Participação Política e Marcadores Sociais da Diferença: Reflexões sobre tema no campo da Ciência Política*. Conexão Política, Teresina, v. 5, n. 1, p. 23-34, jun. 2016
- BAROSSO, Luana. *(Po)éticas da escrivência*. Estudos da literatura brasileira contemporânea, n. 51, p. 22-40. 2017.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002.
- BRITO, Maria da Conceição Evaristo de. *Poemas malungos – Cânticos irmãos* / Maria da Conceição Evaristo de Brito. – 2011. 172 f. Orientadora: Laura Padilha. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2011.
- BROIDE, Jorge. *A psicanálise nas situações sociais críticas: uma abordagem grupal à violência que abate a juventude das periferias*. Tese de Doutorado em Psicologia apresentado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CONTRAFILÉ, Coletivo. *A Batalha do Vivo*. São Paulo: Playgrounds 2016, 2016. 196 p. Disponível em: https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo. Acesso em: 12 abr. 2020.
- CRUZ, Adécio de Sousa. *Conceição Evaristo: insubmissas lágrimas de mulheres*. Estudo. Lit. Bras. Contemp., Brasília, n. 39, p. 255-258, Jun 2012.
- DEBORD, GUY (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DIÓGENES, Glória; PEREIRA, Alexandre Barbosa. *Rasuras, ruídos e tensões no espaço público no Brasil: por onde anda a arte de rua brasileira?*. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, n. 3, p. 759-779, set. 2020.
- DUARTE, Mel (Org.) *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*. São Paulo: Planeta do Brasil, p. 9-11, 2019.
- _____, *Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural*. São Paulo: Tv Brasil, Colorido. 52'min. (Youtube). 2017.
- EVARISTO, Conceição. *"Escrivências da afro-brasilidade: história e memória"*. *Releitura*, Belo Horizonte, n. 23, p. 1-17, 2008.
- FERREIRA, Amanda Crispim. *A memória em Poemas da recordação e outros movimentos, de Conceição Evaristo*. Disponível em <http://www.letas.ufmg.br/literafro/arquivos/autoras/ConceicaoCr02AmandaCrispim.pdf>. Acesso: 15 de maio de 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar Escrever Esquecer*. pp. 41-57. 34. ed. São Paulo: Editora H34, 224 p., 2006.

GONÇALVES FILHO, José Moura. *Humilhação social - um problema político em psicologia*. Psicol. USP . vol.9, n.2, pp.11-67, 1998.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, (jan./jun.), 1988b.

_____, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência*. Brasil: Ipea, 96 p., pp. 20-35. 2020.

IMBRIZI, Jaqueline Maria et al . *Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista*. Fractal, Rev. Psicol., Rio de Janeiro , v. 31, n. spe, p. 166-172, dez. 2019.

"JUVENTUDE e Arte em Tempos de Pandemia". Produção de Eixo Trabalho em Saúde. Realização de Instituto Saúde e Sociedade - Unifesp. Baixada Santista, 2020. Disponível em: <https://tsmonitores.wixsite.com/meusite/pracas-virtuais-5/PRA%C3%87AS-VIRTUAIS>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MALCHER, Monique; RIAL, Carmen Silvia. "*Quem tem medo do feminismo negro? A urgência do debate racial no Brasil*". Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, 148 p., 2019.

OLIVEIRA, Andréa Senra Coutinho e Bruna Tostes de. *Direito à arte é direito de conhecer arte, produzindo arte*. Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, Juiz de Fora, Minas Gerais, v. 5, n. 8, p. 133-149, fev. 2015.

OLIVEIRA, Danielly Passos de; GOMES, Isabel Cristina. *Gênero, adolescência e psicanálise: o impacto das relações de gênero na saúde mental de adolescentes na*

cidade de São Paulo. Vínculo, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 110-132, dez. 2019.

_____. *Poesias Diversas 2019*: Poesias dos alunos E.E. Prof. Leopoldo José de Sant'anna. São Vicente: Independente, 2019. 128 p. disponível em: POESIAS_DIVERSAS_2019_impressao.pdf (storage.googleapis.com)

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 28-32. 2018.

ROSA, Miriam Debieux. *Psicanálise, Política e Cultura: A Clínica em face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento* / Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2015. 151 f. Tese de Livre-Docência do Departamento de Psicologia Clínica - Instituto de Psicologia apresentado à Universidade de São Paulo.

SCHITTINO, R. T. *A escrita da história e os ensaios biográficos em Hannah Arendt*. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 5, n. 9, p. 38-56, 23 jun. 2012.

SILVA, Ana Cecília Ramos Ferreira da; MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Interseccionalidade e participação política: a experiência de mulheres negras jovens feministas*. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 20, n. 48, p. 339-354, ago. 2020.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "*Escrevivências*" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017.

SOBROSA, Gênesis Marimar Rodrigues et al . *Perspectivas de futuro profissional para jovens provenientes de classes socioeconômicas desfavorecidas*. Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 22, n. 1, p. 223-234, abr. 2014 .

TAVOLARI, BIANCA et al. *As*

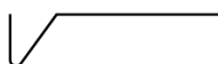
ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação. Novos estud. CEBRAP, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 291-310, Aug. 2018.

TORRES, Ana Paula Repolês. *O sentido da política e Hannah Arendt.* Trans/Form/Ação, Marília, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007.

MEDEIROS, Jonas, et al (orgs). *Ocupar e Resistir - Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)* / organização de Jonas Medeiros, Adriano Januário e Rúrion Melo; apresentação de Marcos Nobre - São Paulo; Editora 34; FAPESP, 2019 (1ª Edição). p.37-53; 320-321.

LOSEKANN, Cristiana. *Ocupações de escolas no Espírito Santo e interações com o sistema de justiça: a importância dos jogos de subjetivação na dinamização do protesto.* Ocupar e Resistir - Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil. - São Paulo; Editora 34; FAPESP, 2019 (1ª Edição). p. 244-268.

De dar o cu como forma superior de fazer filosofia¹



Pablo Pizzelli²

Resumo

Esse artigo será dividido em três partes: a primeira busca mostrar a forma pela qual, ao reformular seu projeto teórico para a análise do que ele chamou de governamentalidade, Michel Foucault pôde inaugurar o que ele chamou de “anarqueologia”. Esta se caracteriza como uma postura teórica-prática atrelada à prática da “contraconduta”, ou do que ele chama de “indocilidade refletida” como forma de se posicionar com relação ao poder. Além disso, ao resgatar as noções gregas de “cuidado de si” (*epiméleia heautou*) e o “conhecimento de si” (*gnóthi seautou*), Foucault estava modulando os fundamentos dessa “anarqueologia” por se caracterizarem como formas de abordar a vida a partir do que ele mesmo chamava de uma “atitude crítica”. Sua análise toma essas duas noções gregas, afinal de contas, como pontos possíveis de partida para uma hermenêutica dos processos de subjetivação e formação dos sujeitos. Já na segunda parte, buscarei argumentar novas formas políticas contemporâneas de agenciamentos críticos e de práticas de “indocilidade refletida” que podem ser encontradas em autores contemporâneos de disciplinas como filosofia e antropologia. Finalmente a terceira parte concluirá o texto como uma discussão histórica e social sobre o cu e as formas como ele pode ser paradigmático para pensar no nosso cotidiano.

Palavras-chave: governamentalidade; anarqueologia; sexualidade; pós-estruturalismo;

¹ O título do atual artigo é uma referência ao filósofo transfeminista Paul Preciado, mais precisamente ao título do capítulo “Da filosofia como forma superior de dar o cu” de seu livro “Manifesto Contrassexual” (2002).

² Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (PPGAS - UFSCar). E-mail: oiqpablo@gmail.com

Abstract

This article will be divided into three parts: the first seeks to show the way in which, by reformulating his theoretical project for the analysis of what he called governmentality, Michel Foucault was able to inaugurate what he called “anarchaeology”. This is characterized as a theoretical-practical posture linked to the practice of “counter-conduct”, or what he calls “reflected indocility” as a way of positioning oneself in relation to power. Furthermore, by rescuing the Greek notions of “care of oneself” (*epiméleia heautou*) and “knowledge of oneself” (*gnothi seauton*), Foucault was modulating the foundations of this “anarchaeology” as they were characterized as ways of approaching life based on what he himself called a “critical attitude”. His analysis takes these two Greek notions, after all, as possible starting points for a hermeneutics of the processes of subjectivation and formation of subjects. In the second part, I will seek to argue new contemporary political forms of critical assemblages and practices of “reflected indocility” that can be found in contemporary authors from disciplines such as philosophy and anthropology. Finally, the third part will conclude the text with an historical and social discussion about the asshole and the ways in which it can be paradigmatic for thinking about our daily lives.

Keywords: governmentality; archaeology; sexuality; post-structuralism;

Introdução

Em seus cursos finais na década de oitenta, Michel Foucault descreveu o surgimento e desenvolvimento de duas modalidades principais na filosofia grega que, diz ele, iriam se estender até os dias de hoje: a primeira, que ele chama de “modalidade platônica”, pressupõe um descobrimento da alma (*psykhê*) pela contemplação; já a segunda é a “modalidade cínica”, caracterizada por ser uma proposta de estética de vida baseada na manifestação radical da verdade por meio da transformação da vida através do exercício e da prova. Segundo o autor, o “cuidado de si” (*epiméleia heautou*) e o “conhecimento de si” (*gnothi seauton*) simbolizavam, para os gregos antigos, formas de problematização das práticas de vida e de si mesmo.

Na primeira parte deste artigo, irei falar sobre o desenvolvimento da noção de “contraconduta” na obra de Michel Foucault durante seus cursos na década de oitenta e a forma como o que ele chama de “a arte de não ser governado” encontra um primeiro ponto de desenvolvimento dentro de sua nova abordagem metodológica que ele chamou de “anarqueologia”. Já a segunda parte será dedicada a apresentação de propostas contemporâneas de contraconduta e de novas práticas de si presentes em obras de outros

autores como Paul Preciado, Jota Mombaça, Javier Sáez, Sam Bourcier, Paco Vidarte, Judith Butler e Anna Tsing que apresentam, cada um à sua maneira, novas formas de prática e exercício do intelectual e do político. Gostaria, assim, de trazer o cu para o centro do debate, colocando-o em evidência em sua dimensão histórica e em sua potência de transformação política.

1. A construção de uma ética crítica em Michel Foucault

Em seus últimos cursos, Michel Foucault reformulou seu eixo metodológico, deslocando-o da tríade saber-poder-subjetivação para pensar a ligação entre o exercício do poder e a manifestação da verdade no novo triângulo aleturgia-hegemonia-práticas de si. Seu projeto metodológico agora passava a ser orientado por esses três focos analíticos: “o da formação dos saberes e das práticas de veridicção; o da normatividade dos comportamentos e da tecnologia do poder; o da constituição dos modos de ser do sujeito a partir das práticas de si” (FOUCAULT, 2010a). “*Aléthourguês*”, diz Foucault, foi um termo criado por um “gramático grego do terceiro ou quarto século” (ibid.) para se referir a alguém que diz a verdade, ou, simplesmente, ao verídico. Derivada daí, o autor descreve a palavra “aleturgia” como “conjunto de procedimentos possíveis, verbais ou não, pelos quais se revela o que é dado como verdadeiro em oposição ao falso, ao oculto, ao indizível, ao imprevisível, ao esquecimento” (ibid.). Já a noção de “hegemonia” o autor não a utiliza com a conotação gramsciana, mas a aborda usando o significado grego, que é simplesmente “exercício do poder” ou, como ele mesmo definia poder: “conduzir a conduta do outro” (ibid.). Assim como em obras anteriores à sua produção nos anos 80, o poder aparece como correlato do saber (de modo que não seria possível existir um saber que não existisse apoiado em algum tipo de poder, e que não poderia existir um poder que não se amparasse em algum saber). Diz o autor: “não há hegemonia sem aleturgia” (ibid.), ou seja, não há governo (ou poder) sem a manifestação de uma verdade que, ao se manifestar, deverá aparecer como processo de subjetivação, ou como “prática de si”.

Foucault quis fazer a história da ideia de “governo” ou do que ele chamou de “governamentalidade” (*gouvernementalité*), noção que aparece pela primeira vez no curso de 1978 dado por ele no *Collège de France* (Segurança, Território, População), noção que se tornou central em suas análises posteriores. O autor define essa ideia de “governo dos

homens” ou “governamentalidade” como um “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (FOUCAULT, 2008a). O autor encontra os primeiros indícios de uma arte de governar as consciências dentro da instituição da pastoral cristã: “durante séculos, se chamou na igreja grega *technè technôn* e na igreja romana latina *ars artium*, precisamente a direção de consciência; a arte de governar os homens” (FOUCAULT, 1990). Essa arte de governar, segundo ele, tomava como objeto a conduta dos homens, e ficaria ainda por muitos anos limitada a práticas e espaços religiosos, como durante o período medieval, quando estava ligada à “existência conventual e praticada sobretudo em grupos espirituais relativamente restritos” (ibid.). Durante o século XV, porém, essa ideia de governo dos homens iria se deslocar de sua origem religiosa e se generalizar amplamente pela sociedade civil, se multiplicando por vários domínios. Para o autor, a questão de “como governar?” foi um dos mais fundamentais acontecimentos dos séculos XV e XVI:

Questão fundamental a qual respondeu a multiplicação de todas as artes de governar - arte pedagógica, arte política, arte econômica, se vocês querem - e de todas as instituições de governo, no sentido amplo que tinha a palavra governo nessa época. (FOUCAULT, 1990)

Para Foucault, porém, a questão da governamentalização, de como ser governado, não pode nunca ser dissociada de outra questão: a de “como não ser governado”. Essa não condução, porém, não deve ser entendida no sentido de uma simples negação do governo, mas do que ele chama de “indocilidade refletida” ou de uma “atitude crítica” com relação ao poder instituído. Não se trataria, portanto, de uma operação que se faz a partir do lado de fora do poder, já que, segundo o próprio autor, não existe resistência nenhuma que se dê fora do poder, mas que ela sempre se dá em relação a algum poder (1994a). Da mesma forma Judith Butler (2019), ao afirmar que a materialização se dá através de uma série de repetições citacionais levadas a cabo através de um constrangimento constitutivo que não elimina a agência, mas a faz existir como prática reiterativa imanente ao poder e não numa relação externa de oposição a ele. A própria ideia do construcionismo de Derrida reconhece que este só acontece dentro da própria linguagem: para ele, “desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do *logos*, da

metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada” (DERRIDA, ROUDINESCO, 2004)

Foucault aponta que sempre houveram movimentos dissidentes e de resistência desde a institucionalização da pastoral cristã, o que ele chama de movimentos de “contraconduta”, ou de “inconduta”. Mais do que isso, ele demonstra a forma a forma pela qual a pastoral cristã, em sua própria origem, guardava uma “correlação imediata e fundadora entre a conduta e a contraconduta” (FOUCAULT, 2008a), por ter ela mesma surgido como forma de organização contra o que ele chamou de “revoltas de conduta”, assim como para se organizar contra tudo o que “havia de incompatível no ascetismo com a organização de um poder” (ibid.). Dentro do contexto da pastoral cristã e durante a Idade Média, o ascetismo aparecerá também como uma forma de contraconduta que tendia “a redistribuir, a inverter, a anular, a desqualificar parcial ou totalmente o poder pastoral na economia da salvação, na economia da obediência e na economia da verdade” (ibid.). A ascese, que desde os Estóicos tinha como fim essencial a autonomia, e que se caracterizava como “exercício de si sobre si, em uma espécie de corpo a corpo que o indivíduo trava consigo mesmo” (ibid.), aparecia diante das instituições cristãs como exercício de si no qual o outro, ou a obediência ao outro seria desnecessária:

Isso, evidentemente, é totalmente incompatível com uma estrutura do pastorado que implica uma obediência permanente, uma renúncia à vontade e somente à vontade, e uma extensão da conduta do indivíduo ao mundo. Não há recusa do mundo no princípio pastoral da obediência (...) há um estado definitivo, adquirido desde o início, de obediência às ordens dos outros e, enfim, na obediência nunca há nada dessa justa com os outros ou consigo mesmo, mas ao contrário uma humildade permanente. Creio que as duas estruturas, a da obediência e a do ascetismo, são profundamente diferentes. (FOUCAULT, 2008a)

“Inconduta” e “atitude crítica” seriam, portanto, literalmente isso: uma atitude, não uma reflexão, não uma contemplação, mas uma prática, uma certa maneira de se se engajar com o poder, de se posicionar diante dele e com relação a ele. Se o poder que se desenvolveu com a pastoral cristã, diz ele, previa que cada indivíduo devia ser governado e devia se deixar governar e ser conduzido à salvação por outra pessoa numa relação de obediência, a atitude crítica seria uma forma de “indocilidade refletida”:

Se a governamentalização é uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus

discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade. (FOUCAULT, 1990)

(...)

Não se trata de dizer que todo poder é ruim, mas de partir do ponto de que nenhum poder, qualquer que seja, é de pleno direito aceitável e não é absoluta e definitivamente inevitável (...) Não há legitimidade intrínseca ao poder. E, a partir dessa posição, o procedimento consiste em se perguntar o que se desfaz do sujeito e das relações de conhecimento, dado que nenhum poder é fundado nem em direito nem em necessidade, pois que todo poder nunca repousa em outra coisa que não a contingência e a fragilidade de uma história, que o contrato social é um blefe e a sociedade civil uma história para criancinhas; que não há nenhum direito universal, imediato e evidente que possa em toda parte e sempre sustentar uma relação de poder, qualquer que seja. (FOUCAULT, 2010a)

“Atitude crítica”, “inservidão voluntária”, “indocilidade refletida”: todos foram termos que o autor mobilizou para formar o arcabouço de noções que formaria o corpo dessa nova abordagem metodológica, a “anarqueologia” (2010a). Esta aparece então como uma abordagem filosófica que estaria circunscrita à prática da atitude crítica, ou à prática de uma “contraconduta”. Penso que era exatamente a isso que o autor se referia quando, em sua empreitada para pensar essa anarqueologia, resgatou os conceitos gregos de cuidado de si (*epiméleia heauton*) e de conhecimento de si (*gnothi seauton*), conceitos que ele toma como pontos de partida privilegiados para entender determinados processos de subjetivação em certos períodos da sociedade grega antiga. O autor demonstra a forma a partir da qual, entre os gregos antigos, essas noções de conhecimento e preocupação consigo faziam parte de procedimentos que visavam formar um certo sujeito capaz de governar a si mesmo. Sujeito que por sua vez seria soberano, ou sobre si, ou sobre suas vontades, seus pensamentos ou soberano até mesmo com relação ao acaso, como no caso dos estóicos e suas reflexões sobre a morte. Se preocupar consigo e conhecer a si mesmo eram exercícios e práticas de si que conduziam, ou buscavam conduzir, a uma existência que estivesse mais intimamente ligada com a verdade.

2. O cuidado de si entre os gregos antigos

No século IV a.C, ou no que Foucault chama de "momento socrático-platônico", o cuidado de si, a prática da *epiméleia heauton*, aparece circunscrito a um grupo pequeno de

filósofos e religiosos como prática essencial e necessária não para todos, mas especificamente para aqueles que estavam destinados a governar a cidade. Estes, desde cedo, deveriam aprender a reconhecer-se em primeiro lugar como sujeitos, sujeitos políticos e também sujeitos de desejo. Porém, ao olhar para os séculos I e II d.C, a situação já não era a mesma: nessa época ocorreu o que o autor chama de “época de ouro do cuidado de si” (2010a), em que a *epiméleia heautou* estava mais disseminada pelo corpo social até então. Aqui, cuidar de si mesmo não era um privilégio ou uma necessidade para alguns poucos; também não estava mais ligado ao governo da cidade, mas toma o si como finalidade em si mesma. Nesse sentido, todos podiam e deviam cuidar de si mesmos.

Há, diz ele, modificação de finalidade e também de momento da vida onde ela se aplica: se antes o cuidado de si era reservado para jovens e tinha como finalidade o momento da passagem da juventude para a idade adulta, agora ele é recomendado durante todo o tempo da vida de pessoa, estando até mesmo ligado a práticas para se preparar para a velhice e até mesmo para a morte. O que Foucault parece estar realizando nesses seus últimos cursos então é uma espécie de arqueologia das prática de si, ou uma arqueologia de processos de subjetivação. O autor demonstra que esses temas, essas noções específicas do “dar conta de si” (*didónai lógon*) levou posteriormente a duas linhas que ele analisa a partir de dois textos: a da metafísica da alma, que ele aborda a partir do *Alcibiades*, e a linha das formas de existência, abordado a partir do *Laques*.

No caso de *Alcibiades*, o que se observa é que a *epiméleia heautou* levava a descoberta de si mesmo como realidade ontológica separada do corpo funda a noção de alma (*psychè*), que se instaura como correlativa de um modo de conhecimento de si que toma a forma da contemplação da alma por si mesma. Isso daria lugar a um modo de dizer-a-verdade que tem como fim conduzir a alma de volta à vida verdadeira. Enquanto no *Laques* essa instauração de si mesmo tem agora como objetivo a “maneira como se vive, a maneira como se viveu, que dá ao conhecimento de si a forma privilegiada do exercício, da prova, das práticas de resistência” (FOUCAULT, 2011), Conduz ao que os gregos chamavam de *bíos*, que é a “arte de viver” (*tékhnai perì bíon*) e o que caracteriza o *bíos* “não é a atividade, não é o que o indivíduo faz, não é nem mesmo as coisas que maneja” (idem, 2016), mas a forma de relação e a maneira que ele mesmo decide ter com as coisas. “É ainda a maneira como se insere sua própria liberdade, seus próprios fins, seu próprio projeto nas coisas em si, a maneira como, por assim dizer, as coloca em perspectiva e as atualiza” (ibid.). O

bíos, porém, não pode ser considerado como a mesma coisa que nossa ideia de subjetividade. Para ser apreendida, essa deve ser considerada dentro de seu contexto cristão:

Parece que os gregos não sabiam o que é subjetividade ou não tinham essa noção. Indiscutivelmente a noção que nós, hoje, temos de subjetividade não tem um correspondente exato em grego. Mas o que mais se aproxima do que entendemos hoje por subjetividade é essa noção de *bíos*. O *bíos* é a subjetividade grega. E também aí, é claro, o que nos impede de compreender bem esse sentido do *bíos* é o fato de que para codificar e para pensar a subjetividade temos o contexto que podemos dizer cristão. (FOUCAULT, 2016)

(...)

O *bíos* é a vida qualificável, a vida com seus acidentes, com suas necessidades, mas é também a vida tal como podemos fazê-la pessoalmente, decidi-la pessoalmente. O *bíos* é o que nos acontece, é claro, mas pelo ângulo do que fazemos com o que nos acontece. É o curso da existência, mas levando em conta o fato de esse curso estar indissociavelmente ligado à possibilidade de conduzi-lo, de transformá-lo, de direcioná-lo neste ou naquele sentido. O *bíos* é o correlativo da possibilidade de modificar sua vida, de modificá-la de modo racional e em função dos princípios da arte de viver. (FOUCAULT, 2016)

O cuidado de si e a “coragem da verdade” (como ele se refere à essa modalidade da vida como exercício da verdade, como encontrada no Lacques) se manifestaram em duas modalidades extremas: uma delas a “modalidade platônica”, que fundou a metafísica e a “modalidade cínica”, que não adota a forma da contemplação, mas o conhecimento de si ganha a forma do exercício, da prova (FOUCAULT, 2010d). Esta forma de manifestação, diz ele, deixou na história do ocidente o *bíos*, essa forma de vivência que envolve provação de si mesmo, que propõe “a redução à animalidade e o combate no mundo contra o mundo” (FOUCAULT, 2010d). E é no personagem do cínico, ou na forma como ele aparece em Epicteto, que Foucault apresenta o que ele chama de “limite do que foi a grande história da filosofia antiga” (idem, 2010c). O cínico, diz o autor, encara a filosofia como modo de vida, como manifestação perpétua e às vezes escandalosa da verdade, é aquele que desafia o problema da parresía, do falar-a-verdade, encontrado por Foucault como outro possível ponto de partida para a análise da história das governamentalidades. Ele faz da vida, da existência, do *bíos*, uma aleturgia, uma manifestação da verdade:

A vida como presença imediata, brilhante e selvagem da verdade. A vida como disciplina, como ascese e despojamento da vida. Exercer em sua vida e por sua vida o escândalo da verdade, é isso que foi praticado pelo

cinismo, desde sua emergência, que podemos situar no século IV do período helenístico e que prossegue pelo menos até o fim do Império romano e bem além dele. (FOUCAULT, 2010d)

Não tendo qualquer tipo de temor ao exercitar a parresía, ou a “fala franca”, o cínico exercita a atitude crítica e, diz Foucault, salva a si mesmo. O soberano cínico redescobria “a verdadeira monarquia, a monarquia universal, que era a dos deuses” (FOUCAULT, 2010d). Esse exercício de soberania cínica teria duas consequências: primeiro, fundaria, para quem a exerce, uma modalidade de vida feliz. Segundo, funda uma prática da verdade manifestada, da verdade a manifestar. Do lugar do cínico, diz o autor, é possível identificar a forma ou o lugar em que o pensamento cristão, o ascetismo cristão e o dizer-a-verdade cristão vão se precipitar.

Mas se a doutrina cínica desapareceu enquanto doutrina em si, diz ele, ainda assim ela se transmitiu e prosseguiu como uma atitude, como maneira de ser. Para Foucault, seria possível fazer uma história do cinismo da Antiguidade até nós (FOUCAULT, 2010d). Esse modo de ser inaugurado pelos cínicos iria ao longo da história se transformar, adotar outras formas. Sua mudança dentro do contexto cristão, segundo ele, começa a se desenhar a partir de seis ou sete séculos depois de Sócrates, realizado pelas “práticas e instituições do ascetismo” (ibid.) A partir de então essa prática do despojamento cínico passa a ser definida não mais a partir do do desafio, do controle de si, mas a partir da ascese cristã da renúncia ao mundo. Isso, diz o autor, mudará de forma radical a economia do dizer-a-verdade.

Como vimos, Foucault aborda, em seu curso de 1978, o ascetismo de forma que, apesar de não ser totalmente estranho ao cristianismo, é estranho, porém, à estrutura de poder pastoral em torno do qual tinha se organizado o cristianismo. O que ele parece sugerir é que o ascetismo, tomado como estrutura oposta a da obediência, já poderia ser abordado como uma forma possível de atitude crítica. Ele dá para a ideia de ascese “não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2004). Ascese como prática *etopoietica*, isto é, como prática capaz de formar uma maneira de ser e de se conduzir, ou seja, prática capaz de criar um *êthos* (idem, 2010b). O cuidado de si tomou a forma de uma ética que, para o autor, representava “a prática refletida da liberdade” e era onde a liberdade poderia “tomar consciência de si

mesma como prática ética” (FOUCAULT, 2004). Mas não se deve imaginar que o autor estava falando de libertação, de alguma operação messiânica que anuncia uma liberdade nunca antes experimentada, mas na liberdade imediatamente problematizada como *êthos*. E o *êthos*, a ética, nada mais é do que uma prática: “seus hábitos, seu porte, por sua maneira de caminhar, pela calma com que responde a todos os acontecimentos, etc” (FOUCAULT, 2004).

Deleuze (1988) considera que, com o cuidado de si, Foucault haveria finalmente fechado o triângulo que viria formar seu novo projeto metodológico presente em seus últimos cursos, constituído de três principais eixos analíticos (aleturgia-hegemonia-práticas de si). Para ele, Foucault não quis fazer a história dos sujeitos, mas dos processos de subjetivação, tendo descoberto a forma como, entre os gregos, a relação consigo adquiria independência com relação a do saber e do poder, e tornava-se irreduzível a eles: “é como se as relações do lado de fora se desdobrassem, se curvassem para formar um forro e deixar surgir uma relação consigo, constituir um lado de dentro que se escava e desenvolve segundo uma dimensão própria” (DELEUZE, 1988). Apesar de, eventualmente, a relação consigo ter acabado por ser integrada às relações de poder e saber e ter se integrado “nesses sistemas dos quais começara por derivar” (idem), diz o autor:

Haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes; a relação consigo é, inclusive, uma das origens desses pontos de resistência de que falamos anteriormente (...) A relação consigo não deixa de se fazer, mas se metamorfoseando, mudando de modo, a ponto do modo grego tornar-se uma lembrança bem longínqua. Recuperada pelas relações de poder, pelas relações de saber, a relação consigo não para de renascer, em outros lugares e em outras formas. (ibid., 1988)

3. Políticas contemporâneas de contracondutas e novas formas de práticas de si

Foi justamente pensando em novos tipos de práticas e agenciamentos críticos que Paco Vidarte escreveu a “Ética Bixa” para ser uma série de propostas de ações políticas, um texto “que incendiasse uma outra forma de fazer as coisas e da gente se comportar como bixas, lésbicas e trans frente à sociedade” (VIDARTE, 2019). O autor queria escrever um texto que se propusesse enquanto uma prática refletida da liberdade entendida como isso, uma prática, e não um livro que não servisse para nada além de

“para uma lambeção de cu entre sabichonas.” (ibid.). O autor propõe uma “política cadela” como uma forma de se posicionar frente ao poder e como prática *etopoiética*, nomeando-a “política cínica”:

Somos umas cadelas e minha proposta política é implantar uma política cadela. As mais cultas entre nós vão preferir chamá-la de política cínica, recorrendo à etimologia grega de cachorro, que faz tudo ficar mais elegante. Uma política cadela é uma política de sobrevivência. O que fizemos a vida inteira. Sendo crianças e sendo adultos. Livrar a nossa própria cara e seguir em frente esquivando de todo tipo de situação. Como umas porras duns cachorros. (VIDARTE, 2019)

(...)

Somos transparentes como cachorros. Não fazemos rodeios. Não temos nada a perder. Cachorros como Diógenes diante do imperador, mais pobres do que ratos, nus em pelo, vivendo num barril: por que daria um respiro para esse imbecil imperial, por que haveria de sorrir para ele, por que deveria estar agradecido, por que teria que falar com ele, que porra iria negociar com ele, por que teria que confiar nele, por que iria pensar na boa vontade imperial, por que haveria de baixar a guarda diante da disposição dialogante do poder, por que satisfazer a curiosidade real? Não me roube o sol, filhodeumaputa. (ibid.)

Vidarte queria pensar numa nova ética que não se proporia universal, já que seu texto constata e realiza um movimento fragmentário e de deslocamento que questiona a afirmação de um único sujeito bixa, mas uma ética que seria rigorosamente localizada. Seria o que ele chama de uma Analética: “Uma ética bixa deverá, decididamente, ser anal” (VIDARTE, 2019), num esforço deleuziano para desprivatizar o cu e colocá-lo de volta na arena política e social. Da mesma maneira, Preciado (2009) propõe uma revolução anal e chama de “linguagem do anus” o saber coletivo que os subalternos e os dissidentes podem constir sobre eles mesmos: “Se devemos tornar o anus publico, deve-se fazê-lo pela via cultural” (PRECIADO, 2009, tradução própria).

Sob luz da ideia de “contraconduta” Preciado propõe o que ele chama de “contrassexualidade”: esta não seria a luta contra uma suposta proibição que existiria com relação ao falar do sexo, mas sim a contraproductividade, ou seja, novas formas de produção de discursos e de performatividades que não estariam dentro da lógica heterocentrada da sexualidade moderna. O que ele tem a oferecer como forma de *ascese* está no que ele chama de “proposição de práticas contrassexuais” (PRECIADO, 2002), uma série de práticas para gozar que envolvam mais partes do corpo que não as que são consideradas “erógenas” pela atual “arquitetura política do corpo”.

Se, para Foucault, o retrato do cínico “constitui uma espécie de limite em relação ao que foi a grande história da filosofia antiga” (FOUCAULT, 2010c), é aproximando Max Weber e seu conceito de ascese intramundana (1905) e Paris Hilton que Preciado encontra o que talvez poderia ser o personagem limite do mercado de troca global que ele chama de capitalismo farmacopornográfico. Paris Hilton, diz o autor, passou a representar o novo paradigma da indústria cultural por ter transformado sua própria vida e sexualidade em capital. Paris é o que ele chama de “prótese total”, tomando emprestado o conceito de ciborgue de Donna Haraway (1991). É ela, diz Preciado, quem melhor incorporaria a ética protestante e o espírito do capitalismo: enquanto para muitos ela representa a exceção da ética do trabalho estadunidense, tendo recusado as instituições tradicionais e aberto mão de sua herança familiar para produzir capital, para Preciado ela representa o ponto mais avançado que a ascese intramundana capitalista conseguiu alcançar. Pode-se dizer então que Paris exerceu a coragem da verdade e aproveitou da liberdade trazida por isso para transformar seu próprio corpo e seu estilo de vida em forma de fazer capital, levando a ética protestante o espírito do capitalismo mais longe do que qualquer outro.

Preciado também propõe a prática política do “princípio auto-cobaia”, que o autor descreve como uma proposta de auto-intoxicação a partir do viés crítico. Sua máxima é “aquele que quer ser sujeito do político que comece a ser rato de seu próprio laboratório” (PRECIADO, 2008). Esse princípio supõe o corpo não só como efeito de um processo de sujeição, mas também como plataforma possível de aplicação de um trabalho sobre si visando um agenciamento crítico. Desse ponto de vista, diz ele, o uso que Freud fez da cocaína, assim como o uso que Walter Benjamin faz do haxixe, do ópio e da morfina, podem ser tomados da perspectiva desse fazer filosófico enquanto exercício de construção de um saber que é formulado imediatamente do lado de fora do escopo da objetividade do sujeito de saber científico “objetivo”.

Ainda quando o autor fala de um “devir macho de elite” e de “códigos semiótico-técnicos da masculinidade heterossexual branca pertencentes a ecologia política farmacopornográfica pós-guerra”, podemos referir-nos ao que Butler chama de “iteração subversiva” (BUTLER, 2019). Trata-se de uma repetição dos códigos que constituem essa norma que conhecemos como masculinidade (ou sua forma dominante) mas marcado por diferenciações. Isso projeta uma luz de desnaturalização no masculino a partir de sua

tomada enquanto prática regulatória, enquanto exercício de si, ideal cuja materialização acontece não sem antes recorrer a certas práticas que são altamente reguladas. Em outras palavras, a naturalização da masculinidade dominante se torna possível somente através de um processo de repetição forçada de uma ou diversas normas, e são essas que produzem a sua materialização

Butler abordou a teoria e os estudos de gênero como meio para pensar uma prática política: “Como repensar os termos que estabelecem e sustentam os corpos que importam?” (BUTLER, 2019). Entre os corpos que importam e os que não importam, toda uma prática política colonial, processos e aparatos técnicos, administrativos e mercadológicos que traçam entre os dois uma barreira intransponível, e determina quais tipos de privilégios ou quais tipos de violência alguém estará sujeito ou não durante toda sua vida. Como repensar a forma como e o lugar onde está traçada essa linha eminentemente política?

Mombaça (2015, 2016, 2021) descreveu a distribuição social da violência legítima racial e de gênero e a forma como ela determina, estabelece e sustenta os corpos que importam e, por outro lado, quais outros corpos ocupam lugares onde a violência adquire um estatuto legítimo de gestão social. O monopólio da violência, diz a autora, vendido como monopólio da ordem, funciona e se enuncia como uma instância de neutralidade sobre os conflitos no corpo social que ela define como “ficção de poder baseada na promessa de que é possível forjar uma posição neutra desde a qual mediar os conflitos” (MOMBAÇA, 2016). Ao mesmo tempo, o monopólio legítimo da violência sequestra não só o direito a seu acesso em forma de práticas de revolta legítimas, como também sequestra seu significado mesmo:

O monopólio da violência tem como premissa gerenciar não apenas o acesso às técnicas, máquinas e dispositivos com que se performa a violência legítima, mas também as técnicas, máquinas e dispositivos com que se escreve a violência, os limites de sua definição. (MOMBAÇA, 2016)

O que a autora chama então de “redistribuição social da violência” (ideia que aparece no título seguida de um ponto de exclamação, para enfatizar seu caráter urgente e imediato) aparece em primeiro lugar como forma de cuidar de si: “Redistribuir a violência, nesse contexto, é um gesto de confronto, mas também de autocuidado” (ibid.). Prática que deve estar relacionada a uma ética “mutante, contextual e provisória” (ibid.), e que

assuma “como ética da existência a desobediência à normalidade social” (ibid.). Como Paco Vidarte, Mombaça não busca uma ética universal e fixa, senão uma pragmática maleável que será necessariamente formulada a partir de seus próprios conflitos localizados.

O que a autora chama de “nomear a norma” seria, portanto, o ato de nomear essa coisa que guarda, em sua naturalização silenciosa, a força de seu privilégio enquanto norma, garantindo o que ela chama de um princípio de não-questionamento. Em oposição complementarmente oposta, o “anormal” seria continuamente citado e “incessantemente traduzido pelas analíticas do poder e da racialidade, simultaneamente invisível como sujeito e exposto enquanto objeto”. A autora demonstra de que forma esse silêncio é epistemologicamente construído dentro de espaços acadêmicos e de produção de saber. Além disso, aborda de que maneira o silenciamento de narrativas não-hegemônicas produzidas por pessoas racializadas ou dissidentes de gênero se deparam na academia se parece com o fato de a era através da “territorialização da boca dos escravos como lugar do interdito da fala que o colonizador branco garante o controle sobre o mundo conceitual escravocrata” (2015). O silêncio do outro, a produção de seu silêncio, é fundamental para a contínua fabricação e manutenção de sua subalternidade. Segundo a autora, esse silenciamento/apagamento sempre envolve uma prática sistemática de captura de narrativas dos subalternos, ressignificando-as a partir de um ponto de vista homogêneo, rendendo-as neutralizadas.

Mombaça propõe então uma fala subalterna desterritorializada que, por sua vez, se manifeste pelo cu, e que através de sua própria existência questione marcos coloniais como a forma como estão colonizados os órgãos do corpo e definidos quais podem produzir conhecimento e quais outros “não são capazes de mobilizar pensamento algum”:

O regime escravocrata produziu uma territorialização da boca como lugar de tortura e não-fala, a norma da heterossexualidade compulsória produziu o cu como lugar de excreção e não-prazer. Em ambos os casos, temos uma territorialização arbitrária do corpo, que procura reduzir drasticamente as possibilidades de experimentação com esses órgãos. (MOMBAÇA, J. “Pode um cu mestiço falar?” Publicado no Medium “Monstrx Erratik” em 06 de janeiro de 2015)

(...)

Em lugar da pergunta sobre se pode ou não o subalterno falar, invoco outra: que ocorre quando umx subalternx fala? Desse modo, procuro relocalizar uma crise que tem, por muito tempo, servido para despotencializar a nós, sujeitxs fora das gramáticas da produção de saber.

Ao invés de pôr em dúvida nossa capacidade de forjar discursos e saberes desde as subalternidades, escolho interrogar a capacidade dos marcos hegemonicamente consolidados de reconhecer nossas diferenças. Assim é que, no limite mesmo da minha pergunta, insinua-se ainda outra: pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? (ibid.)

Para Mombaça, “não é na plenitude ontológica, mas na multidão de estilhaços que se produz um outro modo de existência” (MOMBAÇA, 2021). Ela se pergunta como pensar, portanto, numa ética da redistribuição da violência que não se transforme num espelho da norma que se procurava abolir. A redistribuição da violência como autocuidado, contudo, existe como proposta de prática da existência pensada para os corpos que foram considerados politicamente como fora da norma, e que estão sujeitos a terem suas existências incansavelmente precarizadas:

Redistribuição da violência é uma demanda prática quando estamos morrendo sozinhas e sem nenhum tipo de reparação seja do estado, seja da sociedade organizada. Redistribuição da violência é um projeto de justiça social em pleno estado de emergência e deve ser performada por aquelas para quem a paz nunca foi uma opção. (MOMBAÇA, 2016)

É necessário, diz a autora, pensar em novas formas de resistir, formas que não recorram a instituições tradicionais de resolução de conflitos, como a justiça criminal, que, segundo ela, existem em primeiro lugar como aparato de alienação das pessoas com relação ao processo de resolução de seus conflitos, e para onde surpreendentemente os LGBTs recorrem para suprirem seu desejo de proteção institucional:

A aposta nessas estruturas normativas como fonte de conforto e segurança para as comunidades agrupadas em torno da sigla LGBT é um sinal evidente da falta de imaginação política interseccional desses ativismos, que estão limitados a lutar no interior do projeto de mundo do qual temos sido reiteradamente excluídas. (MOMBAÇA, 2016)

Sam Bourcier considera que a incorporação de instituições como a do casamento pela população LG (lésbicas e gays) simboliza uma retomada de formas de se relacionar que se constituem como absolutamente excludentes com relação a outros modos de vida não normativos. Ao adotar o modelo do casal e o da família como lugar de reprodução da vida e da reprodução social, as políticas LGs neoliberais: “(...) não levam em conta as formas queer e trans de sociabilidade e de reprodução social que emergem nesse quadro, que são coletivas (...)” (BOURCIER, 2020). O autor chama de “*queer praxis*” as novas formas de entendimento da ocupação dos espaços e da abordagem do corpo que vêm

sendo produzidas contra a incansável precarização das formas sociais e espaços *queer*. Para ele, “opor o corpo do sujeito à subjetivação liberal e neoliberal, limitada, dessexualizante e despolitizada faz parte da práxis queer” (ibid.):

Qual é o papel da performance e da performatividade *queer* contra essa dupla expropriação e contra a reprivatização do sexual e dos espaços pelo neoliberalismo? Como resistir à dessexualização efetuada pelas políticas neoliberais apoiadas por feministas reformistas, anti véu islâmico, anti prostitutas, antipornografia, antitrans*, ou pelo.a.s assimilacionistas gays e lésbicas, nacionalistas, cúmplices da economização homossexual e da gestão neoliberal do capital humano de gays e lésbicas? O que pode ser feito para remixar o sexual e o social, enfrentar a ressolidificação da separação entre público e privado, a menos que tenhamos que falar sobre a privatização de tudo? Quais são as práticas e estratégias queer e transfeministas nessa área? (BOURCIER, 2020)

Anna Tsing (2015, 2019) convida a pensar novas formas de ação a partir das ruínas do capitalismo, como ela se refere ao período de precarização sucessiva e sistematizada da vida. Ela toma o cogumelo matsutake como ponto paradigmático para pensar a vida nessas condições: “A disposição do Matsutake em emergir de paisagens bombardeadas nos permite explorar a ruína que se tornou nosso lar coletivo” (TSING, 2015, tradução própria). A autora quer pensar de que forma a precariedade da vida se tornou uma não-exceção, abordando-a não como o sintoma de algo que deu errado, mas como algo que deve passar a ser entendido como condição de possibilidade do nosso tempo: “E se a precariedade, a indeterminação e o que imaginamos ser trivial fossem o centro da sistematicidade que procuramos?” (TSING, 2015, tradução própria). Ela busca encontrar aquilo que é ignorado por não estar dentro da linha do tempo do progresso. Para ela, ideias como a de História e o ideal do progresso nos cegaram com relação à possibilidade de pensar através da precariedade como forma de realizar relações que podem possibilitar um método que não esteja necessariamente orientado a uma finalidade objetiva. Com isso, ela rejeita qualquer visão objetiva e teleológica que pudesse acabar esbarrando num ideal de progresso ou de ponto de chegada: “Como o capitalismo se pareceria se não assumimos o progresso?” (ibid., tradução própria). Como Tsing, Isabelle Stengers (2009) também aborda a precariedade como produto não de um mal cálculo, mas como produto de contingências calculadas, tomando a precariedade não como fim, mas como meio, como processo racional e deliberado de desarticulação de heterogeneidades resistentes. Stengers e Tsing se inscrevem numa nova modalidade de antropologia interdisciplinar que

se aproxima de outros campos de saber como a biologia, num esforço que Sarah Franklin (2013) denomina de “conexões merográficas”, termo derivado de Strathern e usado para se referir a esse movimento de a-disciplinarização que vem acontecendo dentro da antropologia.

Assim como o *matsutake* (que recentemente entrou para as listas de espécies em risco pelo Ministério do Meio Ambiente japonês) encontra suas condições de possibilidade em ambientes arruinados, Tsing também propõe pensar novas formas não só de espacialidade, mas novas formas epistemológicas de propor uma vida possível. Ela parte da urgência de pensar novas formas de relação, de práticas relacionais que levem em consideração agências até então ignoradas, dando como exemplo, a forma como as relações entre fungos e pinheiros, pássaros e carrapatos, paisagens e ruínas podem, como ela diz, formar mundos e revelar (ou fundar) outras ontologias. Sua contribuição crítica sugere, então, um deslocamento radical do antropocentrismo, tão caro a uma disciplina que tem o homem em seu próprio nome, a antropologia.

Conclusão

Considero que todos esses trabalhos não se contentam em ser exercícios de contemplação ou simples demonstração sucessiva de um raciocínio lógico, mas que trazem em seu plano de fundo propostas de uma ação política imediata. O que eles parecem querer propor são ações que tenham a ver com um modo de conduzir, de governar a própria vida e as coletividades que nos atravessam. Talvez seja possível dizer, um pouco abstratamente, que são trabalhos que podem ser inscritos debaixo dessa modalidade cínica da vida como prova, prática e exercício por serem textos que formam uma coleção de conhecimentos que chamam a produzir um *êthos*. Citando mais uma vez Deleuze: “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (DELEUZE, 1992).

Uma ética, um *êthos*, nada mais é do que uma forma de estar no mundo, uma prática em si mesma. Nesse sentido, uma ética bixa se transforma num instrumento de labor, num dispositivo de construção de alguma coisa sólida, firme, palpável, num modo deliberado de criar novas relações de vida. A ética bixa, porém, não quer ser universal. Da mesma forma, o princípio da auto-cobaia de Preciado propõe uma forma totalmente nova de abordar a discussão da objetividade científica para que essa possa absorver perspectivas

que, logo de primeira, se propõem como localizadas. Assim como também em sua análise, para tornar-se um macho de elite basta seguir uma série de regras de performatividade absolutamente teatrais e, ao mesmo tempo, carregadas de significado, ou o que Jota Mombaça chama de “nomear a norma”. Para ela, esse conceito simboliza um rompimento violento do silêncio no qual os poderes hegemônicos mantêm os que estão a eles subordinados e cria possibilidades de inventar novos mundos impossíveis. Assim como é “nomeando a norma” do antropocentrismo que Anna Tsing propõe uma antropologia contemporânea que busque se deslocar da figura do homem como a do sujeito moderno fundador do mundo à sua volta. Sujeito que, como definiu FOUCAULT (1988), é um “duplo empírico/transcendental”, ou seja, ao mesmo tempo “aquilo que é dado na experiência e também aquilo que torna a experiência possível” (ibid.).

Mas como é que, afinal de contas, dar o cu pode ser uma forma superior de fazer filosofia? E como é possível fazer filosofia dando o cu? Em “Terror Anal” (2009), Preciado quer descobrir como tornar o ânus público de novo, e também quer saber quem primeiro começou a revolução do ânus. Em outras palavras, o autor quer saber como aconteceu o rompimento da hegemonia do discurso heterossexual sobre o corpo. Para ele, apesar de a heterossexualidade se apresentar como um obstáculo construído pela natureza, ela não passa de uma linguagem que ainda não havia sido investida, contestada e atravessada politicamente. Até então o debate era regido inteiramente pelo que ele chama de “saber médico-jurídico”, que criava uma oposição artificial entre hetero e homossexualidade que, em si, apareceria como luta moral entre o normal e o patológico (Ibid). Esse relato, diz ele, “se estende como única linguagem biopolítica sobre o corpo” e como um “amontoado de signos, sistemas de comunicação, técnicas coercitivas, ortopedias sociais e estilos corporais” (ibid.).

Para o autor, foi Guy Hocquenghem (1972) quem apareceu com o primeiro texto que iria confrontar “diretamente a linguagem heterossexual hegemônica” (PRECIADO, 2009). Hocquenghem realizou o primeiro texto científico-filosófico que iria pensar no cu fora do escopo da interdição e da castração dentro do qual os saberes médicos insistiam em mantê-lo. O que Preciado chama de “linguagem do ânus” seria então a transformação da opressão em perspectiva crítica sobre o poder. Ele propõe justamente um movimento de desnaturalização desse olhar que a ciência e o discurso científico criaram sobre o

corpo, passando agora a vê-lo não mais como politicamente neutro, mas como *locus* onde o investimento político é rigorosamente exercido.

Preciado busca colocar o sexo dentro da perspectiva da “atitude crítica”, ou seja, criar uma posição de desassujeitamento no jogo da política da verdade. Para tal, seria necessário criar novas formas de produção de discursos e de performatividades que não estariam dentro da lógica heterocentrada da sexualidade binária moderna. E é aí que o cu entra novamente em jogo, como dispositivo que borra as fronteiras do gênero. Seguindo a tradição do “Anti-Édipo” (1972), para Preciado castração do ânus surgem os homens heterossexuais como ficção somato-política, o pênis como significante despótico e também o corpo privado. Foi a partir da castração do ânus que surgiram os homens heterossexuais, ou os “meninos-do-ânus-castrado” do final do século XIX:

erigiram uma comunidade que chamaram de Cidade, Estado, Pátria, de cujos órgãos de poder e administrativos excluíram todos os corpos cujos anus permaneceram abertos: mulheres duplamente perfuradas por seus ânus e vaginas, seu corpo foi transformado em cavidade uterina capaz de abrigar futuros cidadãos, mas também corpos bichas que não puderam castrar. (PRECIADO, 2009)

O que Preciado e Hocquenghem descobriram é que a castração do cu aparece como trabalho médico-científico, mas também sugere um trabalho constante de si sobre si mesmo. Trabalho que serve para criar sociabilidade, para criar o Estado e para criar a Pátria. Serve, afinal de contas, para informar o sujeito que irá cuidar do governo da cidade, da família, etc. Descubrem a castração do cu como uma das mais poderosas táticas de governo, porque é a partir da promessa de um cu totalmente castrado que se pode formar aquele que é o único sujeito legítimo de ocupar o espaço político.

Sáez fez em seu livro uma interessante análise histórica sobre o espaço que o cu encontrou durante a história. A palavra ânus, diz o autor, significa “anel” em latim, de forma que a cerimônia matrimonial consistiria em simbolicamente meter um dedo no cu como ritual de posseção. O ânus também está rodeado pelos músculos do esfíncter, que tem como raiz etimológica a palavra grega *sphinx*, que compartilha sua origem com a esfinge, uma criatura tão mitológica quanto enigmática que guardava a entrada da cidade de Tebas e só deixava entrar aquele que desvendasse um enigma. Também deriva da palavra “*sphíngo*”, que significa apertar, fechar, estrangular, contrair (SÁEZ, 2011).

As primeiras perseguições de homossexuais por causa de sexo anal, segundo o autor, datam da metade do século VI, quando o imperador bizantino Justiniano cria a proibição de atos que são contra a natureza, castigando-os com castração e o passeio público pelas ruas. A palavra “sodomia” iria aparecer pela primeira vez no século XI para se referir a todas as atividades sexuais que não serviam para a reprodução (SÁEZ, 2011). Até o século XII, a sodomia ainda não era castigada na maior parte dos países europeus, mas isso mudou com as Cruzadas, época em que houve uma propaganda anti-islâmica que os acusava de sodomia e entre 1250 e 1300, a esta passa a ser considerada como heresia e a ser punida com a morte. As leis contra a sodomia se mantiveram nos países europeus e, em geral, nas nações ocidentais até os séculos XIX e XX. Somente com a Revolução Francesa, no século XVIII, é que as leis contra a sodomia teriam começado a ser anuladas na Europa, começando pela França.

Ao mencionar os gregos, porém, Sáez observa que não era o ato sexual passivo em si que causava escândalo na época, e sim que ele estivesse sendo feito por alguém que não fosse jovem, mulher, ou escravo: “o critério que está em funcionamento é mais uma vigilância de classe que de sexualidade” (SÁEZ, 2011). Foucault também observou o regime sexual da grécia antiga através da luz do cuidado de si e encontrou o *aphrodisia*, noção que ele considera “difícil de recuperar” (FOUCAULT, 2018) mas que poderia se traduzir por “atos sexuais”, “prazeres sexuais”, “prazeres do amor”. Em sua pesquisa, o autor encontrou, dentro da Onirocrítica de Artemidoro (II a.C), cujos cinco volumes são considerados cânones na literatura grega (FERREIRA, 2012), uma análise que era possível enxergar à luz de sua nova abordagem metodológica. Ele define os *aphrodisia* como “uma economia afinal muito restritiva dos atos e prazeres sexuais” (FOUCAULT, 2018) dentro da qual ele pôde observar dois princípios distintos mas complementares: o princípio do isomorfismo sociossexual e o princípio da atividade. O princípio do isomorfismo sociossexual ditava que o modo como acontecia o ato sexual deveria estar conforme a ordem social, ou seja, é intrínseco ao ato sexual que haja uma certa dramaticidade provinda do campo social, com o qual ele possui uma relação de continuidade: “Os elementos do cenário social não se desvanecem no ato sexual (...) Os parceiros sexuais são e permanecem até o fim personagens sociais.” (Ibid.).

Dentro do regime do *aphrodisia* um bom ato sexual seria aquele que dá continuidade à posição social da qual os indivíduos envolvidos fazem parte, o que

significa, por exemplo, que uma relação seria “natural” caso fosse constituída de um homem mais velho e experiente ocupando o lugar da atividade e um homem ainda novo no papel “secundário” da passividade. Ao mesmo tempo, estaria fora da natureza se fosse constituída da forma contrária. Por isso, aponta Foucault, não há em Artemidoro a oposição homo/heterossexualidade como existe na experiência da sexualidade moderna. Também não há uma disposição “quase jurídica” dos atos permitidos e proibidos, mas sim “toda uma gradação de isomorfismos e de limiares de heteromorfismos que vão tornar certos atos absolutamente condenáveis” (Ibid.).

Já o princípio da atividade não se dá em relação ao campo social, mas com o que Artemidoro vai chamar de “naturalidade”, cujo principal elemento é o ato de penetrar, como ele define. Para ele, a capacidade de penetração do órgão sexual masculino definia sua “naturalidade universal e constante do ato sexual” (ARTEMIDORO, II d.C). É a partir desse princípio que Foucault pode demonstrar de que forma essa percepção ética dos *aphrodisia* é inteiramente orientada a partir do ponto de vista do indivíduo ativo, daquele que pratica a ação. Ou seja, é esse princípio de atividade que vai constituir o local natural de todos os atos sexuais, porque nessa economia “não está em causa uma relação entre dois elementos. Ela é a atividade de um sujeito, e de um único” (FOUCAULT, 2018).

O prazer do sexo, portanto, estava profundamente relacionado ao princípio da atividade. De maneira que não existe o personagem do passivo como sujeito, mas apenas como correlato da atividade da penetração, e somente dessa maneira ele pode pertencer a naturalidade. Além do mais, seu pertencimento à naturalidade encontra como condição de possibilidade essa ideia que Foucault chama de isomorfismo social. A passividade era vista como uma fonte de perigo que dizia respeito ao domínio sobre si, conceito muito importante nos *aphrodisia*, e constituía sinal de mau presságio quando um homem mais velho sonhava estar na posição do passivo durante o ato sexual. Portanto, diz o autor, será criada toda uma ética para desqualificar o prazer da mulher, do rapaz e do escravo, com o objetivo de impedi-los de tornarem-se sujeitos dentro do regime dos *aphrodisia*. O prazer passivo era, portanto, perigoso e até mesmo condenável porque, a partir do momento em que a mulher e o rapaz sentem prazer, diz ele, eles correm o risco de serem introduzidos nesse sistema como sujeitos dentro de um campo onde o único prazer legítimo é o que está relacionado à atividade.

A interdição do cu da forma que experimentamos hoje está organizada de forma totalmente diferente de como era dentro desse regime sexual dos *aphrodisia*. Apesar disso, podemos argumentar que hoje também existe uma certa difamação do prazer passivo, ou uma certa inferioridade dentro da qual é colocada aquele que tem prazer sendo passivo. E é aí que de dar o cu se articula com a contraconduta como uma proposta *etopoiética*, que é capaz de criar uma ética e também um sujeito de desejo. Fazer do cu uma arena da ação política, essa é uma das propostas da “contrassexualidade”, contra o regime de precarização no qual ele se encontra inserido. Desprecarizar o cu, conhecer o cu, é promover um conhecimento de si que os saberes hegemônicos tentam apagar, pois permite uma operação de constituição de sujeito que é característica por ser absolutamente não-universal, subalterna e diversa.

Se, para Preciado, a revolução do cu deve ser feita pela via cultural (“TERRORISMO ANAL = TERRORISMO KULTURAL” [2009], nas palavras do autor), talvez seria interessante pensar na forma como o cu pode ser paradigmático para pensar no Brasil. De que forma ele está presente dentro do tecido social e da cultura, de que forma ele o molda e também se adapta a eles? De que forma o discurso do cu esgarça também esse tecido e desafia suas barreiras? Pode-se mencionar diversas expressões usadas no cotidiano onde o cu aparece em um lugar de protagonismo discursivo, como “ficar com o cu na mão” (usada para expressar medo), ou falar que alguém está com “fogo no cu” (para expressar sua inquietação). Ou a forma como a expressão “nascer com o cu virado pra lua” pode explicar o motivo de alguém ser muito sortudo. Um lugar que fica muito distante está no “cu do mundo”, enquanto uma grande surpresa pode fazer “cair o cu da bunda”. Uma pessoa de cara fechada está com “cara de cu” e você pode comer pedra “até o cu fazer bico” (de forma exagerada, até a exaustão), mas “passarinho que come pedra sabe o cu que tem” (toda ação tem uma reação).

Meu argumento é o de que, no Brasil, o cu tem agência na vida social, e existe tanto do lado da interdição quanto da produção, assim como ele revela a territorialização dos corpos colonizados. O termo “lacrar” vem de “lacrar o cu das inimigas”, que foi popularizado por Roma Gaga em 2003 e descreve os resultados de um golpe enorme dado sobre as recalcadas. Uma operação de poder tão forte que pode - e consegue - tornar o cu de suas inimigas um invólucro totalmente fechado (mas nunca castrado). O Brasil inteiro também ouviu Tati Quebra-Barraco afirmando que “Dako é bom” numa

operação de publicização do cu que desafiou os aparatos ideológicos de Estado e de mercado como territórios da cis-heteronormatividade. Valesca Popozuda, ao declarar seu amor, repetia “meu cu é teu” permitindo pensar no cu como dádiva e, mais recentemente, Linn da Quebrada e Mulher Pepita gritaram por “dedo no cu do mundo” como ferramenta emancipatória. Ao mesmo tempo, uma declaração da cantora e mulher Sandy Leah para a revista Playboy em 2011 na qual ela dizia que a possibilidade de obter prazer dando o cu era fisiologicamente plausível foi motivo de escândalo nacional. O disco “Todos os Olhos” do cantor Tom Zé, mostra também como o cu pode ser usado como arma de desafio político. Lançado em 1973, o disco tem em sua capa uma foto de um close em um cu com uma bola de gude no meio como se fosse um olho e conseguiu efetivamente ser aprovado para ser impresso pelo regime militar. Após décadas de discussões, em 2012 foi revelado que se tratava mesmo de um close no cu.

As possibilidades de pensar o cu na cultura nacional, portanto, são praticamente infinitas e revelam, em suas brechas, as dinâmicas e as performatividades que existem sobre o cu, ao redor do cu e pelo cu, assim como seu potencial revolucionário e desafiador. Sua diversidade pode ajudar a pensar no cuidado de si na forma como ela é formulada para fabricar o sujeito legítimo do estado democrático de direito, ao mesmo tempo como pode ajudar a pensar em novas formas de práticas *etopoiéticas* que localizem no cu um local de práticas de liberdade, contraconduta e de “indocilidade refletida”. Pensar o cu no Brasil não somente se mostrou plenamente possível como também absolutamente necessário. Começando só com o dedinho, logo vamos estar com o braço todo.

Referências Bibliográficas

BOURCIER, Sam. *HOMO INCORPORATED - O triângulo e o unicórnio que peida*. São Paulo, n-1 edições, 2020 [2017].

BUTLER, Judith. *Corpos que Importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo, n-1 edições, 2019 [1993].

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*.

Assírio & Alvim: Lisboa, Portugal. 2004, [1972].

DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. *De que amanhã... diálogo*.

Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

FERREIRA, A.A.G.D. (2012). “Sobre os ofícios (τέχναι), trabalhos e profissões Artemidoro de Daldis, Oneirokritika Livro I, Capítulo 51.1 a 52.18, uma tradução para o português brasileiro”. Archai, n. 8, jan-jun 2012, pp. 137-141.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, São Paulo, Martins Fontes, 2010d.

_____. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*, São Paulo, Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1978)*, São Paulo, Martins Fontes, 2008b.

_____. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980)*, São Paulo, Martins Fontes, 2010a.

_____. *Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)*, São Paulo, Martins Fontes, 2016.

_____. *A Hermenêutica do Sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)*, São Paulo, Martins Fontes, 2010b.

_____. *O Governo de Si e dos Outros: curso no Collège de France (1982-1983)*, São Paulo, Martins Fontes, 2010c.

_____. *A Coragem da Verdade - O Governo de Si e dos Outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*, São Paulo, Martins Fontes, 2010d.

_____. O Que é a Crítica? (*Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung*). Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, n° 2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990 (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafetá Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento, 1990.

_____. *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994a (1976).

_____. *História da Sexualidade II - O Uso dos Prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1994b (1984).

_____. Da amizade como modo de vida. *De l'amitié comme mode de vie*. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal Gai Pied, n° 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. 1981.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. P.264-287. A ética do cuidado de si como prática da liberdade" (entrevista com H. Becker, R. Fomet-Betancourt, A. Gomez-Müller, em 20 de janeiro de 1984), Concórdia Revista internacional de filosofia. n. 6. Julho-dezembro de 1984, ps. 99-116.

FRANKLIN, Sarah. *Re-thinking nature—culture: Anthropology and the new genetics*. UK University, 2003.

MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.

_____. Rumo à uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! São Paulo: Fundação Bial (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017 [2016].

_____. Pode um cu mestiço falar? Disponível em: <<<https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>>>. Acesso em 27/06/2021.

PRECIADO, Paul. *Terror anal: apuntes sobre los primeros días de la revolución sexual* In HOCQUENGHEM, Guy. *El deseo*

homossexual. Santa Cruz de Tenerife. España: Editorial Melusina, 2000.

SÁEZ, Javier; CARRASCOSA, Sejo. *Pelo cu: políticas anais*. Belo Horizonte. Ed. Letramento. 2017 [2011].

STENGERS, Isabelle. *No tempo da catástrofe*. São Paulo, CosacNaify, 2009.

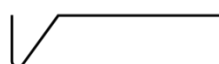
TSING, Anna. *The Mushroom at the end of the World: on the possibility of life in capitalism ruins*. Princeton University Press, Princeton, 2015.

— *Patchy Anthropocene- landscape structure, multispecies history, and retooling of anthropology*. University of Chicago, 2019.

VIDARTE, Paco. *Ética Bixa*. São Paulo, n-1 edições, 2019 [2007].

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. — São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1905].

“Não pode parar”: o trabalho de motorista de Uber com a chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil



Ana Cláudia Bessa¹
Carolina Castellitti²

Resumo

O texto apresenta resultados de uma pesquisa sociológica exploratória sobre as representações do trabalho de motorista por aplicativo, especificamente sobre os riscos, dilemas e dificuldades enfrentados com a chegada da epidemia de Covid-19 no Brasil. Os dados quantitativos analisados foram coletados através de formulário aplicado, entre abril e junho de 2020, em grupos de Facebook de motoristas de diversas cidades do país, obtendo 766 respostas relativas ao perfil dos motoristas, as condições da atividade e os efeitos da chegada da pandemia de Covid-19. Complementarmente, a participação nos grupos permitiu incorporar informações qualitativas sobre as representações e sentidos da atividade. Em diálogo com contribuições da ciência social sobre neoliberalismo, individualização e pandemia, propomos uma reflexão sobre os discursos dos motoristas nos primeiros meses da crise sanitária no país, e sobre nossa própria atividade de pesquisa, profundamente impactada pelo fenômeno.

Palavras-chave: motorista; Uber; pandemia; trabalho; Brasil.

¹ Mestranda em Sociologia e Antropologia pela UFRJ. Bacharela em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense. Integrante do Programa de Mobilidade Internacional para estudos no Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Portugal. Email: anabessa.ufrj@gmail.com.

² Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ). Forma parte de grupos de pesquisa como o NuSEX (PPGAS-UFRJ), o LabGEN (UFF) e o NuEFem (IE-UFRJ). Foi professora substituta de sociologia na Universidade Federal Fluminense e pesquisa temas relativos a carreiras, trabalho, gênero, memória e práticas de colecionamento. DOI: 0000-0003-3843-4296. Email: castellittic@gmail.com.

Abstract

The aim of this paper is to present the results of an exploratory sociological research on the representations of the work of driver by application in Brazil, specifically on the risks, dilemmas and difficulties faced by these workers with the arrival of the Covid-19 epidemic in the country. The quantitative data analyzed were collected from a form applied between April and June 2020 through Facebook groups of drivers from different cities in the country obtaining 766 responses regarding the profile of drivers, the conditions of the activity and the effects of the arrival of the Covid-19 pandemic. Complementarily, participation in the groups allowed for the incorporation of qualitative information about the representations and meanings of the activity. In dialogue with contributions from social science on neoliberalism, individualization and the pandemic, we propose a reflection on the discourses of drivers during the first months of the health crisis in the country, and on our own research activity, deeply impacted by the phenomenon.

Keywords: driver; Uber; epidemic; work; Brazil.

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar alguns resultados de uma pesquisa sociológica exploratória sobre as representações do trabalho de motorista por aplicativo no Brasil, especificamente sobre os riscos, dilemas e dificuldades enfrentados por esses trabalhadores com a chegada da epidemia de Covid-19 no país. Enquanto evento crítico que descotidianizou o planeta (Lins Ribeiro, 2021), a pandemia teve impactos diferenciados nas interações sociais, nos diferentes usos do espaço público real e virtual, e no incremento de novos hibridismos (como o lar-escola, e o lar-escritório). Acentuou desigualdades preexistentes, como um tipo de “brecha” digital, a tripla jornada de trabalho das mulheres, a precarização neoliberal do ensino e da saúde, e revelou o fundamental papel do Estado como organizador da economia em defesa do interesse público. Fomos testemunhos de pronunciamentos sobre as relações de custo-benefício entre vida e economia por parte das principais figuras públicas do mundo, enquanto o fluxo monetário colocado em movimento parecia diminuir a importância dos que eram tidos até agora como grandes problemas (Neiburg, 2020).

Dado o conhecimento (em princípio escasso) sobre as condições de transmissão da doença, o trabalho dos motoristas por aplicativo foi reconhecido desde o início como atividade essencial – principalmente, no momento que mesmo o transporte público diminuiu drasticamente sua frequência – e de alto risco, devido à inevitabilidade da

proximidade e do contato pessoal. Os impactos, portanto, foram percebidos desde os primeiros momentos: redução de clientes em virtude da diminuição de circulação das pessoas nas ruas e redução de motoristas disponíveis para exercer a atividade devido ao receio de ser contaminado e levar a doença para dentro de suas famílias. Constituiriam essas condições um alicerce para alguns motoristas despreocupados pela doença e atraídos pela possibilidade de maiores ganhos? A produção da ignorância (Freire, 2020) agenciada pelo discurso negacionista do presidente Bolsonaro encontraria entre os motoristas um espaço de recepção especialmente favorável? Teríamos com a pandemia a oportunidade de verificar a suposta disposição “empreendedora” e individualista dos sujeitos que se direcionam para essa atividade? Empreendendo o caminho científico conforme apontado nas descrições metodológicas de Durkheim (2007), nossa pesquisa procurou se aproximar deste fenômeno com um olhar sociológico rigoroso, livre de prenoções.

Por outro lado, assim como a crise sanitária mundial afetou de modo abrupto a atividade desenvolvida por essas pessoas como meio de obtenção de renda, enquanto pesquisadores também fomos obrigados a adaptar nosso trabalho às medidas sanitárias decretadas (ou não) pelas diferentes autoridades de governo. Assim, ao mesmo tempo que procuraremos descrever as ações e discursos desses sujeitos no período, refletiremos sobre as decisões que foram balizando o desenho metodológico do estudo. O fato é que a explosão da emergência sanitária no país se deu em um momento decisório da pesquisa, alterando radicalmente o planejamento da etapa de coleta de dados. Interrompida toda forma de circulação social e contato que não constituíssem “atividade essencial”, fomos impedidos de realizar entrevistas ou aplicar questionários de forma direta, através do diálogo com os trabalhadores. Diante desse cenário, os dados empíricos sobre o perfil dos motoristas, as representações da atividade e as consequências da pandemia foram obtidos fundamentalmente a partir de um questionário aplicado através da Internet entre abril e junho de 2020. A especificidade metodológica da pesquisa, porém, não se resume nesse aspecto. Com o objetivo de alcançar uma quantidade relevante de respostas, foi necessário desenvolver estratégias que exigiram um verdadeiro engajamento em redes sociais, interagindo nos grupos e observando o desenvolvimento dos debates. Desse modo, nossa análise pôde se nutrir de observações que vão além do questionário, nos aventurando nos caminhos de uma etnografia on-line (MILLER & SLATER, 2004) ou digital.

Em um contexto de persistência ou retomada do neoliberalismo na América Latina (BALESTRO & MONTEIRO, 2019), nossa análise procura contribuir com o estudo das transformações contemporâneas do mundo do trabalho desde uma perspectiva situada e empiricamente embasada. Reconfigurações da ordem mundial caracterizadas pela crescente informalização do emprego, pelo aumento sem precedentes da desocupação, e pela intensa precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, derivaram em uma nova morfologia do trabalho (ANTUNES, 2012). Frente a tradicionais dicotomias como precariedade/ estabilidade, trabalho assalariado/ trabalho informal, estudos situados vêm iluminando um mosaico muito particular de experiências em torno ao trabalhar na América Latina e no Caribe (CAPOGROSSI & QUINTANA, 2021). Trata-se de transformações da materialidade do trabalho acompanhadas de mudanças nas subjetividades, que devem ser reconhecidas como espaços de construção de novos sujeitos e relações. É nessa direção que apontamos nosso esforço interpretativo, procurando entender essas configurações não como reflexos automáticos ou respostas mecânicas, mas a partir de um olhar atento para a capacidade inventiva da vida social em contextos de precariedade.

Quando relações, espaços e contratos se reduzem a um “app”

O trabalho por aplicativo é um tipo de modalidade que se baseia no uso de plataformas de tecnologia que oferece serviços aos consumidores/clientes através de prestadores de serviço cadastrados. Os serviços de motorista e entregadores são os mais populares e conhecidos e as empresas plataformizadas vêm crescendo cada vez mais em todo o mundo. Assim, o serviço se configura como uma “oferta” realizada por empresas de plataforma digital, onde os trabalhadores não são selecionados ou contratados, mas sim, cadastrados. As pessoas que desempenham a atividade são consideradas trabalhadores por conta própria que atuam sob demanda, também referenciados como trabalhadores *just-in-time*. Contudo, embora as empresas se recusem a assumir a existência de vínculos trabalhistas nestas relações, a tecnologia oferece um serviço com precisos controles sobre estes trabalhadores que são difíceis de detectar, mas que determinam indiretamente sua disponibilidade, seus horários, seus rendimentos e sua localização. Desta forma, este modelo se configura em uma subordinação informalizada que representa para os

trabalhadores uma significativa perda de estabilidade sobre seus rendimentos, direitos e garantias trabalhistas (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2020).

Pesquisas do setor ainda são escassas e difíceis de realizar por conta da informalidade envolvida na atividade, da falta de um banco de dados oficial e da variedade de atividades envolvidas, que são complexas de identificar isoladamente. Como exemplo, podemos citar os taxistas que também utilizam aplicativos, os entregadores, os que fazem mais de uma atividade (atuando como motoristas em “horas vagas”), e os novos aplicativos para transporte de carga (desde mudanças até pequenas entregas), entre outros. Além disso, a própria categorização deste tipo de trabalho ainda precisa avançar no que se refere às pesquisas dos órgãos oficiais de modo a detectar as características dos indivíduos e da atividade.

Nesse sentido, é necessário mencionar um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em referência ao período de maio a novembro de 2020 – logo após o término de nossa pesquisa (abril e maio de 2020) – e divulgado em 2021. Por se tratar de um levantamento quantitativo, pode nos dar uma ideia do tamanho no mercado neste contexto. O IPEA buscou estimar o número de pessoas ocupadas no setor de transporte (incluindo, tanto motoristas como entregadores), referido como “Gig economy”³. Segundo a análise de dados baseadas em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período mencionado cerca 1,4 milhão de trabalhadores poderiam estar atuando neste modelo flexibilizado de trabalho. O levantamento ainda indicou que entre 2016 e 2020, houve um expressivo incremento no setor, estimado em 1000%, demonstrando o relevante aquecimento da atividade no país. Diferentemente, no caso do transporte de passageiros, o levantamento revela que o crescimento foi regular até 2020. E de forma geral, “até 31,0% do total de pessoas ocupadas no setor de transporte, armazenagem e correios da PNAD Contínua estavam na *Gig economy*” (Dados da pesquisa IPEA, 2021).

Ou seja, independente da informalidade que este modelo representa, os trabalhadores estão aderindo de forma crescente. Os trabalhadores se cadastram e se

3 Segundo relatado na própria carta de conjuntura, emitida pelo IPEA, “No campo econômico, a *Gig economy* também é conhecida como *freelance economy* ou mesmo *economy on demand* e caracteriza as relações laborais entre trabalhadores e empresas que contratam essa mão de obra para a realização de serviços esporádicos e, portanto, sem vínculo empregatício (tais como *freelancers* e autônomos)”. (GOES; FIRMINO; MARTINS, 2021)

dedicam a uma atividade onde recebem apenas um pagamento parcial sobre o serviço que prestam, arcam com todos os custos e assumem todos os riscos. Enquanto a empresa se apresenta apenas como uma interface de conexão entre clientes e prestadores de serviço, se desobrigando de qualquer responsabilidade trabalhista, em um contexto de pandemia a falta de garantias e direitos sociais acaba enfatizando a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores.

Alguns comentários metodológicos

Como mencionado, enfrentados às medidas de distanciamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde em plena etapa de coleta de dados, a pesquisa assumiu a modalidade remota, decidindo pela utilização de um questionário em formato digital aplicado a motoristas de aplicativo de todo o território nacional. A partir de uma estratégia intuitiva que com o tempo se revelou acertada, distribuimos o questionário através de grupos de Facebook⁴ que reúnem motoristas de Uber de diferentes cidades do Brasil. Os grupos eram escolhidos com base nas cidades onde a Uber atuava à época, conforme lista divulgada no site da empresa. Mas essa estratégia não obteve resultados satisfatórios desde o momento inicial. Em primeiro lugar, porque para conseguir acessar esses grupos, precisávamos em muitos casos obter a aprovação dos administradores. Em segundo lugar, mesmo sendo admitidos no grupo, as primeiras postagens eram ignoradas ou viravam alvo de ataques baseados em alguns dados do nosso perfil⁵. Foi assim que tomamos a decisão de criar um novo perfil de usuário, que não contivesse informações falsas, mas mínimas: utilizamos um segundo nome e sobrenome, poucas fotos e que não mostrassem o rosto diretamente, poucas postagens e “amizades”. Esta escolha, mais focada no perfil de pesquisadora, com menos informações pessoais, se mostrou acertada, já que foi possível

4 A rede social Facebook foi escolhida para a pesquisa por se mostrar como sendo o ambiente virtual de maior movimentação e mobilização coletiva dos motoristas com presença em numerosos grupos de relacionamento, especialmente dedicados aos trabalhadores da atividade, assim como a existência de grupos específicos de um grande número de cidades onde a Uber informava atuar à época através de seu site. Além disso, é uma rede que engaja os usuários em uma rápida e permanente interação, possibilitando a observação de troca de informações, temas de importância da atividade e relações que se estabelecem entre os trabalhadores.

5 Nos comentários da postagem contendo o questionário houve desde acusações de *fake news* e vírus, até sobre a suposta falta de embasamento científico. No geral, tentamos contornar essas situações respondendo os comentários com maiores explicações sobre a pesquisa.

verificar uma maior aceitação nas solicitações para integrar os grupos e também na publicação das postagens.

O questionário teve o título “O perfil do/a motorista por aplicativo” e começou a ser distribuído nos grupos do Facebook no dia 9 de abril de 2020, acompanhado da descrição: “O objetivo da pesquisa é conhecer o perfil do/a motorista por aplicativo no Brasil, suas condições de trabalho, expectativas e dificuldades. Importante destacar que se trata de uma pesquisa ANÔNIMA (não serão solicitados dados como nome, placa, modelo, etc.). Agradeço sua contribuição”. Das 132 cidades em que a empresa atuava no país naquele momento, realizamos contato com grupos de Facebook pertencentes a 97 cidades. Uma vez que nossa postagem era aceita, para que não se perdesse entre outras publicações mais de um pesquisador procurava fazer parte do grupo e interagir com a chamada. Foram aceitas postagens em 63 grupos que continham uma grande quantidade de membros, totalizando em torno de 250 mil pessoas. O encerramento da coleta se deu quando foi percebida uma redução expressiva na inclusão de respostas e também pelo fato de que as respostas já não produziam variações quantitativas nos resultados. Durante os 54 dias de disponibilização online, entre abril e junho de 2020, obtivemos 766 respostas⁶.

O questionário continha perguntas abertas, perguntas fechadas (em sua maioria, já que facilitam a compilação dos dados) e perguntas com respostas de múltipla escolha. As perguntas abertas e de múltipla escolha tentaram ir além das informações predeterminadas e tornar o questionário menos monótono. As respostas abertas foram consideradas de

6 Apesar de a pesquisa ter conseguido um expressivo número de respostas, é importante esclarecer que variáveis numéricas das populações dos municípios, número de trabalhadores em cada região, ou ainda a proporcionalidade de motoristas em cada cidade, coberta pelas empresas de aplicativo, não foram analisadas pela pesquisa. Isso se deu pelo fato de que o objetivo deste levantamento exploratório do campo foi analisar a população através da interação na rede social. Isso significa também considerar que essas proporcionalidades populacionais não refletem os dados oficiais ou corporativos. Como exemplo, pode-se citar os grupos do Nordeste que, apesar de muito numerosos, não apresentaram um número de respondentes proporcional. Os grupos do sudeste, com menos integrantes, eram mais ativos e responderam mais representativamente ao questionário. O estado de SP, tinha grupos menores, mas tinha mais grupos em números de cidades. O RJ apresentou um comportamento inverso, menos grupos, porém maiores. MG não apresentou participação expressiva. Essas situações explicitam que pode haver uma subnotificação numérica em relação a algumas regiões e estados. Por outro lado, também deve-se considerar que o contexto do ambiente virtual é específico pois depende do interesse e da disponibilidade do motorista em entrar nos grupos, participar dos debates, das demandas que se apresentam no grupo, ou ainda, e mais importante, seu interesse em frequentar este ambiente virtual considerando suas especificidades. Por sua vez, este comportamento observado permite que se possa fazer direcionamentos mais eficazes em termos de coleta de dados pela Internet. Isso porque, com base na participação, podemos saber onde pesquisar determinada população pode ser mais ou menos proveitoso para a investigação social.

grande importância para captar sentimentos, expressões, contradições que nos permitissem iluminar as representações sobre a atividade. Foram em total 40 perguntas distribuídas em três seções. A primeira seção coletou informações sobre o perfil do/a trabalhador/a e as características básicas de quem desempenha a atividade. Constavam perguntas sobre idade, sexo, local de nascimento e residência atual, cor ou raça, composição familiar, escolaridade e condição de provedor.

A segunda seção coletou informações sobre as condições do trabalho relacionadas ao desempenho da atividade por aplicativo. Constavam perguntas sobre o tempo de permanência na atividade, a realização de outra atividade profissional paralela ou anterior, sobre a quantidade de tempo destinada à atividade, a utilização de outros aplicativos, sobre a rotina de responsabilidades domésticas e familiares, o tipo de veículo utilizado, as motivações, satisfações e insatisfações com o trabalho e com os ganhos financeiros, amparos sociais, e sentidos do “empreendedorismo”. Finalmente, na terceira seção, à qual direcionamos nossa atenção neste texto, constavam perguntas sobre as condições desencadeadas pela pandemia de Covid-19. Procuramos saber como a crise sanitária afetou a atividade, se foi possível continuar trabalhando, as apreciações sobre os riscos e sobre as medidas impostas pelas autoridades de governo (nas esferas federal, estadual e municipal). Neste ponto, vale ressaltar que muitas outras perguntas poderiam ter sido feitas, face aos comprometimentos que o isolamento social apresentou à atividade econômica e também face às políticas públicas que afetaram esses trabalhadores. Contudo, como a situação era imprevisível em termos de acontecimentos, providências e consequências, as perguntas que fizemos retratam o momento em que a pandemia se encontrava quando o questionário foi distribuído.

Considerando esse longo processo e seus resultados, concluímos que a pesquisa em ambiente digital verificou ser uma estratégia valiosa para superar os desafios impostos pela pandemia, assim como para ir além do alcance regional que teria a aplicação do questionário de forma presencial. Somado a isso, se trata de um desenho metodológico interessante para trabalhar com a população que forma parte da amostra, considerando que os motoristas se servem cotidianamente do suporte digital em sua atividade. As redes sociais, portanto, constituem um canal interessante para a interação com a população que utiliza aplicativos para o gerenciamento de suas atividades, visto que o intenso uso e a quantidade de

informações trocadas permitem interpretar questões relevantes do cotidiano no exercício da atividade.

É importante enfatizar que as pesquisas realizadas em ambientes digitais não são uma novidade nas ciências sociais, e incluem uma variedade de estratégias em forte expansão (BELELI & PELUCIO, 2018). Estes tipos de abordagens metodológicas acompanham o aumento avassalador da presença da Internet em nossas vidas, constituindo um traço social fundamental dos modos de vida contemporâneos (Leitão & Gomes, 2018). Como ficou claro a partir das dificuldades e debates produzidos em torno do trabalho e da educação “remotos”, das reconfigurações do mundo da cultura, do entretenimento, do lazer e do sexo, a pandemia não fez mais que acentuar o fenômeno da digitalização e da conexão permanentes. Sendo assim, a estratégia metodológica adotada trouxe vários ganhos para a coleta de dados e no contato com a população-alvo, permitindo a continuidade e até o crescimento do trabalho, mesmo com a restrição de contato social.

A chegada da pandemia no trabalho de motorista por aplicativo

Caracterizada como um estado de alerta global (BRINGEL & PLEYERS, 2020), a pandemia de Covid-19 submergiu a humanidade em um cotidiano de crise e de incerteza, cujas consequências ainda estamos atravessando. Mesmo podendo antecipar algumas decisões a partir do panorama de propagação da doença observado na Ásia e na Europa, muitos países de América Latina foram vacilantes na hora de adotar quarentenas mais severas no início da subida da curva de infecções. No Brasil, convivemos durante meses com um cenário de terror, caracterizado por taxas de contágios e mortes que se multiplicavam a cada dia. O presidente da república, Jair Bolsonaro, ocupou lugar de destaque por seus posicionamentos públicos negacionistas, minimizando as consequências da doença, à que chegou a comparar com uma “gripezinha”. O isolamento social foi finalmente decretado pelos governos estaduais e pelo judiciário, mas mesmo assim a equipe em mando do executivo nacional continuou promovendo as informações desencontradas e a falta de transparência sobre o real quadro da pandemia no país. Como resultado dessa situação caótica, o Ministério de saúde chegou a permanecer quatro meses sem ministro titular durante o pior período da pandemia no país, que até outubro de 2021 chegou a

acumular mais de 600 mil mortes oficialmente registradas como consequência da Covid-19. Recentemente, esse acionar do executivo federal resultou na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dedicada a investigar a ocorrência de crimes na condução da pandemia no país (EL PAÍS, 2021).

Em abril de 2020 foi aprovado pelo Congresso um auxílio emergencial de R\$600 para ajudar trabalhadores sem carteira assinada, autônomos, MEIs e desempregados durante a crise gerada pela pandemia do coronavírus (UOL ECONOMIA, 2020). A medida, que contrariou o presidente e o Ministro de Economia Paulo Guedes, implicou no desembolso de R\$81,3 bilhões destinados a 63,5 milhões de pessoas somente no mês de junho de 2020, e acabou impactando positivamente na imagem de Bolsonaro. Em um contexto de aumento do desemprego e da informalidade do trabalho, o benefício permitiu reduzir o impacto da pandemia nas populações mais vulneráveis, proporcionando uma renda mínima para aqueles que precisam sair de casa todo dia para garantir suas condições de existência. Como comentaremos mais adiante, os motoristas de Uber foram uma das populações sem renda fixa impactadas positivamente pelo benefício, que funcionou como um apoio importante – pelo menos por alguns meses – para aqueles que preferiam evitar o risco da doença saindo de casa para trabalhar.

Nessa direção, procurando problematizar as relações entre vida e economia para além da rígida oposição configurada no debate mundial, Neiburg (2020) observou o predomínio da incerteza e a desigual distribuição da possibilidade de “ficar em casa”. Em suas palavras:

A proximidade difusa da morte na forma de um vírus, cujo comportamento preciso se desconhece, acentua as incertezas moldando comportamentos individuais e coletivos. Emerge um novo padrão dos bons costumes: a distância física, o isolamento, a disciplina dos corpos e das emoções em quarentena distribuída de forma dramaticamente desigual (quem disse que a pandemia nivela as vidas humanas?). Para as maiorias, para a multidão dos sem salário que cresce exponencialmente ao mesmo ritmo que a pandemia, ou para os migrantes que vivem nos circuitos das diásporas, a imobilidade é um luxo inacessível, um sinônimo de morte e não de vida; para muitos outros, como os milhões nos campos de refugiados ou nas prisões, a imobilidade já era uma condenação que o vírus agora multiplica. (NEIBURG, 2020: s/p).

O setor de serviços, que inclui o transporte por aplicativo e representa aproximadamente 27% do PIB do Brasil, sendo de grande importância na geração de postos de trabalho (DORION, 2021), foi fortemente impactado. Como é sabido, a atividade dos

motoristas por aplicativo se caracteriza por uma demanda baseada no gerenciamento feito pelas empresas e que, ao mesmo tempo, implica em um autogerenciamento por parte dos trabalhadores no que se refere à renda, ao tempo de dedicação ao trabalho e aos investimentos ou gastos realizados. Assim, desde os primeiros dias e contando com poucas informações relativas ao contágio da doença, esses trabalhadores tiveram que escolher entre sair de casa para trabalhar, mesmo se expondo ao contágio, ou ficar para se proteger, abrindo mão da geração de renda. A falsa oposição entre vida e economia, representou para essas pessoas, assim como para a grande massa de trabalhadores informais, a necessidade de escolher entre renda ou saúde.

Neste cenário, as respostas obtidas trouxeram importantes informações para iluminar os significados e representações que envolvem a atividade, assim como as implicações da crise sanitária para milhões de pessoas que, assim como os motoristas, realizam trabalhos informais, sem renda fixa e demais proteções sociais. É importante considerar que a disponibilização do questionário coincidiu com os primeiros momentos do impacto da pandemia no país, quando as informações eram bastante escassas e o número de mortes estava em aumento, mas ainda não tinha alcançado os patamares críticos observados depois. Contudo, o contexto era de insegurança, principalmente para os motoristas, expostos diretamente ao contato com desconhecidos durante a jornada de trabalho. Se tratou, assim, de uma situação de incerteza e insegurança social produzida em um contexto já crítico, de aumento da inflação e do desemprego⁷, no qual as informações relativas ao funcionamento do auxílio emergencial eram ainda pouco claras. Diante desta perspectiva, a pesquisa procurou saber como a pandemia afetou a atividade, se os trabalhadores se mantiveram trabalhando, suas opiniões sobre as restrições de mobilidade determinadas em suas regiões e sobre a gravidade da crise sanitária.

“Vamos combater juntos”: algumas observações preliminares

Como foi mencionado, o ingresso e a permanência nos grupos de Facebook de motoristas de Uber ao redor do Brasil nos permitiu realizar uma série de observações sobre

⁷ Segundo dados do IBGE, no primeiro trimestre de 2019 faltou trabalho para mais de 28 milhões de pessoas no país.

as interações desses trabalhadores, sobre suas principais demandas, preocupações e insatisfações. Nesse sentido, é necessário afirmar o óbvio: esses grupos se comportam como qualquer rede social, oferecendo serviços, discutindo sobre as principais questões políticas do cenário nacional e local, provocando com comentários irônicos e frequentemente ofensivos, mas também fazendo perguntas, pedindo opiniões e compartilhando informações úteis. Com a pandemia não foi de outra maneira. Participando nos grupos de motoristas desde meados de março, observamos muitos intercâmbios sobre as informações ainda escassas relativas às medidas de prevenção, sobre as determinações de quarentena que poderiam ser adotadas pelas diferentes autoridades e sobre preocupações relativas ao contágio. Durante fevereiro e março de 2020 a propagação da doença no país ainda parecia controlada, e as preocupações provinham das informações e imagens divulgadas ao redor do mundo mostrando o estado alarmante da crise sanitária em alguns países europeus. No Brasil, a falta de informação e de um plano de enfrentamento da pandemia naquele momento dava a falsa impressão de que a duração da situação seria bem menor do que realmente foi.

Quando algumas medidas de paralisação e “remotividade” começaram a ser implementadas, muitas das postagens dos motoristas foram dedicadas às mesmas, seja informando, criticando ou comemorando essas decisões. Assim, observamos que a preocupação pelo avanço das mortes se misturava com a preocupação pela ausência de renda. Nessa direção, frente à suposição que associa de forma automática o desempenho da atividade a uma ideologia ou posicionamento político determinado, o que observamos foi uma pluralidade de opiniões. Não pretendemos aqui realizar qualquer ponderação quantitativa sobre minorias ou majorias, mas somente comentar que, frente à suposição de que todas as pessoas que realizam essa atividade possuem uma disposição a concordar com os discursos de “empreendedorismo”, “liberdade” e “autonomia”, a realidade é muito mais complexa. Nas figuras 1 e 2, é possível observar como alguns criticam o presidente, outros manifestam apoio, outros manifestam preocupação pela quantidade de mortos e outros reafirmam a necessidade de trabalhar para “colocar comida na mesa”, explicitando posicionamentos antagônicos em seus comentários diante da determinação do presidente em manter alguns serviços funcionando:



Figura 1: “Táxi ou aplicativo não pode parar” (cont.) – Fonte: coleção própria.

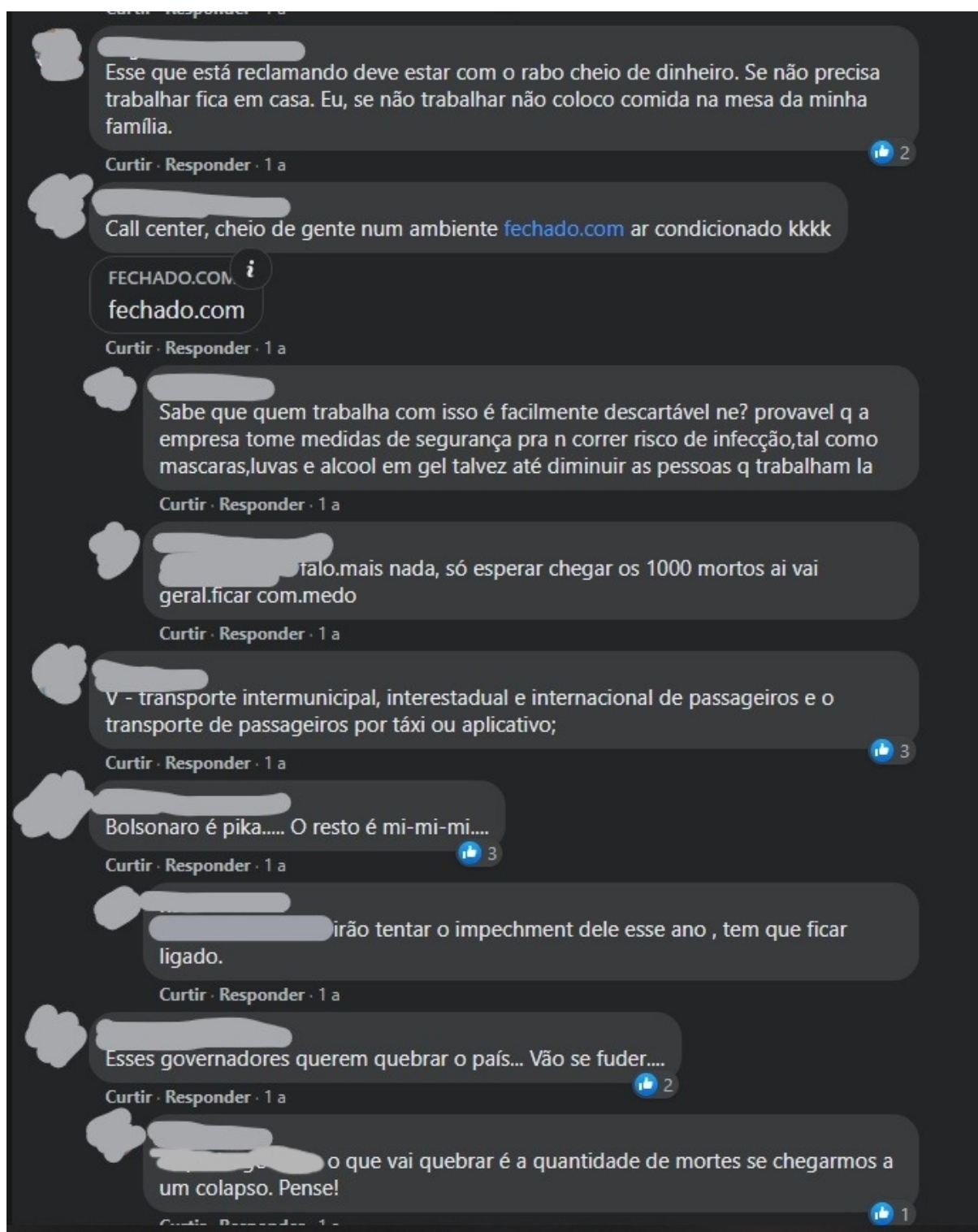


Figura 2: “Táxi ou aplicativo não pode parar” – Fonte: coleção própria

Como foi mencionado, a rede social é utilizada com frequência para compartilhar informações e tirar dúvidas. Na medida que as regras de prevenção foram sendo divulgadas, adaptar a rotina para impedir a transmissão da doença ao motorista e sua família foi uma

grande preocupação, como é possível observar na figura 3 com uma postagem do dia 31 de março de 2020:

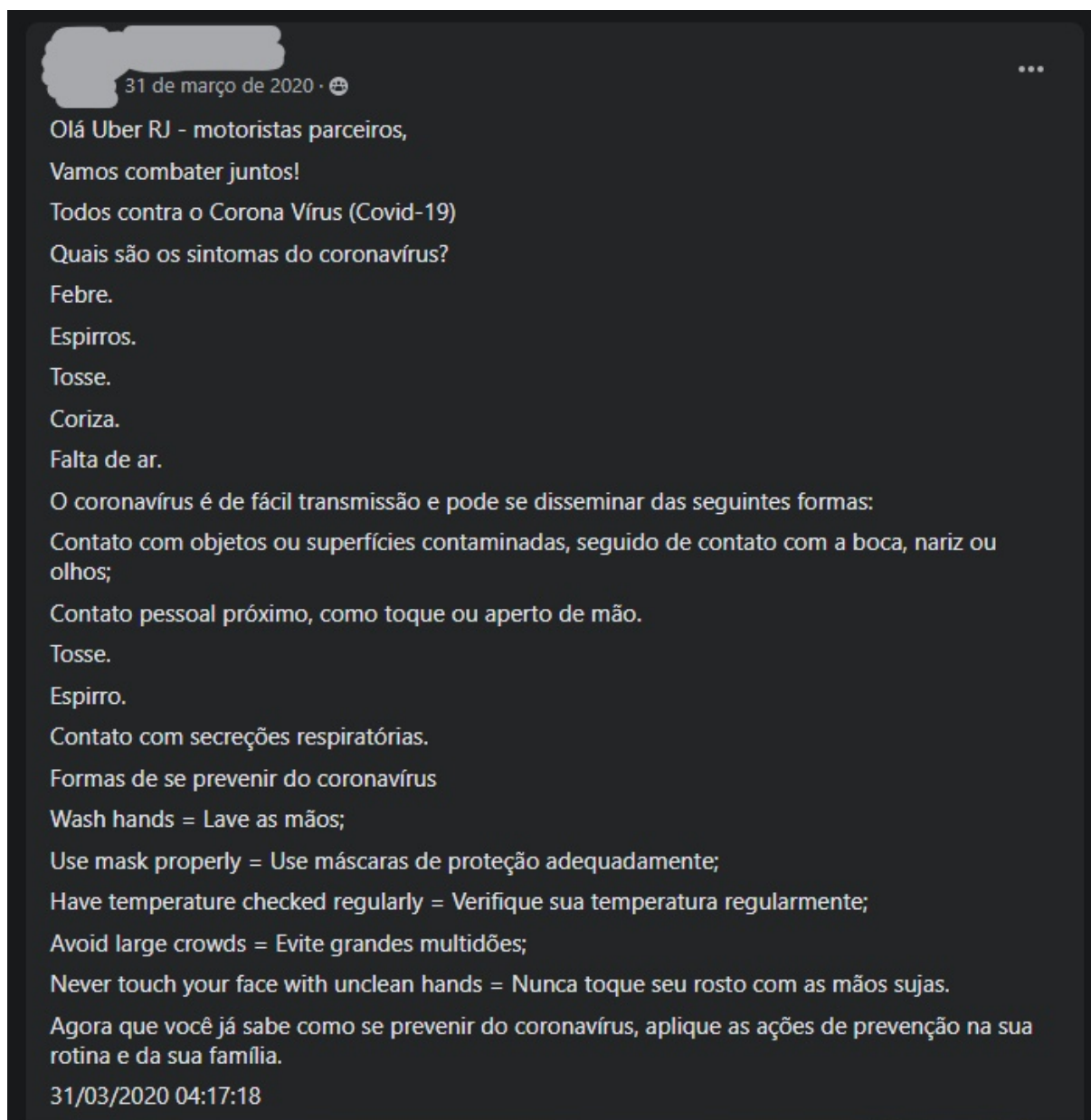


Figura 3: “Vamos combater juntos” – Fonte: coleção própria.

Na figura 4 é possível observar como alguns motoristas reagiram às regras divulgadas pela própria Uber em maio de 2020 que, cumpridas ou não, continuam vigentes até nossos dias (JORNAL CONEXÃO, 2020). Nos comentários, os e as motoristas se manifestam concordando ou discordando com essas medidas, fazendo piadas sobre a não existência de vínculo trabalhista e demonstrando preocupação com o efeito sobre a “nota” recebida pelos usuários.

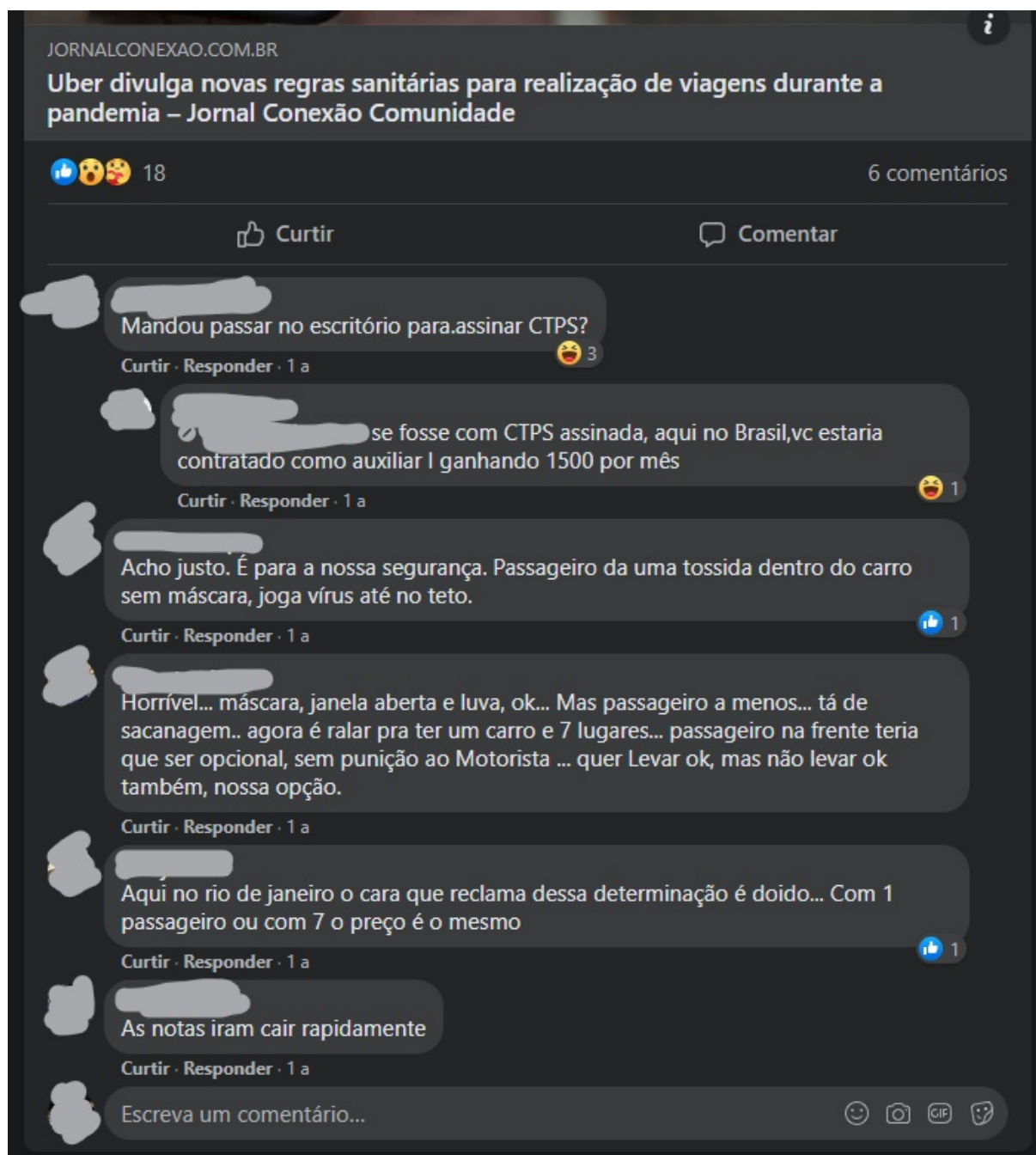


Figura 4: Novas regras da Uber – Fonte: coleção própria

As breves descrições realizadas a partir da participação nos grupos de Facebook nos permitem apontar algumas reflexões metodológicas provisórias. Em relação a este estágio qualitativo e exploratório da pesquisa, embora nosso ingresso nos grupos tivesse a única intenção de disponibilizar o questionário, que constituía a ferramenta metodológica original de nossa pesquisa, as interações nas redes sociais nos permitiram realizar interessantes observações preliminares e complexificar nosso olhar frente ao fenômeno do trabalho por aplicativo. Tais observações são parciais e não alcançam as dimensões de uma etnografia online, que exigiria um esforço mais sistemático e prolongado. No entanto, a estratégia revelou um grande potencial. Além de nos auxiliar na fase inicial de confecção e distribuição do questionário, numa fase posterior à sistematização desses dados um novo estágio qualitativo nos aprofundar nas dimensões subjetivas dos sentidos do trabalho. Algumas impressões que emergem das imagens compartilhadas, sobre “precisar” trabalhar ou “querer” trabalhar, sobre ter ou não ter “CTPS assinada”, sobre existir ou não “punições”, apontam interessantes caminhos de indagação futura.

Informalidade, precariedade e pandemia: resultados de uma aproximação quantitativa ao universo

Como mencionado, o questionário ficou disponível de 9 de abril a 1 de junho de 2020, período de agravamento da situação sanitária no país, principalmente nos meses de abril e maio, em que as medidas de isolamento foram mais rigorosas e a circulação nas ruas diminuiu drasticamente. As últimas semanas de disponibilização do questionário coincidiram com o início das inscrições para receber o auxílio emergencial, fenômeno que deve ser considerado ao interpretar as respostas obtidas. Nesse sentido, é possível avançar a hipótese de que a possibilidade de obtenção do auxílio contribuiu com os posicionamentos reticentes ao exercício da atividade, mesmo que temporariamente. De todo modo, é importante ressaltar que se tratou de um período altamente instável, até por se tratar do início da decretação da pandemia no Brasil e que contava com uma taxa de mortalidade ainda controlada como podemos ver na figura 5. Considerando este contexto, as informações circulavam de forma precária e muitas vezes contraditória. Nesse sentido, nossa pesquisa foi atravessada pelas mesmas questões que afetaram profundamente a vida dos trabalhadores brasileiros, com informações insuficientes, o que gerava infinitos dilemas

e angústias. Especialmente se consideramos que o trabalho *uberizado* está inserido na lógica de flexibilização do trabalho e de diminuição de garantias, deixando os sujeitos a “dependar cada vez mais do rendimento diretamente recebido” (POCHMANN, 2020, p. 87), presos à exigência de conseguir a renda diária. Neste quesito, é importante destacar que a renda rápida é, de fato, uma das vantagens apontadas pelos motoristas como motivação para exercer a atividade (BESSA, 2020).

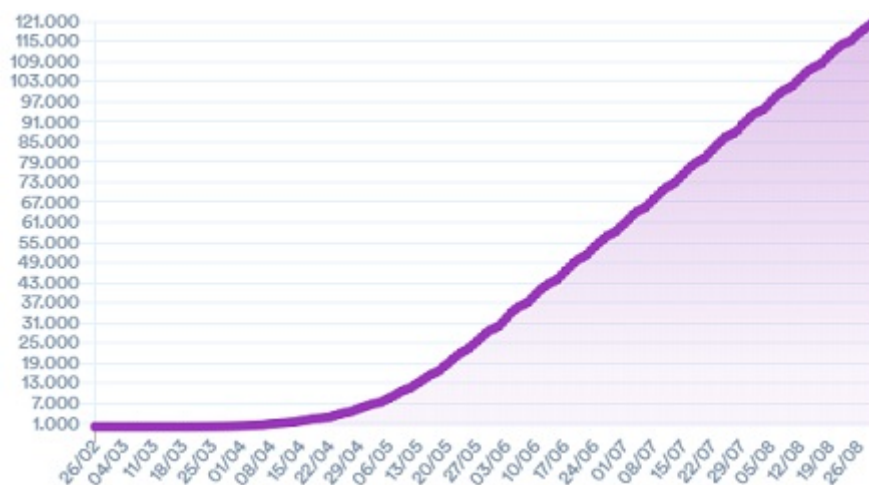


Figura 5: Mortes por Covid – Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde

Não por acaso a Uber, principal empresa provedora de serviços de transporte através de uma aplicação, inspirou o termo “uberização” (SLEE, 2017). Adotando a denominação de “parceiro”, o trabalhador se insere em um modelo em que ele é seu próprio capital, de homens que governam a si mesmos, em concorrência constante dentro do mercado, “em um modelo atomístico de agentes econômicos independentes, isolados, guiados pela preocupação com seus próprios interesses, é claro, e cujas decisões eram coordenadas pelo mercado (...)” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 39). No Brasil, a empresa chega e se expande em um contexto de crescente desemprego e financeirização da vida popular, onde a produção de direitos e a inclusão social se realizam através da mediação financeira (GAGO, 2018). O neoliberalismo resiliente (BALESTRO & MONTEIRO, 2019) se afiança na atualidade a partir da conhecida receita de privatizações, redução de proteções sociais, desregulação financeira e flexibilização do trabalho. Neste trabalho, além de observar as configurações da atividade como consequências dessas medidas, nos

interessa caminhar na direção da interpretação proposta por Verónica Gago, de um neoliberalismo “de baixo pra cima”:

Por *neoliberalismo de baixo pra cima*, entendo, por tanto, um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade de um governo, de sua legitimidade ou não, mas que se transformam diante das condições sobre as quais opera uma rede de práticas e saberes que assume o cálculo como matriz subjetiva primordial, e funciona como motor de uma poderosa economia popular que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma autoempresarialidade de massas. A força do neoliberalismo pensado dessa maneira acaba se enraizando nos setores que protagonizam a chamada economia informal como uma *pragmática vitalista*. (GAGO, 2018. p. 19)

O que Gago nos traz é uma boa reflexão sobre como se constrói uma. Assim, procuramos interpretar as respostas dos motoristas sobre a atividade, e principalmente em relação à pandemia, como produto da proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva. Em todo caso, qualquer afirmação sobre “sair”, “ficar”, “rodar”, “ralar”, ter “medo”, ser “punido”, estar ou não “seguro”, deve ser observada no pano de fundo de um contexto de crise sanitária e precarização da vida.

Um primeiro dado de importância revelado pelas respostas obtidas é que quase metade dos motoristas (42%) parou de exercer a atividade durante a pandemia como podemos ver na figura 6. Essa porcentagem cobra mais significância se considerarmos que a maioria dos respondentes expressou que a atividade representa sua principal fonte de renda (BESSA, 2020). Em outras palavras, mesmo perdendo a principal fonte de renda do grupo familiar, muitos motoristas decidiram parar de trabalhar por um período determinado. Em oposição a esse grupo, apenas 6% dos motoristas afirmou ter continuado trabalhando normalmente. Um 31% manifestou ter continuado trabalhando, mesmo com preocupação. Dadas as configurações da atividade, vista como símbolo do empreendedorismo e da autonomia financeira, essas respostas merecem destaque. Se o serviço representasse uma saída fácil frente às dificuldades de trabalho e renda, aprofundadas na pandemia, seria de esperar que a necessidade financeira prevalecesse, fazendo com que os trabalhadores se mantivessem exercendo a atividade, mesmo sob risco de afetar a sua saúde, de sua família ou de arriscar suas vidas. Se por um lado, há uma divisão de opiniões e decisões a respeito de continuar ou não trabalhando, por outro lado, ficou

claro que a certeza de manter a rotina do trabalho, foi uma decisão de poucos trabalhadores. O que se mostrou foi precisamente que uma minoria expressiva se manteve trabalhando efetivamente.

35. Como o Corona vírus afetou seu trabalho por aplicativo?

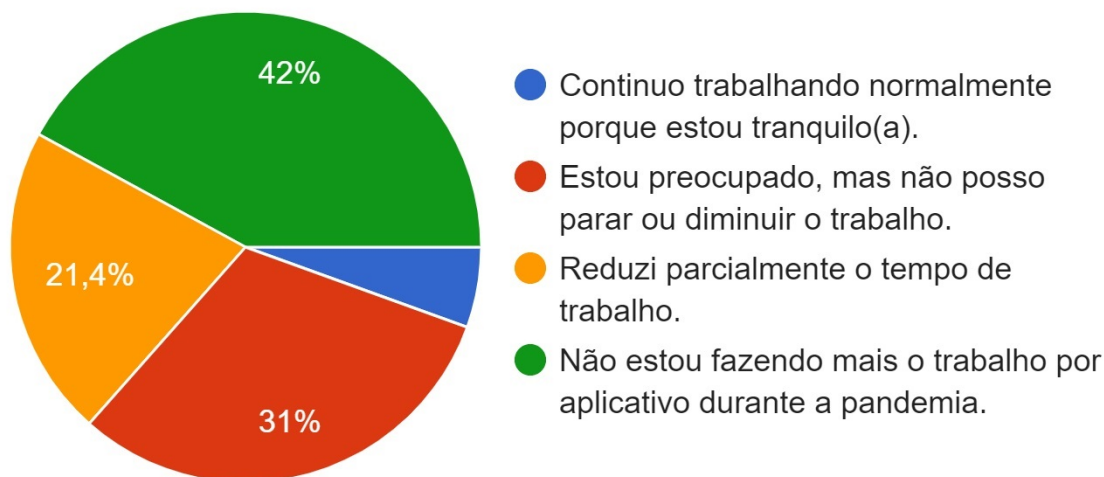


Figura 6: Como a pandemia afetou o trabalho – Fonte: questionário próprio

Com a redução da mobilidade durante a pandemia, o rendimento dos trabalhadores por aplicativo também foi afetado, algo que foi confirmado por 51% dos respondentes, que manifestaram que não conseguiram a renda necessária para a subsistência própria ou familiar. A diminuição da renda obtida com o trabalho levou 28% dos trabalhadores a parar de “rodar”. Esses dados podem ser lidos à luz das informações obtidas na figura anterior (6), onde observamos que uma porcentagem muito mínima de trabalhadores continuou trabalhando com normalidade. Ao contrário do que se poderia esperar, a vulnerabilidade causada pela falta de trabalho e também por causa das restrições das medidas de isolamento não constituíram justificativas suficientes para manter-se na atividade. Ao mesmo tempo, e como já mencionado, provavelmente o auxílio emergencial que começou a vigorar nesse momento tenha servido como suporte para, pelo menos durante um tempo, essas pessoas pudessem escolher evitar ser contagiado trabalhando.

36. Como as restrições sociais de combate ao Corona Virus afetaram seus rendimentos?

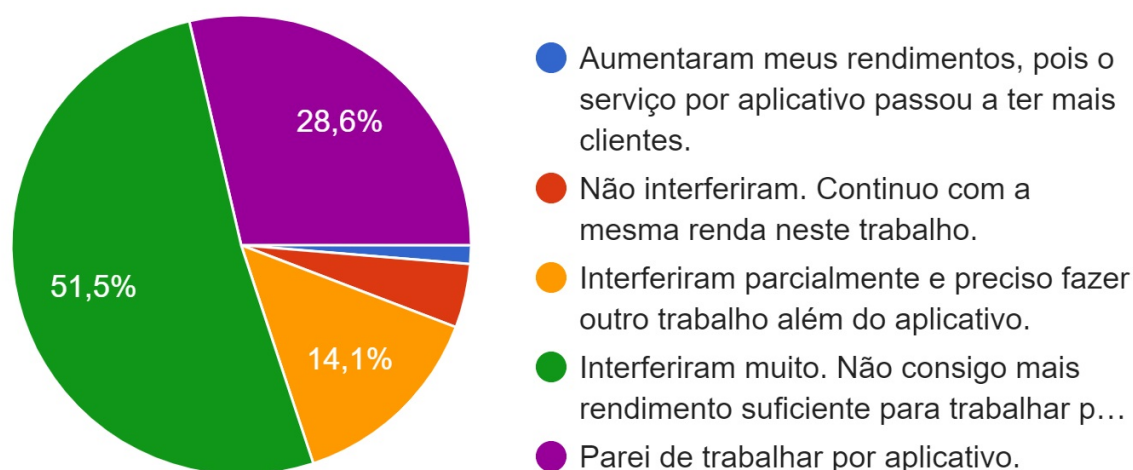


Figura 7: Rendimento – Fonte: questionário próprio.

No momento da elaboração do questionário o Auxílio Emergencial ainda não era uma medida que estava sendo cogitada, e por tanto não foram incluídas perguntas nessa direção. Mesmo não contando com dados necessários para medir o impacto do auxílio emergencial na realização do trabalho de motorista de Uber, a figura 7 mostra que o impacto sobre os rendimentos foi relevante para a maioria dos respondentes. As respostas que relatam nenhuma, pouca interferência, ou aumento de ganhos, se somados, são ainda menores até do que os que responderam que pararam de trabalhar. Deste modo, podemos adiantar a hipótese de que a interferência da medida seria positiva em termos de significar alguma garantia de renda ao motorista que parou de trabalhar. Mais uma vez, podemos apontar que, mesmo em um setor caracterizado como favorável ao discurso neoliberal da não interferência do estado na sociedade, esses dados não deixam de ser significativos. Em uma situação de incerteza, medo e aperto econômico, o auxílio emergencial teria cumprido a função de prover renda para que o trabalhador permanecesse em casa, reduzindo a circulação do vírus e demonstrando sua qualidade de bem público garantido pelo estado.

A incerteza da pandemia não fica restrita apenas ao fator econômico. É necessário considerar os fatores humanos e familiares que estão envolvidos nas consequências desse evento tão específico e determinante do modo de vida da sociedade. Durante os primeiros

meses da pandemia, o medo foi um sentimento evocado constantemente pela mídia e com forte impacto na sociedade. Como os trabalhadores lidaram com esse sentimento foi uma das questões que a pesquisa procurou responder, como podemos ver na figura 8. No Brasil, para tornar essa experiência ainda mais alarmante, houve falta de leitos em hospitais, de equipamentos, de equipes médicas e medicamentos (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Portanto, trata-se de um estado social relevante para o desempenho de uma atividade que exige um contato intenso e cotidiano entre motoristas e passageiros, aumentando consideravelmente o risco de contágio. A resposta dos trabalhadores por aplicativo não surpreendeu: 70% declarou ter sentido medo de continuar trabalhando durante a pandemia. Essa resposta demonstra que suas decisões também podem ter sido pautadas por este sentimento.

37. Você tem medo de continuar trabalhando no aplicativo em meio à pandemia do Covid19?

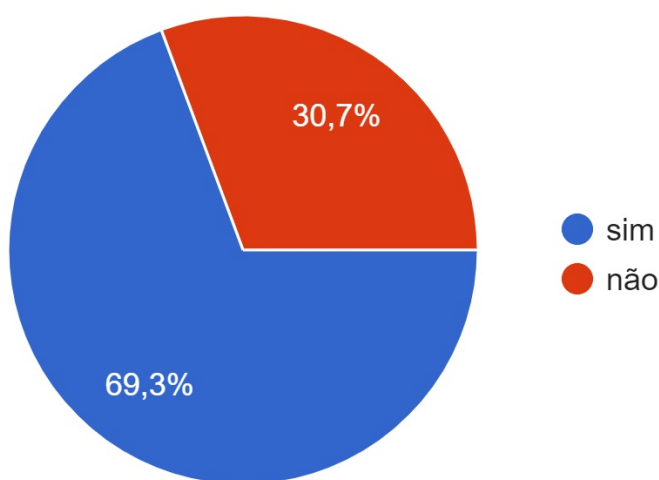


Figura 8: Sentimento de medo – Fonte: questionário próprio.

Em uma sociedade marcada pelo imediatismo, onde as estruturas são constantemente redefinidas e a estabilidade torna-se um bem escasso, o medo constitui um sentimento relevante para entender as relações entre os indivíduos e suas histórias de trabalho, como apontado por Castells (1999). Como mostra a figura 8, os respondentes foram claros em demonstrar que este sentimento fez parte do cotidiano da maioria desses

trabalhadores no contexto pandêmico. Essas considerações nos parecem adequadas para compreender as condições do trabalho de motorista, fundamental para o transporte dos trabalhadores da “linha de frente” da área da saúde e doentes. Em muitas ocasiões, os motoristas comprovavam a manifestação de sintomas durante a viagem, sem contar com medidas como avaliação da temperatura, aplicáveis para comércios e lojas.

Considerando a pergunta sobre sentimento de medo, procuramos então saber a dimensão das eventuais medidas restritivas que foram impostas objetivando diminuir a circulação de pessoas dentro das cidades. A figura 9 mostra quando, mesmo contrariando ordens que partiam do governo brasileiro, na pessoa do próprio Presidente da República⁸, medidas de restrição da circulação e distanciamento social passaram a ser adotadas pelas autoridades locais, com relativa variação em cada região. Assim, também foi possível conhecer qual era a situação das localidades dos motoristas e suas opiniões sobre as regras adotadas. Como revelam as respostas, de modo geral, os motoristas não foram impedidos de continuar realizando a atividade, sempre e quando seguissem algumas regras, como observado anteriormente. As restrições foram descritas como medianamente restritivas em 70% dos casos. “Rodar” ou “não rodar” era, portanto, escolha de cada um.

⁸ A imprensa divulgou amplamente variados pronunciamentos do Presidente Jair Bolsonaro contra as medidas de restrição, minimização das consequências e riscos da pandemia e demonstrações públicas de um posicionamento negacionista e anti-científico. Suas posições em defesa aberta da economia e do mercado, em detrimento da saúde e da segurança da população, eram diametralmente opostas às recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS e do Ministério da Saúde brasileiro. Ver um dos exemplos dessas situações em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/30/bolsonaro-nao-e-apenas-a-questao-da-vida-e-a-questao-da-economia-tambem.htm> Acessado em 01/12/2020.

38. De 1 a 4, qual o nível de medidas de isolamento social por causa da pandemia foram adotadas na cidade onde você trabalha?

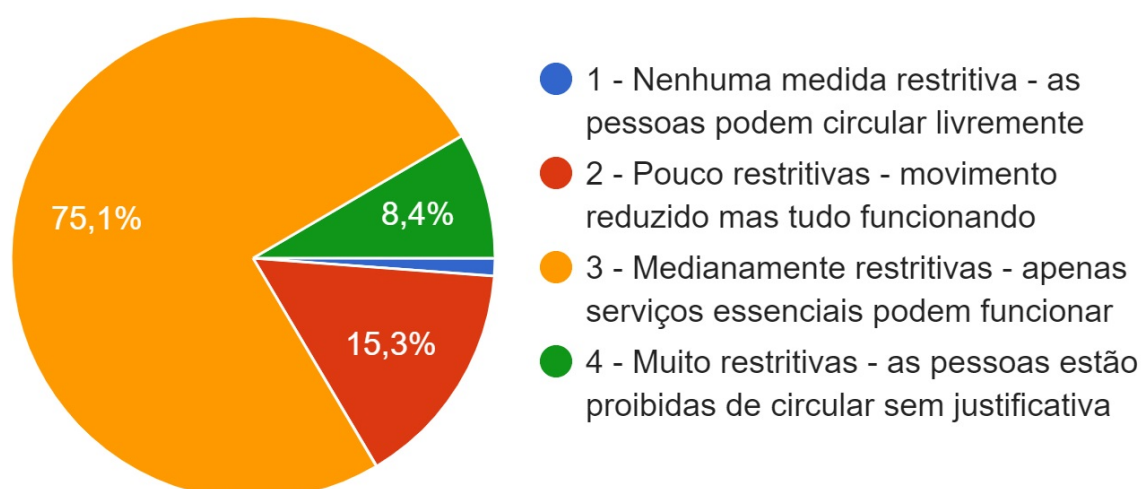


Figura 9: Medidas restritivas – Fonte: *questionário próprio*.

Por outro lado, 69% dos respondentes concordou com as medidas estabelecidas, mesmo sabendo – como já visto – que a interferência sobre a renda seria relevante, como nos mostra o gráfico da figura 10. Essas informações demonstraram que as escolhas dos trabalhadores por aplicativo não foram, naquele momento inicial da pandemia, orientadas unicamente por interesses econômicos. Considerando que as medidas restritivas afetam diretamente a prática da atividade, o empreendedorismo pode não ser uma meta a qualquer custo para esta população. Essas constatações não são definitivas, mas dão indícios importantes sobre os trabalhadores de aplicativo, mostrando que conclusões apressadas, reproduzem o senso comum e não correspondem à realidade complexa que permeia a atividade.

39. Você concorda com as medidas restritivas por causa da pandemia?

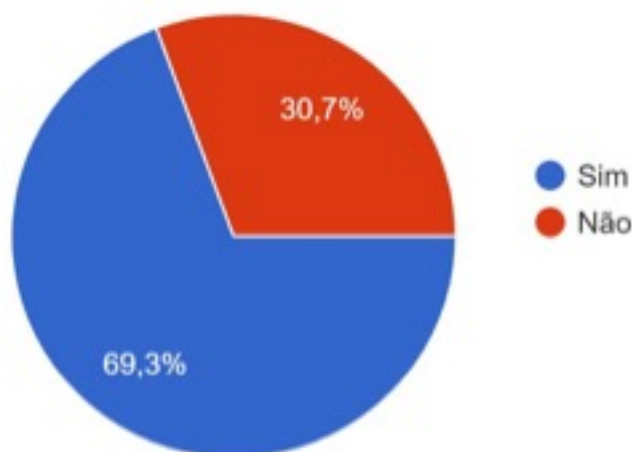


Figura 10: Concordância com as medidas restritivas – Fonte: questionário próprio.

Os efeitos da pandemia no mundo do trabalho foram muitos e afetaram de forma mais urgente os trabalhadores de serviços essenciais e comércios. Nossa participação nos grupos de Facebook nos permitiu observar, como apontado, que alguns motoristas expressavam suas preocupações com o contágio, clamavam por paciência e calma aos demais, lamentavam a ausência de direitos sociais, demonstravam seu inconformismo com a falta de suporte – tanto das empresas, como do governo – e com as diferenças entre os níveis de risco a que se expunham as diferentes classes sociais; outros consideravam que havia um excesso de pânico e manifestavam seu apoio ao governo em oposição às medidas de restrição da circulação; e havia também aqueles que reafirmavam a necessidade de trabalhar para obter qualquer renda, não tendo alternativa para garantir o sustento. Procurando obter algumas informações adicionais sobre essas opiniões, a última pergunta relacionada à pandemia foi composta por frases vinculadas à atividade e que foram mencionadas pelos trabalhadores nos comentários feitos por eles nos grupos de Facebook. Essas afirmações tinham a ver com questões cotidianas da atividade, e com os principais temas do debate público no momento, segundo transmitidos pela mídia e as redes sociais. Principalmente, a suposta oposição entre a urgência de preservar a vida e a necessidade de proteger a economia foi uma questão muito presente no debate público e que também apareceu nas conversas trocadas entre os motoristas nos grupos da rede social.

Analisando as respostas, a figura 11 mostra que a afirmação⁹ mais escolhida pelos respondentes revelou que para a maioria a imprensa e os meios de comunicação “causam mais pânico do que informam sobre a pandemia”. É importante lembrar que naquele momento, a pandemia estava em fase inicial e as informações ainda eram poucas e confusas. Deste modo, faz sentido que os trabalhadores tenham expressado seu sentimento de insegurança, medo e inquietude com o que viam nos noticiários.

40. Com relação à pandemia, com qual dessas afirmações você mais concorda? Escolha 3 opções.

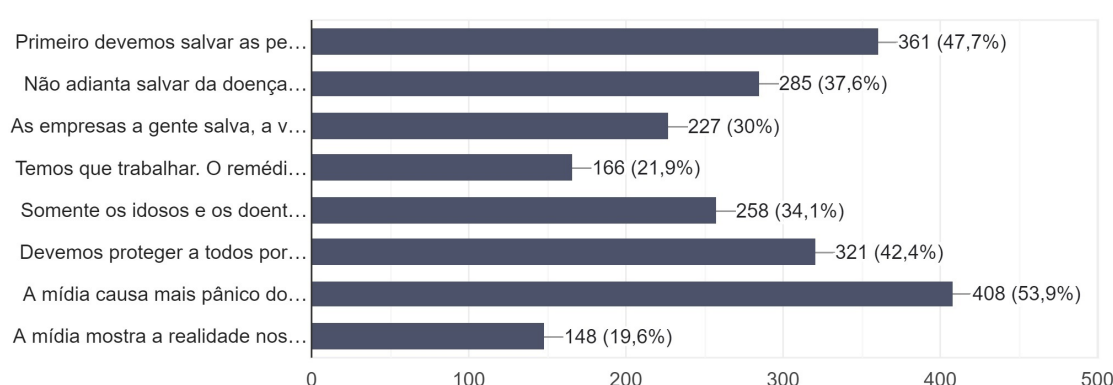


Figura 11: Afirmações com as quais concorda – Fonte: questionário próprio.

Entre as possíveis respostas também constaram quatro afirmações sobre a necessidade de preservar o trabalho e a economia, e quatro afirmações sobre a preservação da vida e da saúde. Entre elas, a mais selecionada – e que aparece em segundo lugar no total – foi “primeiro devemos salvar as pessoas, e depois a economia”. Essa afirmação mostra novamente a preocupação destes trabalhadores com a segurança coletiva, sobrepondo-se ao egoísmo e aos interesses meramente econômicos. Contudo, também houve consideráveis manifestações sobre a importância de preservar os postos de trabalho e a economia.

⁹ A título de informação, as perguntas completas da figura 11 são: Primeiro devemos salvar as pessoas, depois a economia; Não adianta salvar da doença e deixar a população sem emprego; As empresas a gente salva, a vida não volta; Temos que trabalhar. O remédio não pode ser pior que a doença; Temos que trabalhar. O remédio não pode ser pior que a doença; Somente os idosos e os doentes de risco devem ser isolados; Devemos proteger a todos porque um pode adoecer o outro; A mídia causa mais pânico do que informa; A mídia mostra a realidade nos outros países para nos precavermos.

Na verdade, embora naquele momento esse foi o argumento recuperado constantemente para defender ou questionar medidas de isolamento, hoje podemos interpretar a divisão de opiniões como reflexo do falso dilema de se opor a vida à economia. Se as autoridades políticas responsáveis pela gestão coletiva da pandemia se manifestavam a favor ou contra uma ou outra direção, e os meios de comunicação contribuíram a construir esse dualismo como uma questão de opinião, as respostas obtidas não permitem dar conta da complexidade das condições materiais e subjetivas de cada trabalhador. Em outras palavras, as possibilidades de “ficar em casa” se superpõem com representações sobre gravidade da doença, com teorias mais ou menos conspiratórias sobre suas origens, com opiniões sobre o dever ou capacidade dos governos oferecerem garantias de isolamento à população, de formas múltiplas e criativas, que o dualismo vida/ economia não permite apreciar.

Os dados analisados ao longo desta secção devem ser interpretados à luz das condições de desenvolvimento do mercado de trabalho plataformizado, apontadas como consequência da “face sombria” do neoliberalismo, caracterizada pela

(...) vigilância cada vez mais densa do espaço público e privado, a rastreabilidade cada vez mais precisa dos movimentos dos indivíduos na Internet, a avaliação cada vez mais minuciosa e mesquinha da atividade dos indivíduos, a ação cada vez mais pregnante dos sistemas conjuntos de informações e publicidade e, talvez sobretudo, as formas cada vez mais insidiosas de autocontrole dos próprios sujeitos. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 374)

Essas formas insidiosas de autocontrole são apontadas frequentemente como alicerces de um individualismo de tipo hedonista ou egoísta, contrário a qualquer forma de compromisso ou engajamento coletivo. Nessa direção, em seu estudo clássico do salário Robert Castel (2012: p. 596) definiu como negativas as formas de individualização que são obtidas por subtração em relação ao entranhamento em coletivos. Em sua conclusão sobre as metamorfoses contemporâneas do salário, afirma que essas condições têm levado a colocar em questão o frágil equilíbrio que a sociedade salarial havia logrado entre promoção do indivíduo e pertencimento a coletivos protetores. Esse individualismo negativo, segundo o sociólogo francês, reúne a independência completa do indivíduo e sua completa ausência de consistência. Para alguns – talvez poucos em nossa sociedade, em comparação à estudada pelo autor – a condição salarial possibilitou a conquista de um status profissional público e coletivo, uma ancoragem que permitia uma estabilização dos modos de vida

(CASTELLITTI, 2018). O advento de novos regimes de sociabilidade, que o autor localiza fundamentalmente na esfera do trabalho, faz com que as prerrogativas do individualismo se apliquem a indivíduos que, da liberdade, conhecem sobretudo a falta de vínculos e, da autonomia, a ausência de suportes.

O trabalho de motorista por aplicativo forma parte desses novos regimes de sociabilidade, onde as contradições que atravessa o processo atual de individualização ameaçam a sociedade de uma fragmentação “entre os que podem associar individualismo e independência, porque sua posição social está assegurada, e os que carregam sua individualidade como uma cruz, porque significa falta de vínculos e ausência de proteções” (CASTEL, 2012 p. 609-610). No entanto, as informações analisadas até aqui nos permitem apontar que se trata de um universo muito mais complexo e plural do que a imagem representada por um senso comum crítico, que homogeneiza a categoria a partir de noções autoexplicativas e condenatórias. A própria rede social pode ser apontada como um espaço de construção de vínculos que permite apreender um campo social que mistura saberes comunitários de autogestão e intimidade com o saber-fazer na crise como tecnologia de uma autoempresarialidade de massas, nas palavras de Verónica Gago anteriormente citadas.

Considerações finais

Com a promessa de prover “a viagem que você deseja”, a Uber revolucionou os serviços de transporte de passageiros, garantindo “viagens sob demanda” (“a qualquer momento e em qualquer dia do ano”), “opções econômicas”, “mobilidade e praticidade” (UBER BRASIL, 2021). Além de um serviço atrativo ao consumo, ofereceu uma fonte de renda rápida e simplificada para milhões de pessoas ao redor do mundo. Considerando o formato de “parceria”, desprovido de contrato de trabalho, salário fixo, seguranças e garantias mínimas, a atividade vem sendo apontada como o ápice do modelo flexível, desregulado e autogestionado de obtenção de renda, em sintonia com transformações do mundo econômico e dos empregos caracterizadas pela financeirização e precarização da vida. Trata-se de transformações da materialidade do trabalho que são acompanhadas de mudanças nas subjetividades, que devem ser pensados como espaços de construção de novos sujeitos e relações.

Nessa direção, nossa pesquisa teve o objetivo de contribuir com o conhecimento empírico das condições da atividade do motorista por aplicativo no país. Especificamente, neste texto buscamos interpretar os desafios, dilemas e debates protagonizados pelas pessoas que se dedicaram à atividade durante os primeiros meses da chegada da epidemia de Covid-19 no Brasil. A partir de um olhar científico, procuramos nos afastar do senso comum que atribui de forma mecânica determinadas subjetividades e engajamentos à população que exerce a atividade, sem propor verdadeiras vias empíricas de acesso aos sentidos do trabalho.

Em relação aos impactos da pandemia na atividade, as respostas analisadas revelaram que nas cidades onde os motoristas “rodam”, a maioria destes trabalhadores concordou com as medidas restritivas, mesmo quando estas afetaram seus rendimentos. Contudo, a redução de renda não foi determinante para justificar a continuidade do trabalho, pois a maioria dos motoristas afirmou que o medo da doença os levou a ficar em casa, mesmo que a atividade representasse sua principal fonte de renda.

As preocupações dos trabalhadores e o sentimento ambíguo entre a proteção da saúde e a necessidade econômica se fizeram presentes em outras respostas do questionário revelando que as proteções de um trabalho formal ainda fazem falta em situações de vulnerabilidade, como as que a sociedade teve que enfrentar com a decretação da pandemia. A precarização das relações de trabalho impõe aos trabalhadores que os mesmos façam escolhas difíceis e eles se mostram conscientes da realidade em que estão inseridos e das opções que possuem. Nessas margens reduzidas de escolhas possíveis, não deixa de ser significativo que, pelo menos por algum período, a oportunidade de renda rápida e de forma simplificada não representou condição suficiente para que os motoristas arriscassem outras questões que lhes representam valor.

Diferentes países têm adotado marcos regulatórios mais rígidos para o trabalho por plataformas digitais, que vem crescendo e se diversificando. Por isso, a investigação empírica e situada se torna relevante para entender as questões que envolvem esta nova modalidade de trabalho e seus usuários no Brasil. É cada dia mais urgente entender este fenômeno em sua complexidade, de forma a possibilitar a aplicação de soluções efetivas que atendam às necessidades desses trabalhadores, considerando as suas realidades, suas alternativas e suas demandas. Conhecer os riscos, dilemas e dificuldades enfrentados por esses trabalhadores é um caminho para alcançar o desenho de políticas públicas e legislações

trabalhistas mais adequadas, que garantam a segurança necessária para o exercício da atividade e para que este trabalho represente fonte de renda justa e humana para estes trabalhadores. Considerando que o trabalho é a forma com que a sociedade produz e reproduz a sua existência, as novas modalidades – principalmente oriundas do desenvolvimento tecnológico – precisam de análises concretas para que elas venham a contribuir com uma sociedade mais equilibrada e que propicie aos indivíduos uma vida plena de direitos e com menos desigualdade social.

Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Fazer empreendedorismo para autogestão de subordinados. *Psicoperspectivas*, Valparaíso, v.18, n.3, nov.2019.
- ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai.-ago. 2021.
- BALESTRO, M., & MONTEIRO, C. F. (2019). A Onda Rosa e o Neoliberalismo Resiliente. *Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas*, 13(2), 45-52.
- BELELI, I, & PELUCIO, L. (2018). Aperte play para iniciar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais. In S. Durão, & I. Lins França (Eds.), *Pensar com método* (pp. 117-143). Papéis Selvagens.
- BESSA, Ana Cláudia. *Chama o Uber*: as representações do trabalho por aplicativo para os/ as trabalhadores/ as brasileiros/as. 2020. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Sociologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- BRINGEL, B., & PLEYERS, G. (Eds.). (2020). Alerta global. Políticas, movimientos sociales y futuros en disputa en tiempos de pandemia. CLACSO; ALAS.
- CAPOGROSSI, M. L., & QUINTANA, O. I. (2021). Las múltiples dimensiones del trabajo precario e informal: algunas problematizaciones desde las ciencias sociales. *Revista Latinoamericana de Antropología Del Trabajo*, 10. Disponível em <<http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/viewFile/893/747>>.
- CASTEL, Robert. 2012. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes.
- CASTELLITTI, C. (2018). A carreira de comissária de bordo na Varig: processos de individualização feminina em contextos urbanos. *PPGAS*, Museu Nacional, UFRJ.
- CASTELLITTI, C., AZEVEDO, E. A. de, MELO, L. C., BONFIM, L. F. S.,

Macedo, R. de C., & Lima, R. G. de. (2020). Movimentos Sociais e Pandemia no Brasil de Bolsonaro. In C. Kraus Luvizotto & I. F. Cunha (Eds.), *Comunicação, Cidadania e Movimentos Sociais*. (pp. 317–344). Ria Editorial.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Redes*. Volume 1. 2ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*; tradução Mariana Echalat. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DURKHEIM, Émile, 1858-1917. *As regRas do método sociológico* / Émile Durkheim; tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. – 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DORION, Eric Charles Henri. Reflexão sobre os impactos da pandemia covid-19 no setor de serviços e comércio e as perspectivas de retomada e mudanças para a sociedade. *Observatório Socioeconomico da Covid-19*. UFSM. 2021. Disponível em <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2021/03/Textos-para-Discussao-25-Reflexao-sobre-os-impactos-da-pandemia-COVID-19-no-setor-de-Servicos-e-Comercio.pdf>>.

FREIRE, L. (2020, maio 6). Subnotificação e negacionismo: o que conta como real em uma (in)visível pandemia. *Boletim Cientistas Sociais*, (34). Disponível em <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2348-boletim-n-34-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>>.

GAGO, V. (2018). *A razão neoliberal*. Economias barrocas e pragmática popular. Elefante.

GÓES, G.; FIRMINO, A.; MARTINS, F., M.-G. A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. Carta de Conjuntura. Número 53 — Nota de conjuntura 5 — 4º trimestre de 2021. Brasília: Ipea, 2021. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/211216_not_a_5_gig_economy_brasil.pdf>.

LEITÃO, D. K., & GOMES, L. G. (2018). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica – Revista Contemporânea De Antropologia*, 1(42). Disponível em <<https://doi.org/10.22409/antropolitica.2017.1i42.a41884>>.

MILLER, D. & SLATER, D. (2004) *Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad*. *Horizontes Antropológicos*, 10(21). doi:10.1590/S0104-71832004000100003.

NEFFA, Júlio César. Nota sobre la pandemia. In: Neffa, Julio Cesar e Toledo, Enrique de la Garza (coords). Trabajo y crisis de los modelos productivos en América Latina. 1ª ed. Clacso, 2020.

NEIBURG, F. (2020). Vidas, economia e emergência. *ANPOCS: Boletim Especial*, 22. Disponível em <<http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2335-boletim-n-22-vidas-economia-e-emergencia>>.

POCHMANN, Marcio. Sociedade do Descarte: dos desfechos da industrialização nacional à desestruturalização do trabalho no Brasil. In: Neffa, Julio Cesar e Toledo, Enrique de la Garza (coords). *Trabajo y crisis de los modelos productivos en América Latina*. 1ª ed. Clacso, 2020.

SLEE, Tom. (2017) *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Editora Elefante.

Recursos em meio eletrônico

Ao atacar isolamento, Bolsonaro se vê sozinho: "Atiram em uma pessoa só"... Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/30/bolsonaro-nao-e- apenas-a-questao-da-vida-e-a-questao-da-economia-tambem.htm>>.

Auxílio emergencial. UOL Economia. Disponível em <<https://economia.uol.com.br/auxilio-emergencial/>>.

Auxílio emergencial: 63,5 milhões de pessoas já receberam benefício. IG. Economia. 2020. Disponível em <<https://economia.ig.com.br/2020-06-17/auxilio-emergencial-635-milhoes-de-pessoas-ja-receberam-beneficio.html>>.

A viagem que você deseja. Uber. Disponível em <<https://www.uber.com/br/pt-br/ride/>>.

Brasil completa três meses sem ministro da Saúde definitivo. *Carta Capital*. 2020. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sa>

[ude/brasil-completa-tres-meses-sem-ministro-da-saude-definitivo](https://www.ensata.ude.br/brasil-completa-tres-meses-sem-ministro-da-saude-definitivo)>.

Coronavírus, comércio de SP registra falta de máscara e álcool gel. *G1*. São Paulo. 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/17/apos-coronavirus-comercio-de-sp-registra-falta-de-mascaras-e-alcool-gel.ghtml>>.

CORONA VÍRUS – perguntas e respostas. *Ministério da Saúde*. Disponível em <<https://www.gov.br/saude/pt-br/Coronavirus/perguntas-e-respostas>>.

Dramática falta de médicos – Congresso e o governo federal buscam meios para suprir a carência de profissionais de saúde no combate à pandemia. *Correio Braziliense*. 2020. Disponível em <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/03/interna-brasil,860515/dramatica-falta-de-medicos.shtml>>.

Não houve enfrentamento à pandemia, mas uma espécie de gerenciamento de danos. *PORTAL CIÊNCIA*. UFPR. 2021. Disponível em <<https://ciencia.ufpr.br/portal/nao-houve-enfrentamento-a-pandemia-mas-sim-uma-especie-de-gerenciamento-de-danos-maria-tarcisa-silva-bega/>>.

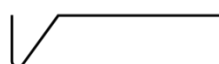
Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. *Coronavírus/Brasil*. Disponível em <<https://covid.saude.gov.br/>>.

Relatório da CPI da Pandemia é documento histórico da crise da Covid-19 no mundo. *El País*. 2021. Disponível em

<<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/relatorio-da-cpi-da-pandemia-e-documento-historico-da-pandemia-no-mundo.html>>.

Uber divulga novas regras sanitárias para realização de viagens durante a pandemia. Jornal Conexão. Disponível em <<https://jornalconexao.com.br/2020/05/18/uber-divulga-novas-regras-sanitarias-para-realizacao-de-viagens-durante-a-pandemia/>>.

Esfera pública e debate intelectual no Brasil ontem e hoje¹



Marcos Nobre²

Começo agradecendo o convite para atravessar a rua, para rever tantas e tantos colegas, tantas amigas e tantos amigos do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) que pude fazer ao longo dos anos de Unicamp, pessoas que tanto orgulham nossa universidade. Falei em atravessar a rua – a rua Cora Coralina, no caso –, porque é a rua que une o meu Instituto, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), ao IEL. Atravessar essa rua real é hoje apenas uma metáfora nesse nosso encontro virtual. Mas espero que essa lembrança seja também a esperança de que possamos nos encontrar em pessoa novamente, para além do momento terrível que vivemos. Mas que venha o mais breve possível a possibilidade de que vocês, turma que ingressa na Unicamp, possam se encontrar em pessoa com os prédios e, principalmente, com as pessoas que dão vida a esses prédios.

É uma grande honra poder receber a nova turma de ingressantes dos cursos do IEL. É uma grande responsabilidade e um grande desafio também. Especialmente para alguém que, como eu, está no Departamento de Filosofia do Instituto vizinho, o IFCH, alguém que não se especializou em linguística, em estudos literários, em letras, ou em

¹ Texto originalmente elaborado para a Aula Magna de abertura do ano letivo de 2021 do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. A gravação encontra-se disponível no canal do IEL no Youtube: <<https://www.youtube.com/watch?v=rE0kCIvfkBU&t=4860s>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

² Professor livre-docente de filosofia da Unicamp e presidente do Cebrap. E-mail: nobre@unicamp.br.

fonoaudiologia. Alguém que, como eu, não tem conhecimento especializado em teoria literária, em história da literatura, ou em linguística aplicada.

Não é tarefa fácil tentar responder às questões que me foram propostas pela professora Daniela Birman e pelo professor Alfredo Cesar Melo, a quem agradeço pelo convite e pela acolhida, esperando estar à altura do desafio lançado. Ao mesmo tempo, entendo esse desafio também como um desejo de abertura, como um desejo de que possamos pesquisar, trabalhar, discutir e agir em ambiente interdisciplinar, na medida em que cada disciplina possa dar a sua contribuição, sem nos fecharmos em uma especialização que emburrece. Não quero dizer que a especialização seja por si mesma emburrecedora, muito pelo contrário. Quero dizer apenas que certa concepção de especialização, a meu ver, emburrece. Aquela que não vê necessidade da colaboração interdisciplinar para poder ser uma especialização mais frutífera. E com isso quero dizer também: sejam bem-vindas e sejam bem-vindos à filosofia, à matemática, às ciências sociais, à biologia, à história e à demografia, às artes visuais e à música, à física e à química. A Unicamp tem de estar aberta às buscas de conhecimento que vocês tiverem. E vocês devem poder explorá-las todas, esse é o sentido primeiro de estarmos em uma universidade. É decisivo que a inserção na vida universitária seja uma inserção interdisciplinar.

Mas há ainda outro sentido muito básico de estar na universidade que é o do nosso compromisso com a sociedade brasileira. É uma grande alegria poder estar com vocês hoje, mesmo neste momento de enorme tristeza, mesmo à distância, uma distância necessária e solidária porque uma distância que salva vidas. Um momento de revolta também, de rejeição e de repúdio a um presidente que se recusa a desempenhar seu papel, que se recusa a salvar vidas que poderiam ser salvas se ele tomasse as medidas e as providências necessárias e que estão a seu alcance tomar.

O que exige lembrar que se comemora hoje o Dia da/o Jornalista, instituído em lembrança do assassinato de Libero Badaró, atentado que foi um dos fatores que levaram à abdicação de D. Pedro I, há 190 anos, neste 7 de abril. Libero Badaró seguiu trilhas abertas por Hipólito da Costa, jornalista que voltarei a mencionar hoje. É a ocasião de lembrar que profissionais da informação são intimidados, agredidos e assassinados todos os dias no país. Um país que tem como presidente alguém que agride jornalistas cotidianamente. Um presidente que chama o Exército Brasileiro de “meu Exército”. Como escreveu Conrado Hübner Mendes em sua coluna de hoje no jornal *Folha de S. Paulo*: “Se tudo sair como

planejado, podemos em breve ver Bolsonaro pacificar ‘meu tribunal’ e juntá-lo ao ‘meu Exército’, ‘minha polícia’, ‘minha PGR’ e ‘minha AGU’³. E aí poderíamos acrescentar: a “minha imprensa”.

Não é de maneira alguma para ignorar ou subestimar a gravidade da situação atual que estamos aqui, muito pelo contrário. Mas nós nos concentrarmos em fazer o nosso trabalho da melhor maneira possível é também parte decisiva da resposta que podemos e devemos dar ao momento. A sociedade nos financia para estudar, pesquisar, dar aulas e transmitir o conhecimento que produzimos para o maior número de pessoas que conseguirmos. Precisamos nos concentrar em fazer nosso trabalho o melhor possível, mesmo na situação dramática e inaceitável em que nos encontramos. Essa também é uma das maneiras de colaborarmos com o país.

Mas o que significa isso, “colaborar com o país”? O que é o mesmo que fazer perguntas como: de que maneira a universidade brasileira se vinculou a projetos de construção do país? De que maneira o conhecimento produzido se vinculou à construção institucional e aos padrões de desenvolvimento econômico e social do país? De que maneira a universidade brasileira “pensou o país”, de que maneira se vinculou à esfera pública, à chamada “opinião pública”, de que maneira se vinculou à discussão pública de maneira mais ampla?

São muitas questões, não é possível tratar de todas elas em uma aula. Vou me concentrar hoje sobre o tema da esfera pública e o que vejo como suas figuras passadas e sua possível configuração no presente. Mas mesmo essa restrição ainda é insuficiente, implicaria analisar um objeto inabarcável em uma aula. Por isso, vou restringir ainda mais a análise para pensar o que seriam “momentos decisivos” da reconstrução de uma esfera pública *política* no país. Não se trata de entender “política” aqui como “política partidária”. A esfera pública em que se “pensa o país” é uma esfera pública política em sentido amplo. Ainda que tenha, evidentemente, laços com partidos e com forças políticas organizadas de maneira geral, como também surgirá, de alguma maneira, em minha exposição.

Para isso, começo pelo livro clássico de um dos fundadores do IEL da Unicamp, aquele que dá nome à biblioteca do Instituto, Antonio Candido de Mello e Souza, *Formação*

³ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/conrado-hubner-mendes/2021/04/o-stf-come-o-pao-que-o-stf-amassou.shtml>>. Acesso em 05. Ago. 2022.

da Literatura Brasileira (Momentos decisivos) – muitas vezes a gente se esquece de mencionar o subtítulo, de enorme importância –, de 1959. Esse começo tem que ver também com o início da conversa com o professor Alfredo Cesar Melo que resultou no encontro de hoje. Em nossa correspondência, Alfredo mencionou o capítulo do livro de Antonio Candido intitulado “Promoção das Luzes”, em especial a sua terceira seção, “Os gêneros públicos”, aquela que se segue à seção “A nossa *Aufklärung*” [voltarei daqui a pouco a essa palavra alemã, *Aufklärung*; Candido também usa “Ilustração” e “Luzes”, ou ainda “nossa breve Época das Luzes”, sempre em maiúsculas, nesse capítulo do livro].

Antes de entrar no foco central de minha intervenção de hoje pelas mãos de Antonio Candido, gostaria apenas de elaborar rapidamente uma questão que enunciei, “o que significa colaborar com o país?”, nos termos da ideia de “formação” que aparece no título de Antonio Candido – e em tantos outros trabalhos, como é o caso, por exemplo, de *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, publicado no mesmo ano de 1959.

“Formação” foi a ideia fundamental e, a meu ver, a ideia mais frutífera para elaborar nossa experiência de país periférico. Elaborar tanto no sentido de compreender, de teorizar, como no sentido de agir, de transformar. Independentemente do fato de essa ideia ainda poder carregar ou não os potenciais de compreensão e de ação que um dia teve – esse seria certamente um ponto interessante para discutirmos, caso haja interesse – entendo que é uma ideia de que devemos sempre partir. Entendo que é um momento alto da nossa elaboração periférica, por isso, um ponto de partida necessário. Um ponto de partida tanto mais necessário porque nos permite, com base nele, tanto organizar o passado como pensar a pertinência de suas premissas para compreender a situação atual. Então, ler os clássicos da “formação” – o livro de Antonio Candido em especial – organiza a cabeça, põe a cabeça para trabalhar em um sentido produtivo, façam isso sempre que puderem.

Conforme escrevi em alguns textos, a característica marcante da noção de “formação” é, para mim, a de ter reconstruído a história do país em termos de um processo de formação em curso, já parcialmente realizado, cujo sentido permitiria, por sua vez, delinear tendências de desenvolvimento e mesmo de continuidade. É assim que, no caso dos dois livros que mencionei, a ênfase recai não sobre o diagnóstico dos “arcaísmos”, mas sobre a lenta, porém progressiva, cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do “moderno brasileiro” (numa palavra: o “sistema literário”, para Candido; o “mercado interno”, para Furtado). Essa positividade e

essa progressividade não puderam mais ser sustentadas nesses termos depois do golpe militar de 1964, que veio destruir as bases dessa construção teórico-prática que era a “formação”, pensada em termos de um desenvolvimento do país e da nação que fosse democrático, em que modernização e justiça social andariam juntas.

Isso para dar uma ideia geral do paradigma da “formação” e do enquadramento histórico em que surgiu. Como mencionei, não vou me aprofundar nessa linha de raciocínio, pois seria assunto para muitas aulas. Esse rápido enquadramento histórico é importante também para entender como Antonio Candido caracteriza o surgimento de uma esfera pública brasileira, dominada por intelectuais.

Tratando do período da instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, a partir de 1808, um momento que Candido conta como um dos “decisivos”, o autor explica que a

raridade e dificuldade da instrução, a escassez de livros, o destaque dado bruscamente aos intelectuais (pela necessidade de recrutar entre eles funcionários, administradores, pregadores, oradores, professores, publicistas) deram-lhes um relevo inesperado. Daí a sua tendência, pelo século a fora, a continuar ligados às funções de caráter público, não apenas como forma de remuneração, mas como critério de prestígio. Acrescentemos a esses fatores a tendência associativa que vinculava os intelectuais uns aos outros, fechando-os no sistema de solidariedade e reconhecimento mútuo das sociedades político-culturais conferindo-lhes um timbre de exceção. Não espanta que tenha gerado um certo sentimento de superioridade, a que não eram alheias algumas implicações da Ilustração – inclinada a supervalorizar o *filósofo*, detentor das Luzes e capaz, por isso, de conduzir os homens ao progresso. Aí se encontram porventura as raízes da relativa jactância, reforçada a seguir pelo Romantismo, que deu aos grupos intelectuais, no Brasil, exagerada noção da própria importância e valia (CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p. 235).

É impressionante como essa caracterização ressoa ainda hoje. Queria apenas ressaltar alguns elementos desse trecho do livro tão rico para nosso tema de hoje. Começo pela tese presente no diagnóstico de Candido desse período, caracterizando-o como “a nossa breve Época das Luzes” (*ibidem*, p. 238), que ele caracteriza também como a fase “dos publicistas” e que circunscreve “mais ou menos entre 1810 e 1835” (*ibidem*, p. 271). Essa fase teria sido dominada por certa tendência de uma “concepção pragmática da inteligência, a confiança na razão e na ciência para instaurar a era de progresso no Brasil, a repugnância em dedicar-se de todo à literatura” (*ibidem*, p. 239) e seu representante mais destacado teria sido Hipólito da Costa, fundador e diretor daquele que é considerado como o primeiro

jornal brasileiro, mesmo sendo impresso em Londres, o *Correio Braziliense*, que circulou entre 1808 e 1822. É essa tese que explica, para Candido, que “os gêneros públicos – “oratória, jornalismo, ensaio político-social – avultassem em detrimento das belas letras” (*ibidem*). Devemos nos perguntar quanto o momento atual se aproxima ou se afasta desse descrito por Candido.

Gostaria de enfatizar também uma característica que mencionei no início: o caráter interdisciplinar do trabalho especializado de Antonio Candido, também nisso um modelo. Essa é uma característica que se mostra em toda a sua obra, mas fica especialmente evidente na sua interpretação desse momento da história brasileira. Candido escreveu uma tese de doutorado em sociologia, cumpriu um rigoroso processo de formação nas ciências sociais. Sua especialização em crítica, teoria e história literárias sempre guardou a marca dessa formação e desse interesse.

Intimamente ligada a essa característica está uma outra, igualmente decisiva: Candido analisa esse momento de predomínio de publicistas sobre as belas letras na esfera pública nascente brasileira segundo as condições materiais e culturais em que intelectuais são intelectuais. Não por acaso, a primeira seção – a única que eu ainda não tinha mencionado até aqui – desse capítulo VII do livro que estou retomando em grandes linhas com vocês se intitula “As condições do meio”. Esse ponto é – e será – fundamental nas ideias que apresento hoje a vocês. Porque para entender a atividade pública de intelectuais é necessário jamais separar intelectuais das condições históricas em que são intelectuais. Na exposição de hoje, por razões de tempo, restringi minha visão dessas condições à estrutura da esfera pública em que intelectuais atuam. E, como já mencionado, restringi ainda mais a análise ao pensar uma esfera pública política.

Gostaria de ressaltar ainda a noção ampla de “intelectual” empregada por Candido. A universidade brasileira como sistema de ensino superior e de pesquisa acadêmica, só começa a se consolidar pela época em que Antonio Candido publicou seu livro clássico. Mas, a partir daí, há uma quase identificação entre “docente de universidade” e “intelectual”. Tomaria tempo pensar e expor esse desenvolvimento, não é possível fazer isso hoje. Mas o fato é que uma concepção elitista e excludente de “intelectual” acabou se consolidando. Há muitas colegas e muitos colegas docentes de universidades que não são nem desejam ser intelectuais no sentido discutido aqui. Da mesma maneira, há muitas pessoas que não são docentes universitárias, com profissões e trajetórias pessoais bastante

distintas da carreira acadêmica, que são intelectuais de pleno direito. É importante não cair na armadilha de exigir títulos acadêmicos para que quem possa legitimamente elaborar em público e de maneira consistente a sua própria experiência e de sua comunidade e de seu país, que é o que intelectuais fazem.

Ressaltadas essas características, gostaria agora de chamar a atenção para o pano de fundo do diagnóstico de Antonio Candido, intimamente ligado a certa compreensão das Luzes, do Esclarecimento, do Iluminismo, os muitos nomes (diferentes em cada país, aliás) de um projeto teórico-prático, de um projeto político de revolução e de organização da sociedade e da humanidade segundo os preceitos exclusivos da Razão.

O esquema de análise de Antonio Candido retoma um esquema clássico do século XVIII, formulado de diferentes maneiras, mas com certo núcleo comum. Para expor esse núcleo comum vou tomar Condorcet como guia, o autor do livro *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, publicado em 1795, um ano após a morte do autor. No gigantesco painel de desenvolvimento do espírito humano (e da espécie humana) que é traçado por Condorcet, há dois momentos cruciais, de mudança radical de patamar. O primeiro desses momentos é o do surgimento da escrita alfabética (que aparece no capítulo “Terceira época” do livro). O segundo é o do surgimento da imprensa/tipografia, aquele que marca a “Oitava época”. E o surgimento da imprensa/tipografia é associado também “à época em que as ciências e a filosofia abalaram o jugo da autoridade”. Justamente, o momento em que o “jugo da autoridade” foi definitivamente afastado aconteceu na Revolução Francesa.

O sentido do desenvolvimento histórico para Condorcet é o da libertação do “espírito humano” do título de seu livro do jugo de um espírito religioso, de fanatismos e superstições que dominou a maior parte da história da espécie humana, jugo porque uma autoridade externa, uma autoridade que não vem diretamente dos indivíduos e das sociedades humanas. A única autoridade que deve ser reconhecida como legítima é aquela de nossa própria razão em seu livre exercício, tanto como indivíduos como enquanto coletividade, enquanto sociedade.

A Revolução Francesa foi um momento culminante desse processo de libertação. Mas ela não é um ponto zero, um marco zero. Ela é antes um ponto de chegada – e, nesse sentido, também um novo ponto de partida, em novo patamar – peço que vocês pensem

aqui na caracterização sumária que fiz anteriormente da “formação”. A Revolução Francesa foi precedida pelo tempo em que “as ciências e a filosofia” conseguiram, afinal, “abalar o jugo da autoridade”.

A invenção da imprensa/tipografia, da escrita impressa desempenhou papel de primordial importância na propagação das Luzes porque, com a maior velocidade e maior abrangência da difusão das ideias proporcionada pela imprensa/tipografia (em termos de aumento da instrução, inclusive), surge também um elemento essencial na reconstrução de Condorcet: a opinião pública. Com a opinião pública, surge a primeira instituição capaz de se opor de maneira duradoura a quem pretende conscientemente manter as pessoas em estado de ignorância – em “estado de infância”, também diz Condorcet – para exercer poder sobre elas, para explorar sua “minoridade” e mais facilmente dominá-las. Para Condorcet, a “opinião pública” teve papel decisivo no desencadeamento da Revolução Francesa. Mas, mais que isso ainda, o desenvolvimento da imprensa/tipografia, condição para a institucionalização de uma “opinião pública” estável e independente de poderes religiosos e seculares estabelecidos, representou um novo patamar para o próprio progresso, um patamar em que se pode razoavelmente ter a expectativa e a esperança de que o progresso será, a partir daquele momento, contínuo e sem regresso.

Isso lá em fins do século XVIII. Não é essa certamente a nossa maneira de ver a história que se seguiu. Mas não vou continuar a seguir esse fio, por importante que seja. Proponho antes um salto, um salto histórico para o momento em que o próprio Antonio Candido escreveu seu livro clássico. Para poder, em seguida, tentar pensar onde nos encontramos hoje em comparação com os publicistas, os gêneros públicos e os tipos de intelectuais que apresentou Antonio Candido em seu clássico de 1959, que ele denominou ali “literatura pública” (CANDIDO, 1959, p. 240).

Mas não sem antes ressaltar, como última observação sobre “a nossa breve Época das Luzes” (*ibidem*, p. 238), que não é acaso, portanto, que Antonio Candido insista tanto na capacidade de se imprimir livros e jornais em solo brasileiro como um elemento de capital importância para entender o funcionamento de nossa esfera pública naquele início de século XIX. Como não é acaso que o primeiro livro impresso em solo nacional, em 1808, pela então novíssima Imprensa Régia, condene a crítica a atos do governo (*ibidem*, pp. 249-250; Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*).

Como não é acaso que o adversário desse mesmo Silva Lisboa, Hipólito da Costa desempenhe o papel central que desempenha na reconstrução de Candido.

Ao dar um salto para o próprio período em que Candido publicou a sua *Formação*, o final da década de 1950, é impossível não notar que se trata de um período marcado pelo fim da II Guerra Mundial. Mas também não se pode deixar de notar que é um período democrático. De uma democracia muito frágil e muito pouco democrática, mas uma democracia bastante inédita na história do país. Um período também em que começa a se consolidar a universidade brasileira como sistema universitário e em que essa universidade está firmemente vinculada a um projeto democrático de desenvolvimento nacional orientado pela justiça social. Um momento em que “modernidade” e “democracia” coincidiram no Brasil. Um momento ímpar na história do país em termos de realizações sociais, políticas, culturais, artísticas. Mesmo com todas as limitações e com toda a exclusão que também continha, sem dúvida.

E, no entanto, inspirado na referência que fiz a Condorcet, o autor do já mencionado *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, proponho começar pelo que estava acontecendo nos países centrais para depois tentar pensar como as coisas se deram no Brasil. Meu guia aqui será um pensador francês, Bernard Manin, autor de um livro nascido clássico como o de Antonio Candido, mas infelizmente sem tradução para o português até hoje, *Princípios do governo representativo*, publicado em 1995. Como no caso do livro de Antonio Candido, também o livro de Manin excede de muito o uso limitado que farei dele nesta exposição.

Segundo Manin, o “governo representativo” é maleável, adaptável conforme a situação. Inventado no final do século XVIII por “aristocratas ingleses, proprietários fundiários americanos e homens de lei franceses” (MANIN, 1995, p.302), essa forma de organização institucional se adaptou, cem anos depois, ao surgimento dos partidos de massa, dando origem ao que Manin chama de “democracia de partidos”. Quase outros cem anos depois, por volta da década de 1960, essa forma do governo representativo teria passado por nova transformação, dando origem ao que Manin chama de “democracia do público” (ou “democracia da audiência”, como diz a tradução para o inglês).

Antes diretamente explicável por características sociais, econômicas e culturais do eleitorado, as escolhas passaram a variar entre eleições de maneiras que não correspondiam

mais a essas características antes bem estabelecidas. A personalização do voto – em lugar do voto em um partido e/ou em um programa – passou a ser determinante. Essa transformação, entretanto, não significou, segundo Manin, um declínio do poder dos partidos, que continuam a estruturar a política. O que ocorreu a partir daí foi que os partidos se tornaram tendencialmente “instrumentos a serviço de um líder” (*ibidem*, p. 280).

Essa é a nova forma de democracia, a nova forma de governo representativo que Manin chama de “democracia do público”. É uma forma de governo representativo marcada por duas principais novidades características.

A primeira delas, de um lado, é a das (então) novas técnicas de comunicação, o rádio e a televisão, que permitem que candidaturas sejam conhecidas sem a mediação das organizações políticas formais. Comparados aos processos de seleção dos partidos de massa, com seus militantes e com sua hierarquia, os (então) novos meios de comunicação de massa selecionam um tipo novo de qualidades e de talentos, selecionam figuras midiáticas, que dominam as técnicas de comunicação. Isso faz com que a democracia do público seja o “*reino do expert em comunicação*” (*ibidem*, p. 281).

A segunda característica marcante dessa forma de democracia, de outro lado, é a transformação do alcance da ação estatal, que aumentou consideravelmente, especialmente do ponto de vista econômico e jurídico. Segundo Manin, isso teria tornado o detalhamento de programas políticos inviável e contraproducente. A multiplicação de atores e domínios de ação corresponde também a uma maior imprevisibilidade do ambiente em que as decisões são tomadas (*ibidem*, pp.281-282). O que permitiria ver o “expert em comunicação” como uma resposta possível a esse novo estado de coisas.

Nesse contexto, “democracia do público” significa, antes de tudo, um público (um eleitorado) essencialmente *reativo*, um “*público* que reage aos termos que lhe são expostos e propostos na cena pública” (*ibidem*, p. 286). O efeito disso sobre as candidaturas pode ser visto na comparação com a forma anterior de democracia tal como pensada por Manin, a democracia de partidos. Na democracia de partidos, não é necessário buscar a clivagem do eleitorado que será mobilizada na campanha: ela está dada, é uma clivagem de classe, uma clivagem simultaneamente econômica, social e cultural dada. Na democracia do público, ao contrário, a clivagem tem de ser buscada, ela não está dada de antemão. São as candidaturas que propõem ao eleitorado as clivagens em que ele se reconhecerá e se organizará em termos eleitorais. É um processo de tentativa e erro, com larga utilização de pesquisas de

opinião ensaio, em que ajustes vão sendo realizados à medida que o público reage a essas propostas de divisão e de organização do eleitorado (*ibidem*, pp. 287-288)

É importante salientar que essa caracterização não significa de maneira alguma que Manin subscreva as metáforas econômicas de muita ciência política, em que haveria um “mercado político” que poderia ser compreendido em termos de “oferta” e de “demanda”. Essas metáforas são, segundo ele, especialmente inadequadas quando se trata de preferências que se formam em um processo, que não se encontram “prontas” quando o eleitorado se vê diante de escolhas (*ibidem* pp. 288-290).

O resultado mais importante aqui é justamente que essa nova forma de democracia, a democracia do público, propõe uma nova forma de *representação*, muito mais personalista e personalizada, em que quem representa é também quem age no sentido de propor um princípio de divisão, de partição da sociedade, do eleitorado, do mundo, no limite (*ibidem* pp. 290-291).

No âmbito de sua ampla caracterização, Manin qualifica como “decisiva” na formação da opinião sob a “democracia do público” o fato de os canais de informação e de formação da opinião, ao contrário do que acontecia na democracia de partidos, não serem “*estruturalmente* ligados às organizações que agregam votos em eleições, os partidos” (*ibidem*, pp. 293-294). Essa nova configuração se deve em grande parte à imposição de uma certa concepção padrão de jornalismo, comprometida com determinado entendimento da objetividade dos fatos e com a separação rígida entre informação e opinião. Foi essa constituição não-partidária que constituiu o estatuto do rádio e da televisão após o fim da II Guerra Mundial. E foi essa “neutralização relativa da mídia frente às clivagens partidárias” que permitiu que indivíduos formassem suas opiniões políticas a partir de fontes de informação comuns e não a partir de fontes de informação que coincidissem com suas preferências político-partidárias.

De acordo com Manin, todo o arranjo da democracia do público depende, em última instância, de que os “canais pelos quais se forma a opinião pública política” sejam “relativamente *neutros* com respeito às clivagens entre os partidos em competição pelo poder”. Se assim é, entretanto, o foco primordial para entender a situação atual não pode ser outro senão esses próprios “canais”, já que é essa premissa que está em questão no momento atual. Considero que, na última década, Manin esteve olhando para o lado errado.

Do ponto de vista de seu próprio livro, quero dizer. Recorrer a estudos empíricos que mostram que os partidos continuam tendo o papel central que sempre tiveram desde a “democracia de partidos” ignora o fato de que esse papel é simplesmente formal se a condição para que ele seja exercido não mais existe. E acho que é exatamente esse o caso.

Um tal estado de coisas deveria ter bastado – ou pelo menos assim me parece – para que um teórico da estatura de Manin chegasse pelo menos à conclusão de que, no esquema que ele próprio propôs, seria preciso pensar uma nova figura do governo representativo. Sendo essa uma forma democrática – também isso deixou de ser uma evidência – teríamos de falar, digamos, de uma “democracia do digital”. Não foi isso o que Manin concluiu. Mas é o que, acho, deveria ter concluído.

Essa conclusão a que chego tem também uma consequência teórica e prática da maior relevância e urgência: é ilusório – e praticamente arriscado, já que arrisca a própria democracia – continuar a entender a situação atual como se as instituições estivessem funcionando como a teoria diz que funcionam. Como é igualmente arriscado diagnosticar que esse modo de funcionamento se perdeu e que é preciso voltar a esses modelos de democracia que perderam seu lastro social. Seja lá como se entenda esse lastro.

Entendo que é no estudo das esferas públicas – de públicos e de contrapúblicos – que devemos concentrar nossos esforços de compreensão do momento atual. E isso inclui, como elemento central, o delineamento de tendências em relação às plataformas digitais.

Dito de maneira mais concreta: as plataformas funcionam e tendem a funcionar em regime de oligopólio, não há dúvida; mas é um oligopólio “agregador de opiniões” e não um oligopólio da *informação e da formação da opinião* – modelo que vigorou, grosso modo, na segunda metade do século XX. Mais que isso ainda, a arquitetura das plataformas e redes é feita para impedir o surgimento de um oligopólio da formação da opinião, justamente: tal oligopólio significaria o fim da disputa comercial pela atenção dos consumidores. Fica claro, portanto, que o surgimento de plataformas se deu *contra* o oligopólio da informação e da formação da opinião existente anteriormente, da “grande mídia”, da “mídia tradicional”, da “mídia mainstream”.

Sendo assim, a discussão sobre a regulação/regulamentação de plataformas e de redes é certamente central, mas não atinge o cerne do negócio, a lógica do algoritmo da atenção. E sem colocar em questão e enfrentar a lógica do algoritmo da atenção, não faz sentido imaginar que plataformas digitais serão capazes de participar de algo como um novo

pacto de relativa neutralidade com respeito às clivagens entre os partidos em competição pelo poder, como diria Manin (1995). Dado que tal enfrentamento não está no horizonte – como fazê-lo, aliás, com qual coalizão político-social? –, não existe qualquer perspectiva de restaurar ou de repor em outro patamar a situação anterior. Porque não há quem deseje tal retorno, inclusive. Não apenas a arquitetônica de plataformas e redes ela mesma impede um pacto desse tipo: as arquiteturas de rede levam muito mais na direção de como se formava a opinião no modelo da “democracia de partidos” – só que sem “partidos” agora – do que na direção de uma “democracia do público” renovada.

Dadas essas condições, dadas “As condições do meio”, como diria Antonio Candido (1959), quais são as condições de exercício do publicismo, da literatura pública, como atuam intelectuais?

Esse processo de formação de uma esfera pública política tal como descrito por Manin (1995) para os países centrais democráticos não aconteceu dessa forma no Brasil. Muito pelo contrário, é como se a redemocratização brasileira da Constituição de 1988 tivesse envolvido todos os tipos ideais que Manin descreve como formas do “governo representativo” – o parlamentarismo, a democracia de partidos e a democracia do público – ao mesmo tempo. Afinal, tivemos coronelismo, partidos de massa e escolha de elites políticas com base no desempenho no rádio e na TV, tudo ao mesmo tempo. No entanto, entendo que pode ser útil e esclarecedor tentar utilizar algumas das caracterizações, esquemas e tipos ideais de Manin para tentar entender como esses processos se deram entre nós. E, talvez, tentar entender a situação atual em perspectiva mais ampla, não restrita ao caso brasileiro.

O processo de uniformização e oligopolização da mídia que tornou relativamente unitária e uniforme a esfera política no Brasil não se deu inteiramente sob a democracia, mas antes sob a ditadura militar de 1964. Ou seja, na caracterização de Manin, tivemos “público” sem “democracia”, tivemos “partidos” sem “democracia”. Sentimos até hoje as repercussões nefastas da ditadura também sob esse aspecto.

Sobretudo, os partidos brasileiros da redemocratização não têm e não tiveram escolas, jornais, rádios, TVs. Nasceram já sob a égide da “democracia do público”, mas sem que uma “democracia de partidos” tivesse se enraizado nos moldes descritos por Manin.

Mas não só isso: desde o advento da internet, o Brasil sempre foi um dos países que se destacaram na utilização de plataformas digitais de maneira geral.

Isso quer dizer, antes de qualquer outra coisa, que a estrutura da esfera pública mudou. Não só por causa dos públicos e contrapúblicos, dominantes e marginais, que já haviam se formado nas condições materiais do que Manin chamou de “democracia do público”. Nas condições da “democracia do digital”, há uma multiplicidade de mídias e plataformas que se combinam (ou não) de maneiras muito diferentes. Formam-se “bolhas”, “câmaras de eco” nesse novo ambiente.

Mas essas “bolhas” e esses “contrapúblicos” não estão, na “democracia do digital”, organicamente vinculados a partidos. Podem se organizar em torno de um movimento, de uma liderança, de um tema, de uma causa, de um/a influencer, por exemplo. É nessas novas condições que temos de (re)pensar o papel não só dos gêneros públicos, mas da atuação de qualquer pessoa como intelectual pública. É um desafio coletivo, mas que precisará contar com a participação decisiva dos estudos literários e da linguística para poder se tornar uma área de pesquisa com resultados sólidos e interessantes. Muito obrigado pela atenção.

Referências bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira (Momentos decisivos)*, vol. 1, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, 2ªed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 14ª ed. São Paulo, Nacional, 1976

LISBOA, José da Silva (Visconde de Cairu). *Observações sobre o Comércio Franco do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808/9.

MANIN, Bernard. *The principles of representative government*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Universidade e Política na República de Weimar, o caso Norbert Elias*



Christophe Charle**

Resumo

Este artigo apresenta o contexto político das três principais universidades onde Elias estudou ou trabalhou no período entreguerras. Cada uma delas apresenta um perfil intelectual e político específico. Mais nacionalista e antissemita em Breslau; mais liberal, mas cada vez mais fortemente engajada à direita em Heidelberg; mais esquerdista e aberta ao marxismo em Frankfurt. A comparação entre fontes objetivas e documentos autobiográficos permite explicar por que Elias estava mais ou menos engajado nos debates nessas universidades. Mostra também como ele censurou posteriormente algumas de suas orientações políticas e reconstruiu um constante retrato apolítico de si mesmo nas entrevistas autobiográficas com o objetivo de desfocar suas próprias hesitações, devido à subestimação dos perigos do antissemitismo radical no início dos anos trinta. A comparação com as orientações de alguns dos seus colegas ou discípulos revela por que ele operou essa memória seletiva do passado

Palavras-chave: Norbert Elias; Breslau; Heidelberg; Universidade; Weimar.

* Tradução de Marcia Consolim <mconsolim@unifesp.br>. Este artigo foi objeto da conferência de Christophe Charle no Grupo de Estudos e Pesquisas *Science in Circulation* (SciCi), vinculado ao Instituto de Estudos Avançados e Convergentes da Universidade Federal de São Paulo (IEAC-Unifesp), em fevereiro de 2022. A gravação da conferência encontra-se disponível no canal do SciCi no YouTube <<https://www.youtube.com/watch?v=plyrhMo18zs>>. Acesso em 06 jun. 2022.

** Universidade Paris 1 Panthéon Sorbonne, IHMC, CNRS, ENS, Paris 1

Abstract

This paper presents the political context of the three main universities where Elias studied or worked in the interwar period. Each one presents a specific intellectual and political profile. More nationalist and anti-Semitic in Breslau, more liberal but more and more radically engaged on the right for Heidelberg, more leftist and open to Marxism in Frankfurt. The confrontation between objective sources and autobiographical documents allow to explain why Elias was more or less engaged himself in the debates of these universities. It shows too how he censured later some of his political orientations et reconstructed a constant apolitical portrait of himself in his autobiographical interviews aiming to blur his own hesitations, due to the underestimation of the dangers of radical antisemitism at the beginning of the thirties. The comparison with the orientations of some of his colleagues or disciples reveals why he practiced this selective memory of the past.

Keywords: Norbert Elias; Breslau; Heidelberg; University; Weimar.

Résumé

Cet article présente le contexte politique qui caractérise les trois principales universités où Norbert Elias s'est formé ou a commencé sa carrière d'assistant des années 1920 à 1933. Chacune présente un profil politique et intellectuel bien spécifique, plus nationaliste et antisémite à Breslau, plus libéral mais glissant de plus en plus à droite voire à l'extrême droite à Heidelberg, plus à gauche et ouverte au marxisme à Francfort. La confrontation entre les sources objectives et les témoignages tardifs d'Elias permet de déterminer qu'Elias était en fait plus ou moins engagé dans les combats de l'époque (à travers l'adhésion à une forme de sionisme), contrairement à l'image neutre et censurée qu'il a reconstruite plus tard pour se donner une image de sociologue apolitique. Il a cherché aussi à effacer sa sous-estimation des dangers de la radicalisation antisémite de l'Allemagne au début des années 1930. La comparaison avec les attitudes de ses principaux collègues ou disciples rend compte aussi des raisons de sa mémoire sélective de ce passé douloureux.

Mots-clés: Norbert Elias; Breslau; Heidelberg; Université; Weimar.

Para introduzir este artigo, começarei por citar uma carta de Norbert Elias encontrada nos arquivos de Célestin Bouglé pertencente ao fundo da École Normale Supérieure – fundo roubado pela Gestapo em 1940 e, em seguida, transferido aos arquivos soviéticos em 1945 – recentemente recuperado pelos Arquivos Nacionais. Essa extraordinária transferência de papéis dos anos 1930 para o outro lado da Europa traz-nos de volta a um então obscuro assistente judeu-alemão, o jovem Elias, exilado em Paris após a tomada do poder por Hitler. Essa carta já diz muito sobre o tumulto político em que o futuro autor da *Sociedade de Corte* esteve imerso durante mais da metade de sua existência.

Cito a versão datilografada da carta ao mesmo tempo que corrijo os erros cometidos pelo datilógrafo:

“Dr. Norbert ELIAS.

Nasci em 22 de junho de 1897 em Breslau. Estudei em um liceu da cidade (Ginásio Johannes). Obtive o *baccalauréat* em 1915. Continuei os meus estudos na Universidade de Breslau (Faculdade de Filosofia), mas após algumas semanas tive que me alistar no exército como telegrafista e em seguida como enfermeiro.

Em 1917, reformado após um violento colapso nervoso, pude retomar meus estudos. Trabalhei sob a direção do professor Husserl e de seu assistente Heidegger, de Friburgo, e sob a direção dos professores Rickert, Jaspers e A. Weber, de Heidelberg. Em 1923, escrevi minha tese de doutorado sob a direção do professor Hönigswald, em Breslau, sobre o tema “*Idee (sic) und Individuum*”. Devido às dificuldades materiais durante o período da inflação, o trabalho não foi publicado. Continuei minha carreira acadêmica em Heidelberg, onde preparava, sob a direção do professor Alfred Weber, um trabalho sociológico sobre a formação da ciência moderna no período da Renascença. Para esse trabalho fazia pesquisas em Florença e noutros locais. Mas como a “*Notgemeinschaft der deutschen Wissenschaft*” já não podia me fornecer os meios necessários para continuar o meu trabalho, ele permaneceu inacabado e inédito.

Em 1928, participei do Congresso de Sociologia em Zurique, cujos anais relatam a minha contribuição. Em 1930, tornei-me assistente do professor Mannheim em *Frankfurt sur le Main*, com quem tinha trabalhado durante muito tempo em Heidelberg.

Como assistente em sociologia na Universidade de Frankfurt, supervisionei a preparação de numerosas teses de doutorado e seminários sociológicos.

Em relação ao meu trabalho pessoal, terminei durante esse período uma obra sobre a sociedade francesa no século XVII, uma análise sociológica que trata em particular do poder real, da corte e da nobreza; o trabalho foi aprovado pela faculdade como "*Habilitationsschrift*", e a minha nomeação como "*privadozent*" já havia sido aprovada pelo representante do ministério quando os recentes acontecimentos políticos inviabilizaram minha carreira universitária na Alemanha, bem como a publicação de minha obra. Um capítulo desse trabalho será o tema da minha conferência no Congresso Internacional de Sociologia, em Genebra, que ocorrerá em outubro. Atualmente, realizei um trabalho sociológico sobre a recente emigração para a França, suas causas, sua composição social e sua situação atual.

Dr. Norbert Elias.”¹

Essas diversas informações foram enviadas a Célestin Bouglé, membro do Comité de Universitaires fundado em maio de 1933, com o objetivo de auxiliar os acadêmicos alemães perseguidos. Presidida por André Honnorat, antigo ministro e presidente da Cidade Universitária, essa comissão incluía Sylvain Lévi, professor do Collège de France, Joseph Bédier, André Mayer, Paul Langevin, Paul Rivet, Paul Boyer, Jean Perrin, Célestin Bouglé etc.² Elias depositou suas esperanças no apoio do único sociólogo desse Comitê, Bouglé, diretor adjunto da École Normale Supérieure, universitário de esquerda que tinha ligações com alguns sociólogos de Frankfurt³. Elias encontrava-se então sem recursos em Paris, período em que muitos universitários de esquerda, ou judeus alemães foram excluídos da universidade nazificada. A concorrência era feroz e era preciso convencer um comitê que tendia a favorecer os mais conhecidos ou titulados. Como veremos, ao ter que advogar em causa própria, Elias distorce certos episódios biográficos (considerando-se o que se pode reconstituir com base em outras fontes sobre sua vida). Através de uma simples leitura, observa-se que Elias parece colocar entre parênteses intencionalmente quase

¹ *Fonds Bouglé*, arquivos da École Normale Supérieure (1925-1940), AN 20010219/1, arquivo 2. Gostaria de agradecer a Yann Potin dos Archives Nationales por facilitar minha consulta a esses dossiês. (Nota do Autor). Esses arquivos foram restituídos à França pela Rússia entre 1994 e 2003 e estão catalogados nos Archives Nationales (Pierrefitte-sur-Seine) sob a rubrica "*Fonds de Moscou*". (Nota da Tradutora).

² Jean-Philippe MATHIEU. "*Sur l'émigration des universitaires*". In: Gilbert BADIA (ed.). *Les bannis de Hitler*. Vincennes, 1984, p. 149.

³ Sobre os engajamentos políticos de Célestin Bouglé, ver Thomas VONDERSCHER. "*Penser, agir, échoue. Itinéraire politique de Célestin Bouglé (1900-1914)*". *Cahiers Jaurès*, 2018, n°227-28, pp. 37-65 e Victor BASCH, "*Bouglé citoyen*". In: *Célestin Bouglé (1870-1940)*. Paris: 1940, pp.47-49.

todo o contexto político que explica os altos e baixos do seu destino universitário – ainda que se dirija a universitários que estavam claramente engajados politicamente. As biografias disponíveis (ou seus fragmentos de autobiografia) também atenuaram largamente esse aspecto comparativamente ao que se conhece a partir de outras obras não exclusivamente centradas em Elias.

O objetivo deste artigo será não apenas repolitizar a figura de Elias em relação ao discurso "apolítico" ou mesmo "antipolítico" que ele próprio manteve voluntariamente no final da sua vida sobre o “distanciamento” como ascese necessária para se alcançar a devida perspectiva sociológica, mas acima de tudo destacar os contextos políticos das universidades em que ele esteve imerso e que o afetaram em algumas de suas escolhas muito mais do que ele estava disposto a reconhecer *a posteriori*.

Pretendo articular minha análise em função das três principais cidades universitárias em que Elias viveu ou trabalhou na Alemanha: Breslau, Heidelberg e Frankfurt. Menciono também Paris, a última parada aqui incluída e que representou uma expectativa frustrada antes do grande salto para o novo mundo anglófono.

1. Breslau, a universidade fronteiriça

Em suas memórias autobiográficas, Elias evoca, sobretudo o universo familiar e o meio judeu de Breslau, cujo desejo de integração na sociedade alemã dominante ele sublinha através, por exemplo, da figura do seu pai, que exibe orgulhosamente, traço simbólico, bigodes apontados para cima ao estilo de Guilherme II.⁴ O único episódio político a que se refere antes de 1914 é o incidente entre o Imperador e certos notáveis que tiveram o mau gosto de programar uma peça de teatro de Hauptmann, Prêmio Nobel em 1912, originário da Silésia, mas pouco apreciado pelo Imperador desde o caso da peça *Les Tisserands*. Por ocasião de uma grande exposição realizada em Breslau, na Primavera de 1913⁵, Elias foi encarregado de escrever o "Festival de Rimas Alemãs", uma vez que era o escritor mais ilustre da região. O evento foi financiado e encenado por duas personalidades judaicas que rivalizavam para assim

⁴ ELIAS, Norbert. *Norbert Elias par lui-même*. Paris: Fayard, 1991, p. 19. Edição brasileira: ELIAS, N. *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁵ MÜHLE, Eduard. *Breslau, Geschichte einer europäischen Metropole*. Colônia: 2015, pp. 200-203.

se integrar às celebrações da cidade – Arthur Barasch, proprietário de uma grande loja, e o célebre Max Reinhardt, um judeu de origem vienense e diretor de um dos grandes teatros de Berlim. Contudo, a mensagem pacifista da peça desagradou e o número de encenações foi reduzido por interferência da Corte Imperial. Guilherme II fica aborrecido com o episódio. Elias observa nas suas memórias que essa intervenção chocou a sociedade liberal e, em particular, a geração mais jovem: "Provocou um grande escândalo, mas nós achávamos tudo isso ridículo. Portanto, o clima era bem de oposição."⁶

No entanto, essa atitude de oposição ao autoritarismo e ao militarismo prussiano que Elias atribui a si próprio retrospectivamente no final da vida está em contradição com certos fatos que ocorreram dois anos mais tarde quando a guerra teve início.⁷ Vimos acima que no seu *curriculum vitae* enviado a Célestin Bouglé, Elias escrevia sem rodeios: "Após algumas semanas, tive de partir para me alistar no exército como telegrafista e, em seguida, como enfermeiro".⁸

Trata-se na realidade de uma apresentação falaciosa para não chocar um universitário francês veterano que também servira como enfermeiro. De fato, Elias foi voluntário em 1915 quando tinha apenas 18 anos e poderia esperar um pouco mais para servir no Exército. Não se trata de acusá-lo de simplesmente distorcer os fatos, mas de mostrar que ele, como todos os seus camaradas, estava tomado pelo clima de unanimidade patriótica que prevaleceu durante os dois primeiros anos da guerra na Alemanha e em toda a Europa. Se ele não tivesse feito como os outros, certamente os antissemitas o teriam acusado de covardia ou de ser um mau alemão como o eram todos os judeus aos seus olhos. De fato, deve-se recordar que Breslau pertencia a uma província fronteiriça não muito longe da zona de combate contra a Rússia, considerada "bárbara", ou das províncias polacas, consideradas "atrasadas". De acordo com Elias: "Na Silésia, de todo modo, crescia-se com o preconceito tácito de que os '*Polaks*' [Polacos] eram seres inferiores".⁹

⁶ ELIAS, N. *op. cit.*, 1991, p. 27.

⁷ Em particular, *ibid*, 1991: "Nunca fui um patriota".

⁸ Conferir nota 1.

⁹ ELIAS, N. *op. cit.*, 1991, p. 29.

Desde a origem, a função de Breslau era ser uma fortaleza prussiana avançada contra a Polônia e os Eslavos, e sua prussianização foi buscada metodicamente desde a anexação da Silésia, uma antiga província austríaca, em 1741. Durante a guerra, a posição militar da cidade perto do front oriental não foi, portanto, insignificante, o que gerou um clima militarista particular. A Universidade de Breslau também desempenhou um papel específico no sistema prussiano como vetor da germanidade. Representou um ponto de apoio do espírito prussiano. Em 1811, a cidade recebera da Prússia uma universidade como parte das reformas Humboldtianas com a fusão entre a antiga Universidade de Frankfurt (Oder) e a antiga Academia Católica de Breslau, oriunda de um colégio jesuíta.¹⁰ Juntamente com Bonn e Berlim, Breslau foi a vitrine do neo-humanismo e das reformas que modernizaram as universidades herdadas do Antigo Regime, formando as futuras elites católicas em um estabelecimento ligado a um Estado Protestante. No início do século XX, Breslau foi sem dúvida relegada para uma categoria provincial, em comparação a Berlim ou Leipzig, e não detinha o tradicional prestígio de universidades como Heidelberg, mais a Oeste. Contudo, juntamente a Königsberg, era a universidade alemã localizada mais ao Leste e em contato direto com o mundo eslavo, o que produziu um clima nacionalista muito forte, tanto entre estudantes quanto entre professores. Em meados do século XIX, foi fundada ali uma associação estudantil chamada "Borussia" que praticava os rituais tradicionais criticados por Elias no seu *Studien über die Deutschen* como símbolo da mentalidade de subordinação e cultivo de valores militares, mesmo por parte de civis. Esse *Korps* excluiu os judeus no final do século XIX, o que promoveu o surgimento de associações livres concorrentes. Os estudantes eram recrutados principalmente na região, enquanto o pessoal docente era regularmente renovado pelo seu deslocamento desde as universidades menores para as maiores, Breslau ocupando uma posição intermediária na classificação geral das universidades alemãs. Em 1920, havia 5.000 estudantes, entre

¹⁰ CONRADTS, Norbert. (org.), “*Die Tolerierte Universität, 300 Jahre Universität Breslau 1702 bis 2002*”. In: *Katalogbuch zur Ausstellung*. Wiesbaden/Stuttgart: 2004, p. 244 et seq. Em particular: HERZIG, Arno. “*Die Vereinigung von Leopoldina und Viadrina 1811*”. In: Ludwig PETRY, “*Breslau als schlesische, preussische und deutsche Universität*”. In: *Jahrbuch der schlesischen Friedrich-Wilhelms-Universität zu Breslau*, vol. 28, 1987, pp. 342-356; TITZE, Hartmut. et al. (orgs.). *Wachstum und Differenzierung der deutsche Universitäten 1830-1945*. Göttingen: 1995, pp.122-123 (histórico e estatísticas detalhadas).

os quais 492 nas disciplinas literárias – e 82 em Filosofia, em 1924-25 ¹¹. Assim, por suas origens locais e em razão de sua ida para universidades maiores, Elias é representativo da média da sua faixa etária.

A guerra irá contribuir para acentuar as tensões entre as confissões (protestantes, católicos e judeus) e em função das origens étnicas, em razão da imigração judaica do Leste ou o afluxo de refugiados após a anexação da Alta Silésia à Polónia – nos termos do plebiscito contestado de 1921 que deu origem a insurreições e mobilização de ambos os lados. Várias manifestações contra a minoria estudantil polonesa ocorreram entre 1919 e 1921, especialmente na Faculdade de Medicina onde Elias iniciou seus estudos, o que ele não menciona nas suas memórias. ¹² Esse clima levou à partida da maioria dos habitantes de origem polonesa, especialmente após o plebiscito na Alta Silésia. Esse período também se caracteriza pela mesma intolerância e pelo antissemitismo crescente em relação à minoria judaica, vítima de violência (como o assassinato de um antigo camarada judeu de extrema-esquerda mencionado por Elias nas suas memórias ¹³), discriminação e xenofobia, uma vez que uma fração da população judaica era originária de uma nova emigração do Leste, ligada à situação crítica na Polónia ou na Rússia nos anos 20.

Temos poucas informações sobre as atividades de Elias como estudante em Breslau, para além da sua breve participação em um conselho de soldados, sua difícil relação com seu professor Hönigswald e o rápido abandono da medicina pela filosofia. De fato, pesquisas recentes mostram que Elias não era apenas um estudante dedicado que preparava sua tese de filosofia apesar das dificuldades econômicas e políticas

¹¹ TITZE, H. *op. cit.*, 1995, p.130,138, 141.

¹² MÜHLE, E. *op. cit.*, 2015, p. 223.

¹³ ELIAS, N. *Les Allemands*. Tradução francesa. Paris: Le Seuil, 2017, p. 250: “Bernhard Schottländer, que estudara comigo no liceu, um rapaz extremamente magro, muito inteligente, e que, no último ano, com seus óculos grossos, parecia um jovem universitário; suas leituras de Marx o tinham inclinado ao comunismo, e o seu cadáver, se bem me lembro, foi arrancado do fosso em Breslau embrulhado em arame farpado”. Na edição brasileira (2001), traduzido como: “Bernhard Schottländer, uma pessoa muito franzina e sumamente inteligente que, com seus óculos de lentes grossas, já parecia um jovem e erudito scholar, mesmo quando era apenas um primeiranista, que se inclinara para o comunismo depois de ler Marx, e cujo cadáver, se bem me lembro, foi encontrado no aterro sanitário da cidade de Breslau, amarrado com arame farpado”. Elias ficou particularmente traumatizado com esse assassinato (o que se percebe pela descrição da vítima, que se parece muito com ele e com quem se identifica parcialmente). Edição brasileira: Elias, N. *Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. (Nota da Tradutora). Elias também se referiu explicitamente a esse trágico episódio em *J'ai suivi mon propre chemin*. Paris: 2016, p. 28, transcrição de uma entrevista televisiva de 1987.

que a Alemanha atravessava, entre 1919 e 1923, e que também afetaram a sua família. Ao contrário da apresentação que fazia de si nas suas entrevistas autobiográficas tardias, Elias de fato engajou-se fortemente no período, tal como muitos estudantes da década de 1920. Contudo, ao invés de se juntar a associações ou partidos de direita ou de esquerda, como fez a maioria dos estudantes, optou pelo caminho alternativo da associação sionista *Blau Weiss* (*Azul Branco*, as cores do sionismo), na qual militou durante vários anos e cuja insígnia exibiu até bem tarde, quando já frequentava em Friburgo o seminário de Husserl, de acordo com Edith Stein, uma das suas colegas de Breslau.¹⁴ Segundo Hermann Korte, esse engajamento teria sido uma forma de Elias reagir contra o sentimento de desumanização que ele vivenciou durante o período do serviço militar e como enfermeiro. Embora fosse um soldado, em razão da diversidade de tarefas militares que tinha de desempenhar, como telegrafista e enfermeiro, Elias nunca lutou de fato. Também vivenciou particularmente o antissemitismo popular no exército e do qual foi em parte preservado, como filho de boa família e aluno de uma escola secundária multiconfessional frequentada por rapazes da mesma origem.

Pode-se supor também que essas funções, menos expostas, foram atribuídas por soldados hostis aos judeus em função de “apadrinhamentos” ou “redes” que explicariam, segundo os antissemitas, as posições por vezes eminentes conquistadas por certos judeus no final do século XIX. Todas essas primeiras experiências de intolerância levaram Elias a concluir que era vão o anseio de integração ou o respeito pelos valores dominantes da sociedade alemã, como manifestara, por exemplo, seu próprio pai. Após a Primeira Guerra, a violência dos *Freikorps* contra a esquerda multiplicou-se graças à agitação revolucionária, a extrema esquerda e os judeus, considerados culpados pela derrota. Elias deve ter sido encorajado em sua convicção de que o sionismo fosse talvez a única saída para a situação cada vez mais precária dos judeus na Alemanha. Contudo, não concordo totalmente com a interpretação de H. Korte sobre o papel essencial da guerra porque, simplesmente, o engajamento sionista de Elias é na realidade anterior à guerra e precede as dolorosas

¹⁴ Ver KORTE, Hermann. “Norbert Elias in Breslau, ein biographisches Fragment”. In: *Zeitschrift für Soziologie*, jg 20, heft 1, februar, 1991, p. 5. Depois de: Edith STEIN. “Selbstbildnis in Briefen”. Erster Teil, 1916-1934. In: Edith STEINS *Werke*. Vol.: VIII. Freiburg, 1976, p. 46.

experiências mencionadas. Em todo caso, é verdade que o recrudescimento antissemita durante e após a guerra deve ter fortalecido o primeiro engajamento sionista do jovem Elias. Observa-se, aliás, que foi neste momento que ele assumiu funções importantes no movimento *Blau Weiss* e até publicou textos teóricos na revista do movimento. Também criticou fortemente os judeus alemães por serem demasiado submissos e se recusarem a ver a evidente discriminação de que eram alvo. Sua militância se manifesta intensamente entre 1922 e dezembro de 1925, período durante o qual foi membro do conselho diretor da *Blau Weiss* e mesmo do restrito conselho de seis membros que rodeava o presidente da associação em Breslau ¹⁵.

Em uma entrevista raramente citada e não traduzida para o francês, de 1989, publicada em uma obra dedicada aos intelectuais judeus, Elias revela, através de uma formulação indireta e abstrata, o sentido que o engajamento sionista podia ter então para ele:

“O sionismo na minha juventude e especialmente antes da fundação do Estado de Israel era de fato diferente do que se tornou durante a construção do Estado de Israel. Numa época em que a mera palavra "judeu" trazia consigo alusões depreciativas, o ideal sionista de um Estado para os judeus era uma das formas de um judeu poder manter intacto o seu orgulho e o seu valor humano”. ¹⁶

Conforme esse texto, o engajamento sionista de Elias seria em primeiro lugar uma recusa da atitude legalista e assimiladora do seu pai, mas também uma resposta ativa às caricaturas antissemitas da maioria conservadora dos alemães: tratava-se de dar uma nova identidade aos judeus, de formar um novo homem que decide seu futuro e, portanto, um projeto radical segundo as declarações que podem ser lidas nas atas das reuniões das quais Elias participou. Aliás, em uma carta ao seu amigo Martin Bandmann, de 14 de junho de 1920, Elias confirma que esse julgamento posterior sobre o projeto sionista foi um eco distante do orgulho transgressivo do jovem ativista da associação *Blau Weiss*:

“Nós, judeus, massa de pessoas de origem inferior, multidão sem movimento, cética-cínica, relativista e, no fundo, meio desesperada, que por séculos ao se multiplicar sob grande pressão desacostumou-

¹⁵ HACKESCHMIDT, Jörg. *Von Kurt Blumenfeld zu Norbert Elias. Die Erfindung einer jüdischen Nation*, Hamburgo: Europäische Verlagsanstalt, 1997, p. 157.

¹⁶ “Interview von Herlinde Koelbl”. In: Herlinde KOELBL. *Jüdische Portraits*, op. cit., pp. 60-62, reimp. In: N. ELIAS, *Gesammelte Schriften*, vol. 17, p. 389-90.

se com o clima de uma cultura profunda e fervorosa, e que hoje não passa de uma sociedade que se imiscui (que deveria, ainda mais chocante, passar fome se não pudesse se imiscuir). É preciso forjar uma nação cultural desses judeus, eis o objetivo.”¹⁷

Esta acusação violenta retoma inclusive certos estereótipos antissemitas (“multidão”, “uma sociedade que se imiscui”, uma expressão muito próxima da ideia do “grupo parasita” de panfletos antijudaicos). Mostra também uma grande ambição, quase revolucionária: “forjar uma nação cultural” (*Kulturvolk*). O sentido do engajamento de Elias é muito mais amplo do que a simples participação na calorosa sociabilidade de uma organização juvenil. Tratava-se de contribuir com o ‘processo civilizador’ e o nascimento de uma nova nação judaica, para usar anacronicamente o título do famoso livro de Elias.

2. Heidelberg, o liberalismo em perigo (1926-1930)

O afastamento desse primeiro engajamento ocorre gradualmente, após as divergências no âmbito da organização sobre a emigração para a Palestina. Elias também tem que interromper seus estudos para trabalhar em uma empresa no período em que sua família atravessava dificuldades financeiras. Ainda mais importante, Elias muda-se para Heidelberg e opta por uma nova disciplina, a sociologia, nesse segundo período universitário. Esse retorno aos estudos mostra sua vontade de retomar o projeto de juventude: tornar-se professor universitário. Após a briga com seu ‘*doktorvater*’, Hönigswald, que discordou de certas conclusões da sua tese, foi preciso mudar de orientador. A decisão de deixar a sua cidade natal para Heidelberg deveu-se também ao prestígio da terceira universidade mais antiga da Alemanha (fundada em 1386), ao seu clima mais liberal e antissemitismo menos virulento do que em Breslau, bem como aos laços anteriores com a cidade, uma vez que Elias já tinha frequentado cursos em Heidelberg durante o semestre de verão de 1919.¹⁸ Além disso, a reputação de Heidelberg em sociologia se devia à presença da família Weber – Alfred,

¹⁷ *Apud* HACKESCHMIDT, J. *op. cit.*, 1997, pp. 159-60, traduzido por mim. (Nota do Autor).

¹⁸ KORTE, Hermann. *Der Menschenwissenschaftler Norbert Elias. Zur Biographie eines Klassikers*. Fernuniversität Gesamthochschule Hagen. s.d, 1991, p.28.

professor titular, o irmão de Max, e sua cunhada, Marianne, viúva do ilustre sociólogo, que desempenha um papel ativo através do seu salão intelectual e dos seus engajamentos políticos e feministas. Ser admitido nesse prestigioso círculo representou para Elias um trampolim essencial para a futura carreira na nova disciplina que ele escolheu. Ao menos é assim que ele apresenta a situação retrospectivamente.¹⁹

Nas suas diversas entrevistas autobiográficas, Elias também acentua o clima de politização em Heidelberg, tanto entre estudantes quanto entre professores, ao passo que nada diz sobre Breslau. No caso de Breslau, tratava-se de uma omissão deliberada, não justificada nem pela realidade objetiva nem mesmo pelos engajamentos tangíveis do próprio Elias, como vimos. No que diz respeito a Heidelberg, o julgamento de Elias foi confirmado por outros trabalhos, quer sejam trabalhos genéricos sobre estudantes ou professores, ou monografias sobre personalidades com quem Elias esteve em contato direto, como Alfred Weber, Karl Mannheim ou acadêmicos mais jovens pertencentes aos seus círculos²⁰. Segundo Jansen, dos 119 professores da Faculdade de Filosofia durante o período em estudo, 67 publicaram textos com conteúdo político, muito mais do que os professores das outras faculdades (Teologia, Direito, Medicina e Ciências Naturais), cujas taxas de universitários engajados estavam entre 9 e 18%.²¹ De acordo com a lista de nomes que ele fornece para medir a intensidade da participação política desses professores nos meios de comunicação, encontra-se, em primeiro lugar, Emil Julius Gumbel, professor de estatística, seguido pelo psicólogo Willy Hellpach, o teólogo Ernst Troelsch, o historiador Paul Schmitthenner, o jurista Gustav Radbruch, o sociólogo economista Max Weber, o historiador Hermann Oncken, o filósofo Arnold Ruge, o jurista Hans-Erich Kaden e, em décimo lugar, Alfred Weber. Karl Mannheim também aparece nessa lista, mas em posição muito inferior, por duas razões principais. Em primeiro lugar, ele obteve

¹⁹ ELIAS, N. *op. cit.*, 1991, p. 47.

²⁰ Ver, JANSEN, Christian. *Professoren und Politik. Politisches Denken und Handeln der Heidelberger Hochschullehrer 1914-1935*. Göttingen, 1992; GIOVANNINI, Norbert. *Zwischen Republik und Faschismus. Heidelberger Studentinnen und Studenten 1918-1945*. Weinheim, 1990; DEMM, Eberhard. *Ein Liberaler in Kaiserreich und Republik: der politische Weg Alfred Webers bis 1920*. Boppard am Rhein, 1990 e *Von der Weimarer Republik zur Bundesrepublik: der politische Weg Alfred Webers 1920-1958*. Düsseldorf, 1999; BLOMERT, Reinhart. *Intellektuelle im Aufbruch, Karl Mannheim, Alfred Weber, Norbert Elias und die Heidelberger Sozialwissenschaften der Zwischenkriegszeit*. München, 1999.

²¹ JANSEN, C. *op. cit.*, 1992, p. 27.

uma posição como *privatdozent* apenas em 1926 (e após um debate difícil na faculdade devido ao seu passado “revolucionário” na Hungria) e permaneceu em Heidelberg só até março de 1930, quando foi “nomeado” em Frankfurt como professor. Além disso, seu status de estrangeiro (judeu húngaro) devia incitá-lo a uma certa reserva. Se observarmos o círculo à volta de Alfred Weber, constata-se tanto uma forte politização na geração mais jovem quanto uma gama bastante ampla de orientações. Todas as tonalidades da esquerda e da direita estão representadas. Alfred Weber era muito tolerante devido ao seu liberalismo e ao gosto pela discussão. Podemos citar exemplos dessas figuras fortemente marcadas:

Jakob Marschak (nascido a 23 de julho de 1898 em Kiev, falecido a 22 de julho de 1977 em Los Angeles) foi preso na Rússia por atividades anticzaristas e libertado durante a Revolução. Em 1919, tornou-se ministro do trabalho na República Terek no Norte do Cáucaso; quando os bolcheviques tomaram o poder na região, teve que fugir como Menshevik; emigrou então para a Alemanha e estudou economia em Heidelberg. Foi membro de grupos socialistas; após várias funções em institutos de economia, tornou-se *privatdozent* em Heidelberg, em 1930. Perseguido pelos nazis, acabou por se exilar nos Estados Unidos onde fez uma carreira de sucesso como economista.

Richard Löwenthal (1908-1991), comunista oposicionista depois socialista, membro ativo da resistência ao nazismo no exílio, mais tarde passando para a social-democracia, termina por se tornar professor de Ciência Política na Universidade Livre de Berlim (1961-74).

Otto Jacobsen, também socialista, emigrou após 1933; Reinhold Cassirer, socialista, trabalhou na sua tese sobre as negociações entre patrões e sindicatos na Grã-Bretanha; Boris Goldenberg, marxista de origem russa, emigrou para Cuba.

É preciso mencionar também várias mulheres jovens, como Natalie Halperin, Nina Rubinstein, Käthe Truhel, Margaret Freudenthal, frequentemente judias e engajadas em movimentos progressistas. Elas frequentaram os mesmos seminários que Elias e também se dedicaram à investigação sociológica ou histórica, um fenómeno

novo para as mulheres na universidade alemã da época.²² Elias, que era mais velho, atuava como tutor do trabalho delas, ainda que seus próprios trabalhos abordassem assuntos bastante diferentes. Isso mostra sua autoridade intelectual precoce, proveniente do título de doutor em filosofia e do papel ativo que exercia como debatedor nos seminários, de acordo com vários testemunhos e registros nos relatórios das discussões. Além disso, o fato de Mannheim ter encarregado seu assistente de tarefas que o aborreciam pedagogicamente explica esse trabalho de tutoria.

Esse grupo universitário não era integralmente de esquerda. Entre eles encontram-se também os que frequentavam o círculo de Stefan George, que era ao mesmo tempo apolítico e em geral conservador, e mesmo ativistas nacionalistas. Alguns até fizeram carreira sob o nazismo, como Ernst Wilhelm Eschmann (1904-1987), que A. Weber colocara no topo da sua lista de futuros habilitados, apesar dos seus engajamentos à extrema-direita e do seu ativo comprometimento posterior com uma universidade normalizada. Fritz Bran (1904-1994), filho de editor e autor de uma tese sobre Herder, também se engajara na retomada das relações intelectuais franco-alemãs e fora igualmente apoiado por A. Weber. Permaneceu em Paris, aderiu à NSDAP (Partido Nacional-Socialista) e à Juventude Hitleriana e tornou-se um colaborador ativo de Otto Abetz nos *Cahiers Franco-Allemands* e, em seguida, um dos atores da colaboração intelectual do lado alemão durante a ocupação da França. Foi condenado depois de 1945, mas depois retomou a sua atividade normal como publicista e professor.

Elias distancia-se claramente nas suas entrevistas de todas essas figuras que conheceu nos seminários de Heidelberg:

“Com grande tenacidade e sob o escárnio de muitos dos meus colegas que zombavam do ‘Elias, o apolítico’, mantive-me à distância de toda fidelidade a qualquer das posições desse espectro, que me parecia ultrapassado. Essa é ainda hoje minha atitude.”²³

"Minha percepção à época era a de que muita desinformação estava sendo difundida sobre a sociedade humana. Não podia concordar

²² Reinhard BLOMERT. *Intellektuelle im Aufbruch*, op. cit., 1999, p. 243 et. seq. David KETTLER, Colin LOADER & Volker MEJA. *Karl Mannheim and the Legacy of Max Weber: Retrieving a Research Programme*. Londres: Routledge, 2008.

²³ ELIAS, N. *J'ai suivi mon propre chemin*. op.cit., 1996, pp. 38-39. Ver também “Hyperlias”. Disponível em: <http://hyperelias.jku.at/EliasTheses_1933.htm> Acessado pela tradutora em: 06 jun. 2022.

com todos os meus amigos que estavam no partido porque ali, como por vezes dizia-lhes, era-se obrigado a mentir.

O que eu queria realmente era levantar o véu das mitologias que obscurecem a nossa visão da sociedade para que as pessoas pudessem agir melhor e de maneira mais razoável; pois estava convencido de que essa visão partidária distorce a forma como consideramos as coisas. E a tese central de Mannheim de que todo pensamento é ideologia caminhava nessa direção (...).

Eu queria elaborar uma imagem da sociedade que não fosse ideológica. E consegui.”²⁴

Tal como com outras declarações retrospectivas de Elias, pairam algumas dúvidas sobre essa sua análise. Certamente, pode ser uma tomada de posição epistemológica que torna incompatíveis *a priori* o engajamento e o desejo de alcançar a verdade em sociologia. Contudo, a curiosa expressão usada por Elias na segunda citação, “no partido”, diz respeito muito mais à sua hostilidade a qualquer marxismo dogmático, tal como encarnado pelo KPD (Partido Comunista) à época, à desilusão como antigo sionista diante da militância minoritária, ou ainda às suas dúvidas sobre os caminhos equivocados do outro grande partido de esquerda sob Weimar, o SPD (Partido Social-Democrata), impregnado por múltiplas correntes e cuja estratégia era cada vez mais incerta face à crise do regime.

A fim de se compreender essa rejeição da política diante do aumento das ameaças, é preciso evocar também o clima mais geral da universidade. Como mostrou Norbert Giovannini, a própria juventude estudantil de Heidelberg, apesar de estar em uma região bastante liberal da Alemanha, estava cada vez mais dividida em correntes hostis, e não hesitou em atacar certos professores que estavam demasiado à esquerda, como Gumbel, por causa das suas opiniões pacifistas militantes, que ofendiam os nacionalistas ou mesmo a maioria reacionária. As eleições para a comissão de representantes dos estudantes universitários refletem essa politização crescente e o descolamento para a extrema-direita.

²⁴ ELIAS, N. *op. cit.*, 1991, p. 50.

	Verão 1925	Verão 1926	Verão 1927	Verão 1928	Verão 1929	Verão 1930
% de eleitores	69,2	77,4	70,8	70,3	74,0	76,3
% de direita	54,1	62,9	62,5	61,1	65,1	60,8
% de grupos republicanos	41,6	37,0	37,5	38,8	34,8	36,9
Lista nacionalista	11	12	16	17	15	11
Juventude <i>Völkisch</i>	-	3	4	5	3	-
Associação nazi	3	2	-	-	10	17
Listas liberais	6	7	6	5	5	5
Lista católica	4	3	4	5	6	6
Lista socialista	-	-	2	4	4	6
Lista comunista	-	-	-	-	-	1

Resultados das eleições para a AStA na Universidade de Heidelberg (1924-1930).

Fonte: N. GIOVANNINI, *op. cit.*, p. 1. p. 134, quadros A e B simplificados.

A tabela mostra, em primeiro lugar, a participação crescente nas eleições, destacando-se os antagonismos de origem política entre as listas. Embora o equilíbrio de poder entre grupos hostis ou favoráveis à República tenha permanecido bastante estável (cerca de dois terços, aproximadamente, a favor das listas nacionalistas e de direita), a radicalização se torna aparente no âmbito dos movimentos de direita. Os grupos nacionalistas e *völkisch*, inicialmente dominantes em 1927 e 1928 (20 e 22 cadeiras, somados os dois grupos), perdem votos e cadeiras para os extremistas da associação estudantil nacional-socialista, cuja ascensão precede até mesmo os sucessos eleitorais do partido, com 10 lugares em 1929 e 17 em 1930, ou seja, antes que a crise econômica e social pudesse sortir efeitos. Os moveis das manifestações cada vez mais antissemitas foram as reivindicações nacionalistas em uma região ocupada por grupos irredentistas traumatizados pela ocupação da margem esquerda do Reno, pela memória da ocupação do Ruhr e pela perda da vizinha Alsácia-Lorena, como testemunham os numerosos incidentes entre corporações que recusam judeus e associações "mistas". A presença notável de estudantes judeus, muitas vezes de esquerda, e de professores judeus e de esquerda alimenta a retórica antirrepublicana de famílias tradicionais hostis ao regime. Os novos estudantes, por vezes de origens mais modestas, estavam também preocupados com o seu futuro em razão da questão,

tão comum à época, da “superprodução de diplomados”. Infelizmente, os trabalhos existentes não nos permitem estabelecer essas correlações específicas, mas essa era ao menos a visão que Elias tinha à época, conforme mostra o artigo que ele publicou em 1929 na revista da comunidade judaica de Mannheim e Ludwigshafen, recentemente traduzido para o francês.²⁵ A visão do sociólogo, bastante economicista, pode ser resumida como se segue: “O antissemitismo é, sobretudo, apoiado por estratos burgueses para os quais o espaço econômico tem se retraído crescentemente desde o período do pré-guerra e da guerra.”²⁶ Para ele as bases do movimento nacional-socialista são compostas pelo pequeno comércio independente, por uma parcela do grande comércio, por certos ramos da indústria de médio porte e até mesmo pelo campesinato ou pela grande propriedade fundiária em declínio. Essa rejeição estende-se também ao “*Lumpemproletariado*”, aos desempregados e aos trabalhadores agrícolas, que são atraídos “por esse tipo de discurso simples contra o que é estrangeiro e estranho” (*ibid.*). Nessa análise domina, portanto, uma explicação exclusivamente econômica e política das relações de força, além da consideração da conjuntura (positiva ou negativa). Contudo, Elias não leva em conta o antissemitismo racista claramente manifestado à época por certos setores do movimento *völkisch* ou pelo partido nazi. Sua conclusão é simultaneamente pessimista a curto prazo (enquanto a crise e as tensões sociais durarem, as pessoas não podem ser chamadas à razão) e otimista a longo prazo (uma conjuntura melhor e uma nova prosperidade deveria estancar o antissemitismo). Contudo, suas conclusões práticas parecem um pouco simplistas e pouco satisfatórias para o especialista: não se deve deixar de reconhecer o que avilta (“um olhar lúcido sobre a situação é sempre melhor do que mentir a si mesmo”), mas é preciso resignar-se e esperar por dias melhores ou escolher a solução sionista de partir para a Palestina – o que Elias recusou, em 1933, apesar de seu prévio engajamento sionista. Sua visão vai se modificar rapidamente no contexto da sua nomeação como assistente de Karl Mannheim a partir de 1930.

²⁵ ELIAS, N. “*Sociology of German antisemitism*”. In: *Annales Histoire sciences sociales*, 2016, n.º 2, pp. 379-384, publicado pela primeira vez in: *Israelitische Gemeindeblatt. Offizielles Organ der Israelitischen Gemeinde Mannheim und Ludwigshafen*, 13, 1929, Kislev 5690, 7-12, pp. 3-6, reimp. In: *Frühschriften*, Frankfurt 2002, pp. 117-126.

²⁶ ELIAS, N. art. cit., 2002, p. 383.

3. Frankfurt, o avanço do perigo (1930-33)

A Universidade de Frankfurt representa um caso distinto do de Breslau e de Heidelberg. Havia sido fundada há pouco tempo (1914) com um aporte significativo de capital, fornecido principalmente pela grande burguesia judaica da cidade. Foi uma das primeiras universidades a ter uma faculdade independente de Ciências Sociais, o que explica sua influência sobre jovens sociólogos como Mannheim, Elias e os que seriam denominados membros da Escola de Frankfurt, agrupados no *Institut für Sozialforschung*. O *Institut* fora fundado por iniciativa de um outro mecenas (1924), mas era relativamente independente da Universidade, apesar da proximidade espacial e da cooperação entre essas instituições. A Universidade de Frankfurt, em rápido crescimento, possuía o mesmo número de estudantes (4.043 em 1931) que Breslau (4.481 na mesma data) ou Heidelberg (3.701), apesar de ser jovem. Em 1930, a Faculdade de Ciências Sociais e Economia dispunha de 11 cátedras em comparação com as 13 da Faculdade de Filosofia, um indicador de sua modernidade. Considerada pelos nazis uma universidade “judaica”, sofreu expurgo acentuado do corpo docente e diminuição sensível do número de estudantes em 1932-33. Um terço do seu pessoal docente foi expulso por razões “raciais” ou políticas e, a certa altura, receram até que ela fecharia as portas.²⁷

Esse resultado fatal tinha sido previsto por Elias no momento da ascensão do nazismo. Em suas memórias, mesmo que tenha errado a data, evoca o grande encontro em Frankfurt em que Hitler discursa durante a campanha presidencial de 1932. Fez questão de comparecer para tentar compreender o que leva as multidões a serem tomadas por uma espécie de histeria quando o *Führer* falava em público. Eis o testemunho de Elias:

“Eu seguia a política com grande interesse. Quando Hitler fez um discurso em Frankfurt, fui ouvi-lo.

Deve ter sido no final de 1932 ou início de 1933. Foi anunciado que ele faria um grande discurso e eu estava ansioso por vê-lo em carne e osso. Mas era perigoso porque poderiam perceber que eu era judeu. Contudo, minha fisionomia me permitia passar por um aristocrata se estivesse disfarçado; se trocasse os meus óculos por um monóculo, se usasse um chapéu de caçador e me

²⁷ TITZE, H. *op. cit.*, 1995, pp. 167-68. HAMMERSTEIN, Notker. *Die Johann Wolfgang Universität Frankfurt am Main. Von der Stiftungsuniversität zur staatlichen Hochschule*. Bd. 1, Neuwied/Frankfurt 1989.

vestisse de forma diferente, seria outro homem. E foi assim que atravessei a cerca formada pelos homens das SS, ladeada por dois estudantes gigantescos de aspecto muito ariano.

Foi fascinante... O *Führer* manteve a multidão superexcitada durante quase duas horas; canções patrióticas eram cantadas e, por vezes, eu também tinha que mexer os meus lábios porque não podia ser o único a permanecer em silêncio. A certa altura saí da reunião por um momento e me deparei com um colega assistente que era nacional-socialista. Foi um momento muito estranho, mas foi nesse instante que o *Führer* chegou. Ele era realmente um grande orador. Uma coisa em particular ficou na minha memória: o momento, no final, em que ele deu sua bênção às crianças. Nunca tinha vivido algo parecido antes! Ele fez as crianças se aproximarem, colocou a mão em sua testa e falou com elas. E a multidão enlouqueceu de entusiasmo.

Eu costumava ir a esse tipo de manifestação para ter uma ideia das coisas, para compreendê-las e para vê-las com meus próprios olhos.”²⁸

Ao estar presente em um lugar em que o próprio Elias observa que poderia ter sido denunciado, pois seu perfil correspondia às caricaturas de judeus feitas pelos nazis antissemitas, o sociólogo mostra que não está apenas cedendo a uma simples curiosidade, apesar de seu proclamado apolitismo. Ele também reconhece que se tratava de um período crítico. Não era mais possível ocultar a realidade sonhando, como os comunistas, com uma revolução milagrosa que impediria a catástrofe. Essa também era a opinião de sua amiga e doutoranda Margarethe Freudenthal, que relatou em suas memórias o mesmo encontro. É interessante desse ponto de vista comparar os dois relatos a fim de dar uma descrição mais precisa do clima político em Frankfurt, muito diferente, como veremos, do clima na Faculdade de Sociologia ou no *Institut für Sozialforschung*. Nossa outra testemunha também teve que esperar, mas por muito mais tempo do que Elias, pois chegara no meio do dia para conseguir um bom lugar – ao passo que a chegada de Hitler estava agendada para a noite, após uma turnê eleitoral nas cidades vizinhas. Diferentemente de Elias, ela descreve como se entreteve e se “aqueceu” o público com músicas animadas nos alto-falantes e desfiles de tropas paramilitares ou projeções de filme. O trajeto de Hitler para Frankfurt foi também anunciado para manter o suspense e mostrar sua marcha triunfal de cidade em cidade. As mulheres não estavam alheias à manutenção da tensão nervosa.

²⁸ ELIAS, N. *op. cit.*, 1991, p. 62.

Freudenthal escreve sobre elas: “As mulheres gritam histericamente, tudo permanece em estado de transe – onde é que já senti isso antes? Ah sim, no exército de salvação então em Londres – esse era um novo exército de salvação.”²⁹

Ela não se lembra do que Hitler disse (embora Elias insistia em sua capacidade oratória) por causa dos gritos da multidão, mas lembra-se muito bem da sua impressão, relatada aos seus pais no seu regresso: “Das kommt!” “Está chegando!” Ela prevê que Hitler chegará ao poder, o que aqueles que lhe são próximos ainda não querem acreditar (um ano antes de ele tomar o poder). Por precaução, ela compra um Opel de segunda mão e aprende a conduzir caso tenha que fugir. Em uma discussão com Elias, que ela calcula em novembro ou dezembro de 1932, ao voltar do seminário de Mannheim de carro com Elias até sua casa, chegam à conclusão conjunta de que já não se encontram em casa na Alemanha. Elias lhe diz então que a única solução para ela é partir para a Palestina, embora ele próprio, um “antigo sionista teórico”, não cogita de forma alguma essa saída, o que, aliás, sua partida para a França irá provar.

As previsões dos dois amigos foram logo confirmadas quando os nazis chegaram ao poder. Elias lembra-se de como estava preocupado com uma inspeção das SA ou SS invadindo o seu instituto:

“Em fevereiro de 1933 pensei subitamente que deveria averiguar se tinha ficado algum documento comprometedor no nosso instituto. Fui até lá e encontrei a lista de membros do ‘grupo de estudantes vermelhos’; havia muitas coisas comprometedoras, como uma lista completa dos nomes dos nossos estudantes. Revistei todas as salas do nosso instituto, levando comigo tudo o que me pareceu mais ou menos suspeito. Quando os S.S. vieram à minha procura alguns dias mais tarde para que eu entregasse as chaves do instituto, fui muito insolente porque sabia que não iriam encontrar nada (...). Um tenente S.S. – ainda consigo ver a cena – contemplou as estantes de livros e pegou num volume de Marx: ‘Ah, Marx, é claro! Estes comunistas sujos aqui...’”³⁰

Mesmo que apresente as coisas de uma forma benigna em retrospectiva, o *Institut für Sozialforschung* foi uma vítima particular do expurgo, da interdição de suas instalações e das ameaças físicas contra certos professores por ativistas nazis. Como medida de precaução, o diretor do instituto tinha guardado alguns de seus fundos em

²⁹ FREUDENTHAL, Margarethe. *Ich habe mein Land gefunden*, Frankfurt 1977, p.112-113.

³⁰ ELIAS, N. *op.cit.* 1991, p. 64.

Genebra, o que permitiu que o instituto fosse reativado mais tarde em Paris. Compreende-se facilmente, portanto, porque Elias logo decidiu rumar para o Oeste após uma tentativa infrutífera na Suíça. Como os professores eminentes não foram poupados pelo expurgo, ele não tinha nenhuma chance como professor não-titular de escapar. Os seus interesses intelectuais atraíram-no para a França, uma vez que tinha acabado de terminar seu manuscrito de Habilitação sobre o “homem de corte”, que seria o embrião do livro posterior sobre a sociedade de corte. Elias não foi o único a fazê-lo, pois a maioria dos expurgados optou pelos países ocidentais.³¹

O resto é bem conhecido, como mencionado na introdução: seu pedido de apoio ao comitê dos cientistas de Paris, a criação de uma pequena empresa de fabricação de brinquedos para sobreviver, a obtenção de uma bolsa holandesa antes da partida definitiva para a Inglaterra, onde graças a Mannheim e à sua rede na *London School of Economics* conseguiu funções temporárias na educação de adultos antes de ser internado na Ilha de Man, como a maioria dos cidadãos alemães, quando a guerra foi declarada.

Balanço

Voltemos ao ponto de partida. Nos arquivos de Bouglé existem algumas notas sobre o Comitê Universitário responsável pela classificação das candidaturas. Em razão de seu fraco dossiê (nenhuma publicação, manuscritos inacabados, nenhum trabalho acadêmico concluído, à exceção do seu doutorado do qual o próprio Elias não se orgulha muito dado que rejeitou as conclusões) e da opção por uma forma de sociologia histórica bastante diferente da praticada na França nesse período, o jovem assistente viu-se no fim da lista e foi salvo por uma bolsa holandesa. Em nenhum momento, porém, exprimiu a sua amargura contra a França dos grandes princípios, que fecha suas portas e sofre grande ameaça da extrema-direita durante os acontecimentos de 6 de fevereiro de 1934. Tampouco parece lamentar não ter optado, como a sua amiga Margarethe Freudenthal, pela Palestina. Não viu como poderia

³¹ MATHIEU, J. P. art. cit., 1984, p.136.

realizar ali o seu trabalho histórico e sociológico cujas fontes se encontravam na Europa. Ao contrário de Margarethe Freudenthal, ele não encontrou o seu “país”, para parafrasear o título de suas memórias.

Mesmo na Inglaterra dos anos 50, Elias ainda se sente alemão. Ao regressar tardiamente à Alemanha, escolheu trabalhar em Bielefeld, uma universidade nova, sem passado, bastante diferente das três universidades históricas que tinha conhecido em sua juventude. Muito crítico em relação ao seu país natal no seu último livro: *Os Alemães* e, em particular, à burguesia alemã – incapaz de se libertar do domínio aristocrático e militar e que capitulara diante de Hitler para se vingar da derrota e da revolução de 1918 –, também não é gentil com a juventude estudantil dos anos 70. Uma fração foi atraída para o extremismo oposto ao da sua geração. Mas em ambos os casos cometeram o mesmo erro ao procurarem a violência como solução para os problemas contemporâneos ou para os traumas do passado. A trajetória acadêmica e política de Elias, suas confissões e recusas, bem como suas omissões ou silêncios voluntários, permite compreender melhor essa relação tão particular com a história, a política e o engajamento que caracteriza tanto o homem quanto a obra sociológica.

Université et Politique sous la République de Weimar, le cas Norbert Elias



Christophe Charle**

Résumé

Cet article présente le contexte politique qui caractérise les trois principales universités où Norbert Elias s'est formé ou a commencé sa carrière d'assistant des années 1920 à 1933. Chacune présente un profil politique et intellectuel bien spécifique, plus nationaliste et antisémite à Breslau, plus libéral mais glissant de plus en plus à droite voire à l'extrême droite à Heidelberg, plus à gauche et ouverte au marxisme à Francfort. La confrontation entre les sources objectives et les témoignages tardifs d'Elias permet de déterminer qu'Elias était en fait plus ou moins engagé dans les combats de l'époque (à travers l'adhésion à une forme de sionisme), contrairement à l'image neutre et censurée qu'il a reconstruite plus tard pour se donner une image de sociologue apolitique. Il a cherché aussi à effacer sa sous-estimation des dangers de la radicalisation antisémite de l'Allemagne au début des années 1930. La comparaison avec les attitudes de ses principaux collègues ou disciples rend compte aussi des raisons de sa mémoire sélective de ce passé douloureux.

Mots-clés: Norbert Elias; Breslau; Heidelberg; Université; Weimar.

**Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, IHMC, CNRS, ENS, Paris 1

Abstract

This paper presents the political context of the three main universities where Elias studied or worked in the interwar period. Each one presents a specific intellectual and political profile. More nationalist and anti-Semitic in Breslau, more liberal but more and more radically engaged on the right for Heidelberg, more leftist and open to Marxism in Frankfurt. The confrontation between objective sources and autobiographical documents allow to explain why Elias was more or less engaged himself in the debates of these universities. It shows too how he censured later some of his political orientations et reconstructed a constant apolitical portrait of himself in his autobiographical interviews aiming to blur his own hesitations, due to the underestimation of the dangers of radical antisemitism at the beginning of the thirties. The comparison with the orientations of some of his colleagues or disciples reveals why he practiced this selective memory of the past.

Keywords: Norbert Elias; Breslau; Heidelberg; University; Weimar.

Resumo

Este artigo apresenta o contexto político das três principais universidades onde Elias estudou ou trabalhou no período entreguerras. Cada uma delas apresenta um perfil intelectual e político específico. Mais nacionalista e antissemita em Breslau; mais liberal, mas cada vez mais fortemente engajada à direita em Heidelberg; mais esquerdista e aberta ao marxismo em Frankfurt. A comparação entre fontes objetivas e documentos autobiográficos permite explicar por que Elias estava mais ou menos engajado nos debates nessas universidades. Mostra também como ele censurou posteriormente algumas de suas orientações políticas e reconstruiu um constante retrato apolítico de si mesmo nas entrevistas autobiográficas com o objetivo de desfocar suas próprias hesitações, devido à subestimação dos perigos do antissemitismo radical no início dos anos trinta. A comparação com as orientações de alguns dos seus colegas ou discípulos revela por que ele operou essa memória seletiva do passado.

Palavras-chave: Norbert Elias; Breslau; Heidelberg; Universidade; Weimar.

Pour introduire cette contribution, je commencerai par citer une lettre retrouvée de Norbert Elias dans les archives de Célestin Bouglé du fonds de l'Ecole normale supérieure dérobé par la Gestapo en 1940 et lui-même transféré au sein des archives soviétiques en 1945 et récupéré récemment par les Archives nationales. Ce transfert extraordinaire de papiers des années 1930 d'un bout à l'autre de l'Europe, nous fait retrouver la trace d'un alors obscur assistant juif allemand, le jeune Elias, exilé à Paris après la prise de pouvoir par Hitler. Cette lettre en dit déjà long sur la tourmente politique dans laquelle le futur auteur de la *Société de Cour* a été plongé pendant plus de la moitié de son existence :

Je cite la version dactylographiée de la lettre tout en corrigeant les fautes commises par la dactylographe

« Dr. Norbert ELIAS.

Je suis né le 22 juin 1897 à Breslau. J'ai étudié dans un lycée de cette ville (Johannes Gymnasium). J'ai été reçu au baccalauréat en 1915.

J'ai alors continué mes études à l'Université de Breslau (faculté de philosophie), mais au bout de quelques semaines je dus partir pour l'armée en qualité de télégraphiste et ensuite en qualité d'infirmier.

En 1917, réformé à la suite d'une violente dépression nerveuse, je pus reprendre mes études. J'ai travaillé sous la direction du professeur Husserl et de son assistant Heidegger de Fribourg, sous la direction des professeurs Rickert, Jaspers et A. Weber d'Heidelberg. En 1923 j'ai fait ma thèse de doctorat chez le professeur Hönigswald à Breslau sur le sujet : « Idee (sic) und Individuum ». A la suite des difficultés matérielles du temps de l'inflation le travail ne fut pas édité. J'ai poursuivi ma carrière universitaire à Heidelberg, où je préparais sous la direction du professeur Alfred Weber un ouvrage sociologique sur la formation de la science moderne à l'époque de la Renaissance. Pour ce travail je faisais des recherches à Florence et ailleurs. Mais comme la « Notgemeinschaft der deutschen Wissenschaft » ne pouvait plus mettre à ma disposition les moyens nécessaires pour continuer mon travail, il est resté inachevé et inédit.

En 1928, j'ai pris part au Congrès sociologique à Zürich dont les comptes rendus rapportent ma contribution. En 1930, je suis devenu l'assistant du professeur Mannheim à

Francfort sur le Main, avec lequel je travaillais déjà depuis longtemps à Heidelberg.

Au titre d'assistant en sociologie de l'Université de Francfort, j'ai dirigé la préparation de nombreuses thèses de doctorat et des séminaires sociologiques.

Comme travail personnel j'ai achevé pendant ce temps un ouvrage sur la société française au dix-septième siècle, analyse sociologique, où sont traités en particulier le pouvoir royal, la cour et la noblesse ; le travail fut agréé par la faculté comme « Habilitationsschrift », et ma nomination comme « privadocent » était déjà agréée par le représentant du ministère, quand les récents événements politiques ont rendu impossible ma carrière universitaire en Allemagne, ainsi que la publication de mon ouvrage. Un chapitre de ce travail sera le sujet de ma conférence au Congrès international de sociologie à Genève, qui se tiendra en Octobre. Actuellement j'ai entrepris un travail sociologique sur la récente émigration en France, ses causes, sa composition sociale et sa situation actuelle.

Dr. Norbert Elias »¹

Ces divers éléments furent envoyés à Célestin Bouglé en tant que membre du Comité des savants formé en mai 1933 pour venir en aide aux universitaires allemands persécutés. Présidé par André Honnorat ancien ministre et président de la cité universitaire ce comité comptait parmi ses membres Sylvain Lévi, professeur à Collège de France, Joseph Bédier, André Mayer, Paul Langevin, Paul Rivet, Paul Boyer, Jean Perrin, Célestin Bouglé, etc.² Elias mettait ses espoirs dans le soutien du seul sociologue de cette commission, Bouglé, directeur adjoint de l'ENS, savant engagé à gauche et qui avait des liens avec certains sociologues de Francfort.³ Elias se retrouvait alors sans ressource à Paris, au moment où de nombreux savants de gauche ou juifs allemands étaient exclus de l'Université nazifiée à partir de mars. La concurrence était rude et il fallait convaincre un comité qui avait tendance à privilégier les plus connus ou les plus titrés. Cette fonction de plaidoyer *pro domo* du texte explique, comme on le verra, la déformation de certains épisodes

¹ Fonds Bouglé, archives restituées de l'Ecole normale supérieure (1925-1940), AN 20010219/1, dossier 2. Je remercie Yann Potin des Archives nationales de m'avoir facilité la consultation de ces dossiers.

² Jean-Philippe MATHIEU, « Sur l'émigration des universitaires », in Gilbert BADIA (dir.), *Les bannis de Hitler*, Vincennes 1984, p. 149.

³ Sur les engagements politiques de Célestin Bouglé voir Thomas VONDERSCHER, « Penser, agir, échouer. Itinéraire politique de Célestin Bouglé (1900-1914) », *Cahiers Jaurès*, 2018, n°227-28, pp. 37-65 et Victor BASCH, « Bouglé citoyen » in *Célestin Bouglé (1870-1940)*, Paris 1940, pp.47-49.

biographiques (par rapport à ce qu'on peut reconstituer avec d'autres sources de la vie d'Elias). Surtout on l'a perçu à la simple lecture, Elias semble volontairement mettre entre parenthèses (alors qu'il s'adresse à des savants clairement engagés politiquement) presque tout le contexte politique qui explique les aléas de son destin universitaire. Les biographies (ou ses fragments d'autobiographie) disponibles, elles aussi, ont largement atténué cet aspect par rapport à ce qu'on peut en savoir à partir d'autres travaux non exclusivement centrés sur Elias.

L'objet de cet article sera, non seulement de repolitiser la figure d'Elias par rapport au discours « apolitique » voir « antipolitique » qu'il a lui-même volontairement entretenu à la fin de sa vie sur la « distanciation » comme ascèse nécessaire pour atteindre la perspective sociologique juste, mais surtout nous mettrons en lumière les contextes politiques universitaires dans lesquels il a été plongé et qui l'ont beaucoup plus affecté dans une certain nombre de ses options qu'il n'a toujours bien voulu le reconnaître a posteriori.

J'articulerai mon propos en fonction des trois principales villes universitaires dans lesquelles Elias a vécu ou travaillé en Allemagne, soit Breslau, Heidelberg et Francfort. J'évoquerai aussi Paris, dernière étape ici présente, espoir déçu, avant le grand saut dans le monde nouveau anglophone.

1. Breslau, l'université frontière

Dans ses souvenirs autobiographiques, Elias évoque surtout l'univers familial et le milieu juif de Breslau, dont il souligne la volonté d'intégration à la société allemande dominante à travers, par exemple, la figure de son père qui arbore fièrement, détail symbolique, des moustaches aux pointes vers le haut à la Guillaume II.⁴ Le seul épisode politique auquel il fait allusion avant 1914 c'est l'incident entre l'empereur et certains notables qui ont eu le mauvais goût de programmer une pièce d'Hauptmann, prix Nobel en 1912, originaire de Silésie, mais très peu apprécié par l'empereur depuis l'affaire des *Tisserands*. Lors d'une grande exposition qui s'est

⁴ Norbert Elias *par lui-même*, Paris, Fayard, 1991, p. 19.

tenue à Breslau au printemps 1913⁵ on l'a chargé d'écrire Le « Festspiel en rimes allemandes » puisqu'il est l'écrivain le plus illustre de la région. L'événement est financé et mis en scène par deux personnalités juives qui rivalisent ainsi pour s'intégrer aux fêtes de la ville, Arthur Barasch propriétaire d'un grand magasin et le célèbre Max Reinhardt, juif d'origine viennoise et directeur d'un des grands théâtres de Berlin. Toutefois le message plutôt pacifiste de la pièce déplait et le nombre des représentations est réduit sur intervention de la Cour impériale. Guillaume II boude même l'événement. Elias note dans ses souvenirs que cette intervention choqua la bonne société libérale et en particulier la jeune génération : « Cela provoqua un grand scandale, mais nous trouvions tout cela ridicule. Donc, le climat était déjà assez à l'opposition⁶. »

Cette attitude opposante rétrospective face à l'autoritarisme et au militarisme prussiens que s'attribue Elias à la fin de sa vie entre pourtant en contradiction avec certains faits qui interviennent deux ans après, lors de l'entrée en guerre.⁷ On a vu plus haut que dans son *curriculum vitae* à l'usage de Célestin Bouglé Elias écrivait benoîtement : « au bout de quelques semaines je dus partir pour l'armée en qualité de télégraphiste et ensuite en qualité d'infirmier. »⁸

C'est une présentation en réalité fallacieuse pour ne pas choquer un universitaire ancien combattant français qui a lui-même servi comme infirmier. En fait, Elias a bien été engagé volontaire en 1915 alors qu'il a à peine 18 ans et aurait pu attendre encore un peu pour servir dans l'armée. Il ne s'agit pas de l'accuser simplement de travestir les faits, mais de montrer qu'il a subi, comme tous ses camarades, le climat d'unanimité patriotique qui prévaut pendant les deux premières années de guerre en Allemagne comme partout en Europe. S'il n'avait pas fait comme les autres, on peut être sûr que les antisémites l'auraient accusé de lâcheté ou d'être un mauvais Allemand comme tous les juifs à leurs yeux. Il faut rappeler en effet que Breslau appartient à une province frontière pas très loin de la zone des combats face à la Russie considérée comme « barbare » ou aux provinces polonaises

⁵ Eduard MÜHLE, Breslau, Geschichte einer europäischen Metropole, Köln 2015, pp. 200-203.

⁶ Norbert Elias par lui-même, op. cit., p. 27.

⁷ En particulier, *ibid.* : « Je n'ai jamais été un patriote »

⁸ Fonds Bouglé, archives restituées de l'Ecole normale supérieure (1925-1940), AN 20010219/1, dossier 2 Fonds Bouglé, archives restituées de l'Ecole normale supérieure (1925-1940), AN 20010219/1, dossier 2.

considérées comme « arriérées ». Selon Elias : « En Silésie, en tout cas, on grandissait avec le préjugé tacite que les « Polaks » étaient des êtres inférieurs.»⁹

Dès l'origine, Breslau a eu pour fonction d'être une forteresse avancée de la Prusse face à la Pologne et aux Slaves et sa prussianisation a été poursuivie méthodiquement depuis le rattachement de la Silésie, ancienne province autrichienne, en 1741. Pendant la guerre, la position militaire de la ville à proximité du front oriental n'est donc pas anodine et développe un climat militariste particulier. L'Université de Breslau dans le système prussien joue aussi un rôle spécifique comme vecteur de la germanité. Elle représente une tête de pont de l'esprit prussien. La ville a été dotée par la Prusse d'une université dans le cadre des réformes humboldtiennes en 1811 à travers la fusion de l'ancienne université de Francfort-sur-l'Oder et de l'ancienne académie catholique de Breslau, issue d'un collège jésuite.¹⁰ Avec Bonn et Berlin, Breslau est la vitrine du néohumanisme et des réformes qui vont moderniser les universités héritées de l'Ancien Régime mais aussi former les futures élites catholiques dans un établissement lié à un Etat protestant. Au début du XX^e siècle, Breslau est sans doute reléguée à un rang provincial par rapport à Berlin ou Leipzig et ne détient pas le prestige ancien d'universités plus à l'ouest comme Heidelberg. Mais, avec Königsberg, elle est l'université allemande située la plus à l'est, au contact direct du monde slave. Il en résulte un climat nationaliste très marqué chez les étudiants comme chez les professeurs. Y est fondée ainsi, dès le milieu du XIX^e siècle, une association étudiante « Borussia » qui pratique les rituels traditionnels critiqués par Elias dans ses *Studien über die Deutschen* comme symbole de la mentalité de soumission et de culture des valeurs militaires même par les civils. Ce « Corps » exclut les juifs à la fin du XIX^e siècle et des associations libres concurrentes se développent. Les étudiants se recrutent principalement dans la région alors que le corps enseignant se renouvelle régulièrement par arrivée d'universités plus petites et départ vers les plus grandes, Breslau occupant une

⁹ Norbert Elias par lui-même, op. cit., p. 29.

¹⁰ Norbert CONRADS (hg.), *Die Tolerierte Universität, 300 Jahre Universität Breslau 1702 bis 2002*, Katalogbuch zur Ausstellung, Wiesbaden/Stuttgart 2004, p. 244 et s. : en particulier Arno HERZIG, « die Vereinigung von Leopoldina und Viadrina 1811 » ; Ludwig PETRY, « Breslau als schlesische, preussische und deutsche Universität », *Jahrbuch der schlesischen Friedrich-Wilhelms-Universität zu Breslau*, vol. 28, 1987, pp. 342-356 ; Hartmut TITZE & al (hg.), *Wachstum und Differenzierung der deutsche Universitäten 1830-1945*, Göttingen 1995, pp.122-123 (historique et statistiques détaillées).

position moyenne dans le classement général des universités allemandes. En 1920 elle compte 5000 étudiants, dont 492 dans les disciplines littéraires, et 82 en 1924-25 pour la philosophie¹¹. Elias, par ses origines locales puis son départ vers d'autres universités plus célèbres, est donc représentatif de la moyenne de son groupe d'âge.

La guerre va contribuer à accentuer les tensions entre les confessions (protestants, catholiques et juifs) et en fonction des origines ethniques avec l'immigration juive venue de l'est ou l'afflux de réfugiés après le rattachement de la Haute Silésie à la Pologne aux termes du plébiscite contesté de 1921 qui suscite insurrections et mobilisation de part et d'autre. Plusieurs manifestations anti-polonaises contre la minorité étudiante polonaise se déroulent entre 1919 et 1921, en particulier à la Faculté de médecine, là où Elias commence ses études, mais il n'en dit mot dans ses souvenirs.¹² Ce climat aboutit au départ de la plupart des habitants d'origine polonaise, notamment après le plébiscite sur la Haute Silésie. La même intolérance et un antisémitisme croissant marquent ces années pour la minorité juive, victime de violences (voir l'assassinat d'un ancien camarade juif d'extrême gauche évoqué par Elias dans ses souvenirs¹³), de discrimination et de xénophobie car une fraction de la population juive est issue d'une nouvelle émigration de l'est, liée à la situation critique en Pologne ou en Russie dans les années 1920.

Nous avons peu d'informations sur les activités d'Elias à Breslau comme étudiant à part sa brève appartenance à un conseil de soldats, ses relations difficiles avec son professeur Hönigswald et son abandon rapide de la médecine pour la philosophie. En fait, des travaux récents permettent de déterminer qu'Elias n'a pas été seulement un étudiant studieux préparant sa thèse de philosophie en dépit des difficultés économiques et politiques que traversait l'Allemagne entre 1919 et 1923 et qui touchèrent également sa famille. Contrairement à sa présentation dans ses

¹¹ H. TITZE, *op. cit.*, p.130,138,141.

¹² E. MÜHLE, *op. cit.*, p. 223.

¹³N. ELIAS, *Les Allemands*, traduction française, Paris 2017, p. 250 : « Bernhard Schottländer, qui était au lycée avec moi, un garçon d'une extrême minceur, très intelligent, et qui, en terminale, avec ses verres épais, avait l'air d'un jeune savant ; ses lectures de Marx l'avaient poussé du côté du communisme, et son cadavre, si je me souviens bien, fut tiré des douves de Breslau enveloppé de fil de fer barbelé. » Elias a été particulièrement traumatisé par cet assassinat (on le voit dans la description de la victime qui a bien des traits physiques communs avec lui et à laquelle il s'identifie partiellement). Elias a évoqué explicitement aussi cet épisode tragique dans *J'ai suivi mon propre chemin*, Paris 2016, p. 28, transcription d'une interview télévisée de 1987.

interviews autobiographiques tardives, Elias a bel et bien contracté un engagement marquant dans la période, à l'instar de nombreux étudiants des années 1920. Mais, au lieu de faire partie d'associations ou de partis de droite ou de gauche, comme la plupart des étudiants, il a opté pour une voie alternative avec l'association sioniste *Blau Weiss* (Bleu blanc couleurs du sionisme), dans laquelle il milite plusieurs années et dont il arbore l'insigne assez tard lors de sa présence à Fribourg au séminaire d'Husserl, selon le témoignage d'une de ses compatriotes de Breslau, Edith Stein.¹⁴ Selon Hermann Korte, cet engagement serait une façon pour Elias de réagir contre le sentiment de déshumanisation qu'il a ressenti pendant sa période militaire puis dans ses fonctions d'infirmier. Bien que soldat, Elias, du fait des types de fonctions militaires qu'il a du remplir, ne s'est en fait jamais battu puisqu'il a été télégraphiste puis infirmier. Il a aussi particulièrement ressenti l'antisémitisme populaire dans l'armée et dont il était en partie préservé quand il était un fils de famille, élève dans un lycée multiconfessionnel fréquenté par des garçons de même origine.

On peut supposer aussi que ces fonctions moins exposées étaient attribuées par les soldats hostiles aux juifs en fonction des « protections » ou des « réseaux » qui expliqueraient, selon les antisémites, les positions parfois éminentes conquises par certains juifs à la fin du XIX^e siècle. Autant d'expériences précoces de l'intolérance qui l'ont fait conclure à la vanité de la volonté d'intégration ou du respect des valeurs dominantes de la société allemande, telle que manifestée par exemple par le propre père d'Elias. Dans l'après-guerre, à la faveur des troubles révolutionnaires, se multiplient les violences des corps francs contre la gauche, l'extrême gauche et les juifs rendus responsables de la défaite. Elias a dû être conforté dans sa conviction que le sionisme était alors peut-être la seule issue à cette situation de plus en plus précaire des juifs en Allemagne. Toutefois je ne partage pas complètement l'interprétation d'H. Korte quant au rôle essentiel de la guerre. Tout simplement parce que l'engagement sioniste d'Elias est en fait antérieur à la guerre et précède les expériences pénibles qu'on vient de mentionner. Il est vrai en tout cas que la poussée antisémite pendant et après la guerre n'a pu que renforcer l'engagement

¹⁴ Voir Hermann KORTE, « Norbert Elias in Breslau, ein biographisches Fragment », *Zeitschrift für Soziologie*, jg 20, heft 1, februar 1991, p. 5, d'après Edith STEIN, *Selbstbildnis in Briefen*, Erster Teil, 1916-1934, in Edith STEINS *Werke* Bd VIII, Freiburg 1976, p. 46.

sioniste initial du jeune Elias. On voit d'ailleurs que c'est alors qu'il occupe des fonctions plus importantes dans le mouvement *Blau Weiss* et publie même des textes théoriques dans le journal du mouvement. Il critique aussi vertement les juifs allemands, trop soumis, et refusant de voir la réalité des discriminations dont ils sont victimes. Son militantisme est attesté à un haut niveau de 1922 à décembre 1925, période pendant laquelle il appartient au conseil de direction de *Blau Weiss* et même au conseil restreint de 6 membres qui entoure le président à Breslau¹⁵.

Dans une interview rarement citée et non traduite en français datée de 1989, publiée dans un ouvrage dédié aux intellectuels juifs, Elias révèle pourtant, à travers une formulation indirecte et abstraite, le sens que pouvait revêtir pour lui l'engagement sioniste à l'époque :

« Le sionisme également dans ma jeunesse et en particulier avant la fondation de l'Etat d'Israël était effectivement différent que ce qu'il est devenu pendant le développement de l'Etat d'Israël. A une époque où le simple mot de « juif » portait en lui des sous-entendus dévalorisants, l'idéal sioniste d'un Etat propre aux juifs était l'une des voies par lesquels un juif pouvait garder intacte sa fierté et sa valeur humaine. »¹⁶

Si l'on suit ce texte, l'engagement sioniste d'Elias serait d'abord un refus de l'attitude légaliste et assimilationniste de son père, mais aussi une réponse orgueilleuse aux caricatures antisémites de la majorité conservatrice des Allemands : il s'agit de redonner une nouvelle identité aux juifs, de former un homme nouveau qui décide de son avenir, un projet radical donc, en accord avec les proclamations qu'on peut lire dans les comptes rendus des réunions auxquelles a participé Elias. Une lettre à son ami Martin Bandmann du 14 juin 1920 confirme d'ailleurs que ce jugement bien postérieur sur le projet sioniste était un écho lointain de la fierté transgressive du jeune militant de l'association *Blau Weiss* :

¹⁵ Jörg HACKESCHMIDT, Von Kurt Blumenfeld zu Norbert Elias". Die Erfindung einer jüdischen Nation, Europäische Verlagsanstalt, Hamburg, 1997, p. 157.

¹⁶ « Interview von Herlinde Koelbl » in Herlinde KOELBL, *Jüdische Portraits*, op. cit., p. 60-62 repris dans N. ELIAS, *Gesammelte Schriften*, vol. 17, p. 389-90.

«De nous Juifs, de cette masse de gens d'origine moindre, de cette multitude sans mouvement, sceptique-cynique, relativiste et au fond déjà à moitié désespérée, qui depuis des siècles pullulant sous haute pression est déshabituée depuis longtemps de l'atmosphère d'une culture profonde et fervente, qui aujourd'hui n'est rien qu'une société qui s'immisce (laquelle, ce qui est encore plus épouvantable, devrait mourir de faim, si elle ne pouvait s'immiscer), de ces Juifs forger une nation culturelle, voilà l'objectif.»¹⁷

Cette charge violente reprend même certains stéréotypes antisémites (« multitude », « une société qui s'immisce » expression bien proche de l'idée de « groupe parasite » des pamphlets hostiles aux juifs). Elle affiche aussi une grande ambition, quasi révolutionnaire : « forger une nation culturelle » (*Kulturvolk*). Le sens de l'engagement d'Elias est beaucoup plus large que la simple participation à la sociabilité chaleureuse d'une organisation de jeunesse. Il s'agit de contribuer au « procès de civilisation » et à la naissance d'une nouvelle nation juive, pour reprendre, de manière anachronique, le titre du célèbre ouvrage d'Elias.

2. Heidelberg, le libéralisme en danger (1926-1930)

L'éloignement de ce premier engagement se produit progressivement, à la suite de dissensions au sein de l'organisation sur l'émigration en Palestine. Elias doit aussi interrompre ses études pour travailler dans une entreprise au moment où sa famille traverse des difficultés financières. Surtout, dans la deuxième phase de sa vie universitaire, Elias s'installe à Heidelberg et opte pour une nouvelle discipline, la sociologie. Ce retour aux études atteste de la volonté d'Elias de reprendre son projet de jeunesse : devenir professeur d'université. Il lui a fallu changer d'orientation après sa brouille avec son « *doktorvater* » Hönigswald en désaccord avec certaines conclusions de sa thèse. La décision de quitter sa ville natale pour Heidelberg s'explique aussi par le prestige de la troisième plus ancienne université allemande (fondée en 1386), par son climat plus libéral avec un antisémitisme moins virulent qu'à Breslau et par des liens antérieurs avec la ville puisqu'Elias a suivi déjà des

¹⁷ Cité par J. HACKESCHMIDT, *op. cit.*, p. 159-60, traduit par moi.

cours à Heidelberg pendant le semestre d'été 1919.¹⁸ Heidelberg doit aussi sa réputation en sociologie à la présence de la famille Weber avec Alfred, professeur ordinaire, le frère de Max et sa belle-sœur, Marianne, la veuve de l'illustre sociologue, qui joue un rôle actif par son salon intellectuel et ses engagements politiques et féministes. Être admis dans ce cercle prestigieux est considéré par Elias comme un tremplin essentiel pour une future carrière dans la nouvelle discipline qu'il a choisie. C'est du moins ainsi qu'il présente les choses rétrospectivement.¹⁹

Dans ses différentes interviews autobiographiques, Elias insiste aussi sur le climat de politisation à Heidelberg tant parmi les étudiants que parmi les professeurs alors qu'il n'en dit mot à propos de Breslau. Pour Breslau, il s'agissait d'une omission volontaire, non justifiée ni par la réalité objective, ni même par les engagements concrets d'Elias lui-même, comme on vient de le voir. En ce qui concerne Heidelberg le jugement d'Elias est confirmé par les travaux existants, qu'il s'agisse de travaux généraux sur les étudiants ou les professeurs ou de monographies concernant des personnalités avec lesquelles Elias est en contact direct, comme Alfred Weber, Karl Mannheim ou des universitaires plus jeunes appartenant à leurs cercles²⁰. Selon Jansen, sur 119 professeurs de la Faculté de Philosophie pendant la période étudiée, 67 ont publié des écrits à teneur politique, soit beaucoup plus que les autres professeurs des facultés (théologie, droit, médecine et sciences naturelles) où les taux d'universitaires engagés sont plutôt situés entre 9 et 18%.²¹ D'après la liste nominative qu'il fournit pour mesurer l'intensité de la présence politique médiatique de ces professeurs, on trouve en tête Emil Julius Gumbel, professeur de statistique, le psychologue Willy Hellpach, le théologien Ernst Troelsch, l'historien Paul Schmitthenner, le juriste Gustav Radbruch, le sociologue économiste Max

¹⁸ Hermann KORTE, *Der Menschenwissenschaftler Norbert Elias. Zur Biographie eines Klassikers*, Fernuniversität Gesamthochschule Hagen, sd, 1991, p.28.

¹⁹ Norbert Elias par lui-même, op. cit., p. 47.

²⁰ Voir Christian JANSEN, *Professoren und Politik. Politisches Denken und Handeln der Heidelberger Hochschullehrer 1914-1935*, Göttingen 1992 ; Norbert GIOVANNINI, *Zwischen Republik und Faschismus. Heidelberger Studentinnen und Studenten 1918-1945*, Weinheim 1990 ; Eberhard DEMM, *Ein Liberaler in Kaiserreich und Republik : der politische Weg Alfred Webers bis 1920*, Boppard am Rhein 1990 et *Von der Weimarer Republik zur Bundesrepublik : der politische Weg Alfred Webers 1920-1958*, Düsseldorf 1999 ; Reinhart BLOMERT, *Intellektuelle im Aufbruch, Karl Mannheim, Alfred Weber, Norbert Elias und die Heidelberger Sozialwissenschaften der Zwischenkriegszeit*, München 1999.

²¹ C. JANSEN, op. cit., p. 27.

Weber, l'historien Hermann Oncken, le philosophe Arnold Ruge, le juriste Hans-Erich Kaden et enfin Alfred Weber en dixième position. Karl Mannheim apparaît aussi dans cette liste, mais à un rang nettement plus modeste pour deux raisons principales. En premier lieu, il n'obtient une position de *privatdozent* qu'à partir de 1926 (et au terme d'un débat difficile dans la faculté en raison de son passé « révolutionnaire » en Hongrie) et ne reste en poste à Heidelberg que jusqu'en mars 1930 où il est « appelé » à Francfort comme professeur. D'autre part, son statut d'étranger (juif hongrois) ne peut que l'inciter à une certaine réserve. Si l'on examine le cercle autour d'Alfred Weber, on constate à la fois une forte politisation dans la jeune génération mais aussi une assez grande diversité d'orientations. Toutes les nuances de la gauche et de la droite sont représentées. Alfred Weber s'avère très tolérant par libéralisme et par goût aussi de la discussion. On peut citer comme exemples de ces figures fortement marquées :

Jakob Marschak (né le 23 juillet 1898 à Kiev, mort le 22 juillet 1977 à Los Angeles) fut emprisonné en Russie pour activités anti-tsaristes ; il est libéré lors de la Révolution. en 1919, il devient ministre du travail dans la république terek au nord du Caucase ; lors de la prise du pouvoir par les bolcheviks dans la région, il doit s'enfuir en tant que menchevik ; il émigre alors en Allemagne et étudie l'économie à Heidelberg. Il est membre de groupes socialistes ; après diverses fonctions dans des instituts d'économie, il devient *privatdozent* à Heidelberg en 1930. Chassé par les nazis, il part en exil finalement aux Etats-Unis où il fera une belle carrière d'économiste.

Richard Löwenthal (1908-1991), communiste oppositionnel puis socialiste, membre actif de la résistance au nazisme en exil, plus tard passé à la social-démocratie, deviendra finalement professeur de science politique à l'Université libre de Berlin (1961-74).

Otto Jacobsen, d'orientation socialiste également, émigre après 1933 ; Reinhold Cassirer, socialiste, travaille pour sa thèse sur les négociations patronat/syndicats en Grande Bretagne ; Boris Goldenberg, marxiste d'origine russe, émigrera à Cuba. Il faut citer aussi plusieurs jeunes femmes, comme Natalie Halperin, Nina Rubinstein, Käthe Truhel, Margaret Freudenthal, souvent juives et

engagées dans les mouvements progressistes. Elles fréquentent les mêmes séminaires qu'Elias et se sont également lancées dans des travaux de recherche sociologiques ou historiques, phénomène nouveau pour des femmes dans l'université allemande de l'époque.²² Elias, plus âgé, leur sert de tuteur pour leurs travaux alors que les siens portent sur des sujets bien différents. Cela témoigne de son autorité intellectuelle précoce tirée de son titre de docteur en philosophie et de son rôle actif comme discutant dans les séminaires, selon divers témoignages ou traces laissés dans les comptes rendus de discussion. Cela s'explique aussi par le fait que Mannheim se décharge sur son assistant des tâches qui l'ennuient au plan pédagogique.

Tout ce groupe universitaire n'est pas seulement marqué à gauche. On y trouve en effet aussi des universitaires qui fréquentent le cercle de Stefan George à la fois apolitique mais globalement conservateur, voire des activistes nationalistes. Certains feront même carrière sous le nazisme, comme Ernst Wilhelm Eschmann (1904-1987) qu'A. Weber plaçait en tête de ses futurs habilités, malgré ses engagements à l'extrême droite et sa compromission active plus tard au sein de l'université normalisée. Fritz Bran (1904-1994), fils d'un éditeur, auteur d'une thèse sur Herder, s'engagea, lui, dans la reprise des relations intellectuelles franco-allemandes qu'Alfred Weber soutenait également. Il séjourna à Paris, adhéra au NSDAP et à la jeunesse hitlérienne et devint un collaborateur actif d'Otto Abetz pour les *Cahiers franco-allemands*, puis, à la suite de celui-ci, l'un des acteurs de la collaboration intellectuelle côté allemand pendant l'occupation de la France. Il fut condamné après 1945 mais reprit ensuite une activité normale de publiciste et d'enseignant.

Elias prend nettement ses distances dans ses interviews avec toutes ces figures qu'il côtoie dans les séminaires d'Heidelberg :

« Avec une grande ténacité, et sous les moqueries de beaucoup de mes collègues qui raillaient « Elias l'apolitique », je me suis tenu à l'écart de toute allégeance à l'une ou l'autre des positions de ce spectre qui me paraissait dépassé. Telle

²² Reinhard BLOMERT, *Intellektuelle im Aufbruch*, op. cit., p. 243 et s. ; David KETTLER, Colin LOADER & Volker MEJA, *Karl Mannheim and the Legacy of Max Weber: Retrieving a Research Programme*, Londres 2008.

est encore mon attitude aujourd'hui. »²³

« Mon sentiment le plus fort, à l'époque, était que l'on répandait un grand nombre d'informations erronées sur la société humaine. Je ne pouvais être d'accord avec tous mes amis qui étaient au parti, parce que là, comme je leur disais quelquefois, on était contraint de mentir.

Ce que je voulais vraiment c'était lever le voile des mythologies qui occulte notre vision de la société, afin que les gens puissent agir mieux et de façon plus raisonnable; car j'avais la conviction que cette vision partisane déforme le regard qu'on porte sur les choses. Et la thèse centrale de Mannheim selon laquelle toute pensée est idéologie allait tout à fait dans ce sens (...).

Je voulais pour ma part développer une image de la société qui ne soit pas idéologique. Et j'y suis parvenu. »²⁴

Comme pour d'autres affirmations rétrospectives d'Elias, on peut émettre quelques doutes sur l'analyse qu'il fournit ici. Certes, il peut s'agir d'une prise de position épistémologique qui rend incompatibles a priori l'engagement et la volonté d'atteindre la vérité en sociologie. Mais l'expression curieuse qu'emploie Elias dans la deuxième citation, « au parti », renvoie plutôt à son hostilité à tout marxisme dogmatique, tel qu'incarné par le KPD de l'époque, ou au reflet de ses désillusions en tant qu'ancien sioniste face au militantisme minoritaire, voire à ses doutes face aux errements de l'autre grand parti de gauche sous Weimar, le SPD, traversé par de multiples courants et à la stratégie de plus en plus incertaine face à la crise du régime.

Il faut aussi évoquer, pour comprendre ce rejet de la politique malgré la montée des périls, le climat plus général de l'université. Comme l'a montré Norbert Giovannini, la jeunesse étudiante d'Heidelberg elle-même, bien que l'on soit dans une partie de l'Allemagne plutôt libérale, est de plus en plus divisée en courants hostiles et n'hésite pas à s'en prendre à certains professeurs trop marqués à gauche, comme Gumbel, en raison de ses opinions pacifistes militantes qui heurtent la majorité nationaliste voire réactionnaire d'entre eux. Les élections pour la commission représentant les étudiants au niveau de l'université traduisent cette politisation croissante et le glissement vers la droite extrême.

²³ N. ELIAS, *J'ai suivi mon propre chemin*, op. cit., p. 38-39. Voir aussi http://hyperelias.jku.at/EliasTheses_1933.htm

²⁴ Norbert Elias par lui-même, op. cit., p. 50.

	Été 1925	Été 1926	Été 1927	Été 1928	Été 1929	Été 1930
% de votants	69,2	77,4	70,8	70,3	74,0	76,3
% pour la droite	54,1	62,9	62,5	61,1	65,1	60,8
% groupes républicains	41,6	37,0	37,5	38,8	34,8	36,9
Liste nationaliste	11	12	16	17	15	11
Jeunesse völkisch	-	3	4	5	3	-
association nazie	3	2	-	-	10	17
Listes libérales	6	7	6	5	5	5
Liste catholique	4	3	4	5	6	6
Liste socialiste	-	-	2	4	4	6
Liste communiste	-	-	-	-	-	1

Résultats aux élections pour l'ASTa à l'Université d'Heidelberg (1924-1930).

Source N. GIOVANNINI, *op. cit.*, p. 134, tableaux A et B simplifiés.

Plusieurs résultats du tableau l'indiquent, en premier lieu la participation croissante aux élections où les antagonismes d'origine politique entre les listes s'affirment. Si le rapport de force entre groupes hostiles ou favorables à la République reste assez stable (autour de 2/3 en faveur des listes nationalistes et de droite avec des variations), c'est au sein de la mouvance de droite que la radicalisation s'affirme. Les groupes nationalistes et völkisch d'abord dominants en 1927 et 28 (20 et 22 sièges à eux deux), perdent des voix et des sièges au profit des extrémistes de l'association étudiante national-socialiste dont l'essor est même antérieur aux succès électoraux du parti avec déjà 10 sièges en 1929 et 17 en 1930, soit avant même que la crise économique et sociale puisse faire sentir ses effets. Ce sont plutôt à la fois les revendications nationalistes dans une région travaillée par les groupes irrédentistes traumatisés par l'occupation de la rive gauche du Rhin, par le souvenir de l'occupation de la Ruhr et la perte de l'Alsace Lorraine voisine qui motivent leurs ralliement avec un relent antisémite de plus en plus fort dont témoignent de nombreux incidents entre corporations qui refusent les juifs et

associations « mixtes ». La présence notable d'étudiants juifs, souvent de gauche, mais de aussi de professeurs juifs et de gauche nourrit l'argumentaire antirépublicain des familles traditionnelles hostiles au régime. Les nouveaux étudiants, d'origine parfois plus modestes sont également inquiets pour leur avenir en fonction de la thématique si courante à l'époque de la « surproduction de diplômés ». Les travaux existant ne permettent pas malheureusement d'établir ces corrélations fines, mais c'est du moins la vision qu'avait Elias à l'époque dont témoigne un article publiée par lui en 1929 dans la revue de la communauté juive de Mannheim et Ludwigshafen et récemment traduit en français.²⁵ La vision très économiste du sociologue se résume ainsi: « L'antisémitisme est avant tout porté par les couches bourgeoises pour lesquelles cet espace économique s'est davantage rétréci depuis la période de l'avant-guerre et de la guerre²⁶. »

Pour lui, les bases du mouvement national-socialiste sont composées du petit commerce indépendant, du grand commerce partiellement et de certaines branches de l'industrie moyenne, voire de la paysannerie ou de la grande propriété terrienne en déclin. Ce rejet se diffuse aussi au « *Lumpenproletariat* », aux chômeurs, aux ouvriers agricoles entraînés « par ce genre de paroles simples à l'encontre de ce qui est étranger et étrange » (*ibid.*). Dans cette analyse domine donc une explication exclusivement économique et politique par les rapports de force et la conjoncture positive ou négative. En revanche, Elias ne prend nullement en compte l'antisémitisme raciste pourtant affiché clairement à l'époque par certaines composantes du mouvement *völkisch* ou le parti nazi. Sa conclusion est à la fois pessimiste à court terme (tant que dureront la crise et les tensions sociales, on ne pourra ramener les gens à la raison) et optimiste à long terme (une meilleure conjoncture, une nouvelle prospérité devraient tarir les sources de l'antisémitisme). Ses conclusion pratiques paraissent toutefois un peu courtes et guère encourageantes pour ceux qui l'interrogent comme expert : il ne faut pas se voiler la face (« un regard lucide de la situation vaut toujours mieux que de se mentir à soi

²⁵ N. ELIAS, « Sociologie de l'antisémitisme allemand », *Annales Histoire sciences sociales*, 2016, n°2, pp. 379-384, première publication dans *Israelitische Gemeindeblatt. Offizielles Organ der Israelitischen Gemeinde Mannheim und Ludwigshafen*, 13, 1929, Kislev 5690, 7-12, p. 3-6, repris dans *Frühschriften*, Frankfurt 2002, pp. 117-126.

²⁶ N. ELIAS, « Sociologie de l'antisémitisme allemand », art. cit., p. 383.

même ») mais il faut soit se résigner en attendant des jours meilleurs, soit choisir la solution sioniste du départ en Palestine, celle justement que refusera Elias en 1933 malgré ses engagements sionistes antérieurs. Sa vision évoluera rapidement dans le contexte de sa nomination comme assistant auprès de Karl Mannheim à partir de 1930.

3. Francfort, la montée des périls (1930-33)

L'Université de Francfort représente encore un cas de figure distinct de ceux de Breslau et Heidelberg. Il s'agit d'une fondation récente (1914) avec un capital important fourni par la ville à l'initiative de la grande bourgeoisie surtout juive de la ville. Elle est l'une des premières à disposer d'une faculté de sciences sociales indépendante, ce qui explique son attractivité sur des jeunes sociologues comme Mannheim, Elias ou ceux qu'on appellera les membres de l'Ecole de Francfort regroupés à l'*Institut für sozialforschung*. Ce dernier naît d'une autre initiative d'un mécène (1924), mais est relativement indépendant de l'Université elle-même en dépit de la proximité spatiale et des coopérations entre les uns et les autres. En croissance rapide, l'Université de Francfort affiche les mêmes effectifs (4043 en 1931) que Breslau (4481 même date) ou Heidelberg (3701) en dépit de son caractère récent. La Faculté de sciences sociales et d'économie y dispose en 1930 de 11 chaires contre 13 à la Faculté de philosophie, indice de grande modernité. Considérée par les nazis comme une université « juive », elle subit en 1933-34 une épuration marquée de son corps enseignant et une forte diminution du nombre de ses étudiants. Un tiers du personnel enseignant est exclu pour raison « raciale » ou politique et on a craint même à un moment sa fermeture totale²⁷.

Cette issue fatale avait été pressentie par Elias au moment de la montée en puissance du nazisme. Il évoque dans ses souvenirs, même s'il se trompe de date, le grand meeting de Francfort où parle Hitler dans le cadre de la campagne présidentielle de 1932. Il a tenu à y assister pour essayer de comprendre ce qui

²⁷ H. TITZE, op. cit., p. 167-68. Notker HAMMERSTEIN, Die Johann Wolfgang Universität Frankfurt am Main. Von der Stiftungsuniversität zur staatlichen Hochschule, Bd. 1, Neuwied/Frankfurt 1989.

pousse les foules à être saisies d'une sorte d'hystérie quand le Führer parle en public.

Voici le témoignage d'Elias :

«Mais je suivais la vie politique avec beaucoup d'intérêt. Quand Hitler a fait un discours à Francfort, je suis allé l'écouter.

Cela devait être fin 1932 ou au début de 1933. On avait annoncé qu'il ferait un grand discours, et j'étais impatient de le voir en chair et en os. Mais c'était dangereux, parce qu'on pouvait s'apercevoir que j'étais juif. D'un autre côté, ma physionomie pouvait me faire passer pour un aristocrate, si je me déguisais en conséquence ; si je troquais mes lunettes contre un monocle, si je portais un chapeau de chasseur et si je m'habillais autrement, j'étais un autre homme. C'est ainsi que j'ai traversé la haie que formaient les S.S., flanqué de deux gigantesques étudiants à l'allure très aryenne.

C'était fascinant... Le *Führer* fit attendre la foule surexcitée pendant près de deux heures ; on entonnait des chants patriotiques, et parfois, il fallait que je remue moi aussi les lèvres, parce que je ne pouvais être le seul qui restât silencieux. A un moment donné, j'ai quitté un instant la réunion et je me suis retrouvé nez à nez avec un collègue assistant qui était national-socialiste. Ce fut un instant très étrange, mais c'est à ce moment-là que le *Führer* est arrivé. C'était vraiment un orateur hors pair. Une chose m'est restée particulièrement en mémoire : le moment où il a donné sa bénédiction aux enfants, à la fin. Je n'avais jamais vécu une chose pareille auparavant ! Il fit approcher les enfants, leur posa la main sur le front et leur parla. Et la foule était folle d'enthousiasme.

Je me rendais à ce genre de manifestations pour me faire une idée des choses, pour parvenir à les comprendre et pour les voir de mes propres yeux. »²⁸

En étant présent dans un tel lieu alors que par son aspect physique Elias note lui-même qu'il pourrait être pris à partie comme juif car son profil correspond aux caricatures que font des juifs les nazis antisémites, le sociologue ne cède pas seulement à la curiosité en dépit de son apolitisme proclamé plus haut. Lui aussi perçoit qu'on traverse une époque critique. Il ne s'agit plus de se masquer la réalité en rêvant, comme les communistes, d'une révolution miracle qui arrêtera la catastrophe. C'est aussi l'avis de son amie et étudiante en thèse Margarethe Freudenthal qui a également raconté le même meeting dans ses souvenirs publiés. Il est intéressant de ce point de vue de confronter leurs deux récits et de rendre ainsi mieux compte du climat politique à Francfort, fort décalé par rapport au climat

²⁸ Norbert Elias par lui-même, op. cit., p. 62.

interne de la Faculté de sociologie ou de l'Institut für Sozialforschung comme on le verra plus loin. Notre autre témoin doit, elle aussi, attendre mais beaucoup plus longtemps encore qu'Elias car, pour avoir une bonne place, elle est venue dès le milieu de la journée alors que l'arrivée d'Hitler est prévue dans la soirée au terme d'une tournée électorale dans les villes voisines. A la différence d'Elias, elle décrit comment on occupe et on « chauffe » le public avec des musiques entraînantes dans les hauts parleurs et des défilés de troupes paramilitaires ou des projections de film. On annonce aussi l'itinéraire d'Hitler en route vers Francfort pour entretenir le suspense et montrer sa marche triomphale de ville en ville. Les femmes ne sont pas en reste pour entretenir la tension nerveuse. Freudenthal écrit à leur propos : « Les femmes crient de façon hystérique, tout est dans un état de transe - où ai-je déjà ressenti cela ? Ah oui, l'armée du salut alors à Londres – ceci était une nouvelle armée du salut. »²⁹

Elle ne se souvient plus de ce qu'Hitler a dit (alors qu'Elias insiste sur ses talents d'orateur) à cause des cris sortis de la foule, mais se souvient très bien de son impression exprimée à ses parents à son retour : « Das kommt ! » « cela arrive ! ». Elle prédit qu'Hitler va prendre le pouvoir, ce que ne veulent pas croire encore ses proches (nous sommes un an avant la prise de pouvoir). Par précaution, elle commence par s'acheter une Opel d'occasion et apprend à conduire au cas où il faudrait fuir. Lors d'une discussion avec Elias, qu'elle situe en novembre ou décembre 1932, au retour du séminaire de Mannheim où elle raccompagne Elias chez lui en voiture, ils arrivent à la conclusion commune qu'ils ne sont plus chez eux en Allemagne. Elias lui indique alors que la seule solution pour elle est donc le départ vers la Palestine, bien que lui-même « ancien sioniste théorique » ne songe nullement à cette solution, comme le prouvera d'ailleurs son départ vers la France.

Les pronostics des deux amis se confirment très vite avec l'arrivée au pouvoir des nazis. Elias se rappelle son inquiétude en cas d'une descente de SA ou de SS à son institut :

²⁹ Margarethe FREUDENTHAL, *Ich habe mein Land gefunden*, Frankfurt 1977, p.112-113.

« C'est en février 1933 que je me suis dit subitement que je devais vérifier si des papiers compromettants n'étaient pas restés dans notre institut. Je m'y suis rendu, et j'ai trouvé la liste des membres du « groupe d'étudiants rouges » ; il y avait un grand nombre de choses compromettantes qui traînaient, comme par exemple une liste nominative complète de nos étudiants. J'ai fouillé dans toutes les salles de notre institut en emportant tout ce qui me semblait plus ou moins suspect. Lorsque les S.S. sont venus me chercher quelques jours plus tard pour que je leur remette les clés de l'institut, je me suis montré très insolent, car je savais qu'ils ne trouveraient rien. (...) »³⁰

Un lieutenant S.S.- je vois encore la scène – contempla les rangées de livres et saisit un volume de Marx : « Ah ! Marx, évidemment ! Ces sales communistes ici... »³⁰

Même s'il présente a posteriori les choses de manière bénigne, l'Institut für Sozialforschung fut particulièrement victime de l'épuration, de la mise sous séquestre des locaux et de menaces physiques contre certains enseignants de la part des activistes nazis. Préventivement, son directeur avait placé une partie de ses fonds à Genève, ce qui permit à l'Institut de renaître plus tard, à Paris notamment. On comprend dès lors pourquoi Elias, très tôt, a pris la décision de partir vers l'ouest après une vaine tentative du côté de la Suisse. Des professeurs éminents n'étant pas épargnés par l'épuration, il n'avait aucune chance, comme non-titulaire, d'y échapper. Ses intérêts intellectuels l'attiraient vers la France puisqu'il venait de terminer son manuscrit d'habilitation sur « l'homme de cour », ce qui sera l'embryon du livre plus tardif sur la société de cour. Elias n'est pas le seul à agir ainsi, la plupart des épurés optèrent pour les pays occidentaux³¹.

La suite est connue, on l'a évoquée dans l'introduction : sa demande de soutien au comité des savants à Paris, son recours à la création d'une petite entreprise de fabrication de jouets pour survivre, l'obtention d'une bourse hollandaise avant le départ définitif vers l'Angleterre où grâce à Mannheim et à son réseau de la *London School of Economics* il décroche des fonctions temporaires dans l'éducation pour adultes avant d'être interné à l'île de Man lors de la déclaration de guerre comme la plupart des ressortissants allemands.

³⁰ Norbert Elias par lui-même, op.cit., p. 64.

³¹ J. P. MATHIEU, art. cit., p.136.

Bilan

Revenons à notre point de départ. Nous avons quelques notes dans les archives Bouglé sur le comité des savants chargé de classer les candidatures. Avec son dossier bien maigre (aucune publication, des manuscrits en souffrance, aucun travail universitaire achevé, à part ce doctorat dont Elias lui-même n'est pas très fier puisqu'il en a renié les conclusions), une option pour une forme de sociologie historique bien différente de celle pratiquée alors en France, le jeune assistant se retrouva en queue de liste et fut repêché par une bourse d'origine hollandaise. A aucun moment cependant, il ne marque son aigreur contre cette France des grands principes qui ferme ses portes et subit une menace d'extrême droite majeure lors des événements du 6 février 1934. A aucun moment non plus, il ne semble regretter de ne pas avoir opté, comme son amie Margarethe Freudenthal pour la Palestine. Il ne voyait pas comment il pourrait y mener ses travaux historiques et sociologiques dont les sources étaient en Europe. A la différence de cette dernière, il n'a pas trouvé son « pays » pour paraphraser le titre des souvenirs de celle-ci.

Même dans l'Angleterre des années 1950, il se sent toujours Allemand. Revenu tardivement en Allemagne, il choisit de travailler à Bielefeld, université nouvelle et sans passé, bien différente des trois universités historiques qu'il a connues dans sa jeunesse. Très critique contre son pays d'origine dans son dernier livre sur *Les Allemands* et tout particulièrement à l'encontre de la bourgeoisie allemande, incapable de se libérer de la domination aristocratique et militaire et qui a capitulé devant Hitler pour prendre sa revanche sur la défaite et la révolution de 1918, il n'est pas tendre non plus pour la jeunesse étudiante des années 1970. Une fraction se laisse entraîner vers l'extrémisme inverse de celui de sa génération. Mais dans les deux cas, elle commet la même erreur en cherchant dans la violence la solution aux problèmes de l'heure ou aux traumatismes du passé. L'itinéraire universitaire et politique d'Elias, dans ses aveux et ses refus, comme dans ses oublis ou ses silences volontaires, permet de mieux comprendre ce rapport si particulier à l'histoire, à la politique et à l'engagement qui caractérise l'homme comme l'œuvre sociologique.

Uma abordagem não centrada na mídia das relações entre mídia e conflito: resenha de *Theorising Media and Conflict*.



Vitoria Paschoal Baldin¹

Resumo

Parte da série *Anthropology of media* lançada pela Berghahn Books, *Theorising Media and Conflict* editado por Philipp Budka e Birgit Bräuchler propõe oferecer novas abordagens agregando a perspectiva etnográfica e associando os campos quantitativos e qualitativos, para os estudos sobre as relações entre mídia e conflito. Oferecemos aqui uma breve resenha dessa obra, considerando suas profundas contribuições teóricas e metodológicas para diversos campos de estudos.

Palavras-chave: Mídia; Conflito; Antropologia;

Abstract

Part of the *Anthropology of media* series launched by Berghahn Books, *Theorising Media and Conflict* edited by Philipp Budka and Birgit Bräuchler proposes to offer new approaches by adding the ethnographic perspective and associating quantitative and qualitative fields, for studies on the relationship between media and conflict. We offer here a brief review of this work, considering its profound theoretical and methodological contributions to various fields of study.

Keywords: Media; Conflict; Anthropology;

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação (PPGCOM-ECA) pela Universidade de São Paulo. Email: vitoria.baldin@unifesp.br

Theorising Media and Conflict editado por Philipp Budka e Birgit Bräuchler, publicado pela Berghahn Books em 2020 como parte da série *Anthropology of media* reúne antropólogos e estudiosos de comunicação, refletindo coletivamente sobre as relações entre mídia e conflito, oferecendo novas abordagens teóricas e metodológicas. O livro justifica sua relevância pela compreensão das relações complexas entre mídia e conflito, tendo em vista o crescente envolvimento do cotidiano em conflitos através das mais diversas expressões midiáticas. Dessa forma, a obra dialoga com o crescente campo de estudos sobre as relações entre mídia e conflito, articulado, especialmente, aos estudos de comunicação (ARNO, 2009; ZEITZOFF, 2011; MORTENSEN, 2015; BAILARD, 2015; CHOULIARAKI, 2015) e antropologia (SCHMIDT; SCHRÖDER, 2001; STROEKEN, 2011; SCHOEMAKER; STREMLAU, 2014; BARASSI, 2015; POSTIL, 2018).

O argumento central de *Theorising Media and Conflict* parte do entendimento da coconstrutividade da mídia e conflito, distintamente do entendimento deles como esferas separadas ou parte de causalidade unidirecional. A compreensão coconstrutiva se refere “à interligação da comunicação midiática e do conflito como um processo social e cultural”³ (BUDKA; BRÄUCHLER, 2020, p. 9), em que a guerra é compreendida como um importante fator na evolução de comunicação social e, em simultâneo, a mídia também produz efeitos diversos na organização e no desenvolvimento dos conflitos. Ou seja,

as novas tecnologias, formatos e práticas de mídia mudam as realidades vividas dos conflitos, participantes de conflitos e observadores de conflitos. Mas os conflitos também afetam a mídia, pois mudam a maneira como a mídia é definida, usada, adotada, adaptada, manipulada, integrada ou excluída. Os conflitos podem surgir na mídia e através dela, por exemplo, através da construção ou aplicação de limites de grupos ao longo de linhas étnicas ou religiosas. Mas como a mídia se tornou parte integrante de nossas vidas (conflitantes), isso torna impossível e bastante contraproducente qualquer distinção analítica clara entre mídia e atividades relacionadas a conflitos. (BUDKA; BRÄUCHLER, 2020, p. 10)

Assim, os autores apresentam diferentes perspectivas de mediação para focalizar em práticas e processos amplos e diversos relacionados à mídia em contextos conflituosos. Através de abordagens provenientes de estudos de casos de diversas localidades, a obra também contribui para perspectivas decoloniais e não-ocidentais dos estudos de mídia. Os editores mobilizam os resultados obtidos por Schoemaker e Stremlau (2014) para apontar que os estudos da área majoritariamente partem de vieses ocidentais através de suposições normativas, objetivando identificar o impacto da mídia nas situações de conflito,

simplificando as complexas relações presentes nesses escopos. Além disso, o livro agrega a pesquisa qualitativa ao campo predominantemente composto por estudos de natureza quantitativa².

Ainda que haja sub-representação, comparativamente, de pesquisas antropológicas etnograficamente fundamentadas, há um crescente número de pesquisas das ciências sociais que refletem sobre a mídia em contextos de conflito. O problema desse cenário, os editores apontam, decorre da falta de diálogo entre esses estudos, produzindo um isolamento teórico e metodológicos dos mesmos.

Theorising Media and Conflict propõe uma abordagem não-mediática e contextualizada do conflito, antropológicamente estruturada, das imbricações entre mídia e conflito, desconstruindo noções deterministas dos efeitos midiáticos nos diferentes conflitos que afligem o mundo contemporâneo. Ao conscientemente se distanciar de noções simplistas de tais relações, o foco está nas realidades vividas por meio de cuidadosos procedimentos metodológicos e articulações de distintas abordagens conceituais. As experiências vividas dos sujeitos comuns no cotidiano são exploradas em relação às práticas de mídia em contextos diversos, oferecendo ao leitor diferentes conhecimentos e abordagens metodológicas como o trabalho etnográfico de campo, observação participante e entrevistas qualitativas.

As plataformas de internet e, particularmente, mídias sociais, abrem uma nova frente de reflexão em que os usuários ocupam posição, em simultâneo, de público e produtor. A expansão dos conflitos contemporâneos para o ciberespaço tem recebido atenção acadêmica – no Brasil e internacionalmente –, apesar disso, Budka e Bräuchler apontam que abordagens etnográficas em conflitos específicos nesses espaços ainda se configuram uma exceção.

A obra é estruturada ao redor de sete temas, que organizam 14 capítulos, além da introdução e do posfácio. A parte I, *Key debates*, contém introdução, produzida por seus editores, e pelo primeiro capítulo, escrita por Nicole Stremlau, intitulado *Transforming Media and Conflict Research*. A introdução apresenta aos leitores os conceitos e entendimentos gerais que justificam a relevância e a pertinência da obra para os estudos de mídia e conflito, oferecendo uma importante contextualização do debate acadêmico contemporâneo sobre

² Tais trabalhos tendem a partir de estatísticas, modelagem ou sistemas de informação geográfica a analisar o conflito e a mídia, definindo os efeitos da mídia nas dinâmicas dos conflitos.

o tema. Stremlau, em seu capítulo, critica a maneira pela qual as empresas de tecnologia digital, como Facebook e Google, conectam – e desconectam – as diversas regiões em situação de conflito, tendo em vista que a autora compreende que esses atores concentram seus esforços para regular desinformações inflamatórias e a comunicação da mídia a partir de uma lógica industrial neoliberal, ignorando a agência local e a realidade vívida do conflito.

A segunda parte, *witnessing conflict*, é composta pelos capítulos *Just a ‘Stupid Reflex’? Digital Witnessing of the Charlie Hebdo Attacks and the Mediation of Conflict*, de Johanna Sumiala, Minttu Tikka e Katja Valaskivi – que analisa a prática do testemunho digital através do estudo do caso de Jordi Mir, enfocando como as respostas na mídia digital moldaram os ataques ao Charlie Hebdo como um evento de mídia violento –, e *The Ambivalent Aesthetics and Perception of Mobile Phone Videos: A (De-)Escalating Factor for the Syrian Conflict*, de Mareike Meis – que apresenta e discute a percepção e experiência do conflito sírio através do consumo de vídeos desse panorama por sírios na Alemanha.

A parte III, *experiencing conflict*, compreende o quarto e o quinto capítulo, *Banal Phenomenologies of Conflict: Professional Media Cultures and Audiences of Distant Suffering*, produzido por Tim Markham, e *Learning to Listen: Theorising the Sounds of Contemporary Media and Conflict*, de Matthew Sumera, respectivamente. Markham dedica a refletir sobre a noção de testemunho do sofrimento a partir da perspectiva de jornalistas do Cairo e de Beitute ao longo da guerra civil síria. Já Sumera aborda como os sons refletem o conflito contemporâneo e a violência cotidiana.

Mediated conflict language, a quarta parte da obra, engloba *Trolling and the Orders and Disorders of Communication in ‘(Dis)Information Society’*, escrito por Jonathan Paul Marshall, que analisa o fenômeno digital do *troll* nos contextos de conflito, e *‘Your Rockets Are Late. Do We Get a Free Piẓza?’: Israeli-Palestinian Twitter Dialogues and Boundary Maintenance in the 2014 Gaza War*, de Oren Livio, que se debruça sobre a utilização do Twitter por ativistas de esquerda israelense no diálogo com o Hamas em 2014 ao longo da guerra em Gaza.

Já a quinta parte, *sites of conflict*, articula artigos que estudam as relações entre local, conflito e mídia, em uma perspectiva de experiência. Ela engloba *What Violent Conflict Tells Us about Media and Place-Making (and Vice Versa): Ethnographic Observations from a Revolutionary Uprising*, em que Nina Grønlykke Mollerup reflete sobre a experiência de espaço ao longo das manifestações da primavera árabe no Cairo e *An Aynunjk ‘Media War’ over Water and Land: Mediatized Senses of Belonging between Mexico and the United States* que Ingrid Kummels analisa

como os influenciadores étnicos de Ayuujk se conectam a diversos públicos, estruturando novas formas de ativismo em relação à água e à terra.

A parte VI, *conflict across borders*, abarca *Transnationalising the Nagorno-Karabakh Conflict: Media Rituals and Diaspora Activism between California and the South Caucasus*, em que Rik Adriaans reflete sobre como a transmissão paralela de *broadcasts* concorrentes altera a política, o enquadramento e a escala do conflito de Karabakh, e *Stones Thrown Online: The Politics of Insults, Distance and Impunity in Congolese Polémique*, ao qual Katrien Pype investiga a emergente cultura de produção de textos violentos, os diatribes, na esfera comunicativa digital congoleza.

A última seção da obra, *after conflict*, compreende os capítulos de doze a quatorze. Em *Mending the Wounds of War: A Framework for the Analysis of the Representation of Conflict-Related Trauma and Reconciliation in Cinema*, Lennart Soberon, Kevin Smets e Daniel Biltereyst examinam como os traumas provenientes pela guerra são representados no cinema e sua contribuição nos discursos transnacionais de memória e luto. Silke Oldenburg em seu capítulo, *Going off the Record? On the Relationship between Media and the Formation of National Identity in Post-Genocide Rwanda*, examina o papel da mídia no pós-genocídio em Ruanda, entendendo os desafios e entendimentos dos profissionais do país atualmente. *From War to Peace in Indonesia: Transforming Media and Society*, de Birgit Bräuchler, oferece uma abordagem sobre como a mídia na Indonésia pode contribuir tanto para a fragmentação quanto para a unificação da sociedade, ilustrando como a sociedade e a mídia são interdependentes, em processos de conflito e de paz. O posfácio rediscute temas-chave para o livro, focalizando, também, em novas perspectivas de estudo em consonância com a abordagem da obra.

A obra contraria as noções que reduzem tais plataformas a arquivos de comportamento online, em perspectiva descontextualizada, negligenciando a experiência vivida dos sujeitos envolvidos em produzir, comunicar, receber, interpretar e manipular tais dados. Portanto, os diferentes estudos mobilizados nas obras enfatizam a necessidade de superar estruturas simplistas, observando as relações entre mídia e conflito como um processo amplo e negociado a partir de demandas e necessidades específicas, tendo em vista que as pessoas acessam e usam as tecnologias de maneiras diversas e por razões distintas. Ou seja, “para explorar essa diversidade de engajamentos midiáticos, é necessário olhar para as realidades vividas pelas pessoas, no nosso caso, as realidades do conflito” (BUDKA; BRÄUCHLER, 2020, p. 9).

Para além de justaposições entre mídia e conflito, a obra articula as diferentes realizadas socioculturais experienciadas no conflito, em que a mídia é parte integrante desse processo. Os autores são “céticos em relação à noção de ‘mídiação de conflitos’ no sentido de olhar ‘como a mídia faz as coisas com conflitos’” (BUDKA; BRÄUCHLER, 2020, p. 9), em entendimentos unidirecionais e causais.

Portanto, *Theorising Media and Conflict* é uma obra relevante para estudantes, pesquisadores e interessados em geral nas relações entre mídia, comunicação e conflito. Em que uma abordagem antropológica das relações coconstituintes entre mídia e conflito oferece ricas perspectivas sobre o cotidiano de diversas situações intimamente imbricadas por conflitos de diferentes naturezas. A obra, através de uma teorização vasta e cuidadosa articulada com metodologias qualitativas, contribui para desestruturar noções deterministas sobre esse campo de estudos, fornecendo reflexões sobre as práticas de mediação em perspectiva ampla.

Referências

ARNO, A. *Alarming reports: Communicating conflict in the daily news*. Berghahn Books, 2009.

BAILARD, C. S.. Ethnic conflict goes mobile: Mobile technology's effect on the opportunities and motivations for violent collective action. *Journal of Peace Research*, v. 52, n. 3, p. 323-337, 2015.

BUDKA, P.; BRÄUCHLER, B.(Ed.). *Theorising Media and Conflict*. Nova York: Berghahn Books, 2020.

CHOULIARAKI, L. Digital witnessing in conflict zones: The politics of remediation. *Information, Communication & Society*, v. 18, n. 11, p. 1362-1377, 2015.

POSTILL, J. *The Rise of Nerd Politics: Digital Activism and Political Change*. Pluto Press: London, 2018.

MORTENSEN, M. *Journalism and eyewitness images: Digital media, participation, and conflict*. Routledge, 2014.

SCHMIDT, B.; SCHRÖDER, I. (Ed.). *Anthropology of violence and conflict*. London: Routledge, 2001.

SCHOEMAKER, E.; STREMLAU, N. *Media and conflict: An assessment of the evidence*. Progress in Development Studies, v. 14, n. 2, p. 181-195, 2014.

STROEKEN, K. (Ed.). *War, technology, anthropology*. Berghahn Books, 2011.

ZEITZOFF, T. Using social media to measure conflict dynamics: An application to the 2008–2009 Gaza conflict. *Journal of Conflict Resolution*, v. 55, n. 6, p. 938-969, 2011.